



Relatório anual

2021

 economus

Índice



04	INTRODUÇÃO
06	MENSAGEM DA DIRETORIA
08	01 PERFIL ORGANIZACIONAL
10	Quem Somos
12	Missão, Visão e Valores
13	Objetivos Estratégicos
14	02 GOVERNANÇA CORPORATIVA
16	Estrutura
19	Instrumentos
22	03 GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRATIVA
24	Gestão Estratégica
32	Gestão Administrativa
36	04 COMUNICAÇÃO, RELACIONAMENTO E OUVIDORIA
38	Comunicação
42	Relacionamento
49	Ouvidoria
52	05 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
54	Programa #MinhaSaúde
54	Digitalização
55	Investimentos Responsáveis

56	06 RISCOS, CONFORMIDADE E CONTROLES INTERNOS
58	Gestão de Risco
60	Principais ações em 2021
62	07 INVESTIMENTOS: CENÁRIOS, GESTÃO E DESEMPENHO CONSOLIDADO
64	Cenário Internacional
65	Cenário Nacional
67	Desempenho Consolidado
72	08 GESTÃO, AVALIAÇÃO ATUARIAL E RESULTADOS
73	Gestão
77	Avaliação Atuarial
80	Grupo A – Regulamento Complementar nº 2
88	Grupo B - Regulamento Complementar nº 1
96	Grupo C – Regulamento Geral
106	PrevMais
120	09 GESTÃO, REDE CREDENCIADA E RESULTADOS
123	Gestão
129	Rede Credenciada
130	Resultados Consolidados
132	Planos Básico, PAMC, Plus e Plus II
137	Planos Feas Básico, Feas PAMC e Novo Feas
141	Economus Família
145	Ecosaúde III
150	10 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
152	11 PARECERES E AUDITORIA



Introdução

SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

Em 2021, tivemos mais um ano atípico, com a continuidade da pandemia pela Covid-19 e seus impactos em todas as áreas. Apesar dos desafios, mantivemos o compromisso e a responsabilidade do Instituto em buscar o melhor em previdência e saúde para nossos participantes e beneficiários.

As mudanças e readequações estruturais do Economus, iniciadas com a pandemia em 2020, foram consolidadas e possibilitaram que pudéssemos entregar produtos e serviços com qualidade, bom atendimento, respeito aos prazos e, ao mesmo tempo, prezando pela segurança de participantes e beneficiários.

Este Relatório Anual apresenta os resultados do Economus com objetividade e transparência. O conteúdo é direcionado a todos que tenham interesse no Instituto, especialmente aos nossos participantes e beneficiários, que são a razão do Economus existir. Também oferecemos este material ao patrocinador Banco do Brasil, aos grupos parceiros de benefícios, às instâncias reguladoras, ao Governo Federal e aos membros da sociedade em geral.

O nosso Relatório Anual está organizado da seguinte forma: Perfil Organizacional; Governança Corporativa; Gestão Estratégica e Administrativa; Comunicação, Relacionamento e Ouvidoria; Responsabilidade Socioambiental; Riscos, Conformidade e Controles Internos; Investimentos; Plano de Benefícios; Planos de Saúde e Demonstrações Contábeis.

Tenha uma ótima leitura!



Mensagem da Diretoria

Criado há 45 anos como uma instituição de serviços e soluções em previdência e assistência à saúde, o Economus trabalha pautado pelos seguintes valores: ética, eficiência, credibilidade, transparência, excelência e sustentabilidade.

O Instituto e nós, como lideranças na Diretoria Executiva, estamos cientes de que a qualidade de vida de milhares de participantes, beneficiários, pensionistas e dependentes, está diretamente ligada a uma administração correta e íntegra - com responsabilidade, dedicação e compromisso.

Assim como 2020, o ano de 2021 também apresentou desafios ligados à pandemia de Covid-19, com impactos observados em todos os setores de atuação do Economus. Apesar disso, buscamos superar as adversidades impostas pelo cenário com medidas assertivas, tanto internamente, com a modernização e a adaptação de processos, como externamente, com equilíbrio de contas e administração responsável.

Como previsto, a saúde foi a área mais atingida, com desequilíbrios registrados entre arrecadação e gastos com consultas, internações

e demais cuidados exigidos pelo agravamento da pandemia no início de 2021. Mesmo com as adversidades, os planos de saúde do Economus permaneceram em atividade, com a qualidade reconhecida por beneficiários e dependentes. Os planos ligados ao Fundo FEAS foram os mais impactados e, mesmo com reajustes, chegaram à situação de insustentabilidade, com possíveis alternativas sendo trabalhadas para 2022.

Já a gestão de investimentos do Economus manteve sua atuação pautada pelos objetivos de longo prazo declarados na Política de Investimentos, sempre atenta às oportunidades atrativas e alinhadas com esses objetivos. Isso se refletiu na rentabilidade alcançada pelos Planos de Benefícios em 2021.

A perspectiva é que 2022 também seja um ano desafiador. No entanto, o compromisso e a determinação do Economus com seus diferentes públicos seguirão sólidas. Permaneceremos firmes no objetivo de oferecer soluções sustentáveis em saúde e previdência, mesmo em tempos desafiadores, trabalhando com transparência, diálogo e foco nos objetivos estabelecidos em nosso planejamento estratégico.



01



PERFIL ORGANIZACIONAL

QUEM SOMOS?

O Economus Instituto de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com autogestão em saúde e sem fins lucrativos. Seu nome tem origem no latim “*oekonomus*”, que significa “administrador de uma instituição particular ou pública”.

Constituído em setembro de 1977 como política de recursos humanos, sua finalidade inicial era de administrar os planos de benefícios previdenciários para os funcionários da Caixa Econômica do Estado de São Paulo – CEESP. Posteriormente, o Instituto passou também a prestar serviços relacionados à gestão da assistência social e médica para o Departamento de Recursos Humanos da CEESP.

Em março de 1990, o Departamento foi transformado em banco múltiplo, com denominação de Banco Nossa Caixa S.A. – BNC. Em 2009, o Banco do Brasil S.A. incorporou o BNC e se tornou o principal patrocinador dos planos previdenciários do Economus.

O QUE FAZEMOS?

O Economus administra quatro Planos de Previdência para funcionários ativos e aposentados do Banco do Brasil, egressos do antigo Banco Nossa Caixa. Os planos também se destinam aos empregados do Instituto.

Somos também uma autogestão em Planos de Saúde, oferecendo assistência médica para beneficiários, empregados do Economus e dependentes. Realizamos a administração de nove planos: seis fechados e três abertos para novas adesões, cada um com o seu respectivo regulamento.

Além disso, o Economus dispõe de uma carteira de empréstimos, formada de acordo com a reserva constituída dos planos, com taxas de juros mais atrativas comparadas às praticadas pelo mercado. Ao todo, são mais de **R\$ 262 milhões** concedidos, sendo cerca de **R\$ 113 milhões** em 2021, entre novas concessões e renovações, com um total de **7.028** contratos ativos.

Os participantes e beneficiários também contam com o nosso Clube de Benefícios. São mais de **20 empresas** de diversos segmentos, com descontos exclusivos em medicamentos, tratamentos odontológicos, seguros, educação, vestuário, móveis, eletrodomésticos, viagens, entre outros.



COMO FAZEMOS? PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2019-2021

O Planejamento Estratégico, aprovado ao final de 2018 para o triênio 2019-2021, definiu caminhos que direcionaram as ações do Instituto. Por se tratar de algo vivo e dinâmico dentro da organização, a atualização do plano é contínua e contou com três revisões, a fim de validar a estratégia e realizar as correções de rota frente às mudanças que ocorreram ao longo do tempo.

Nesse sentido, realizamos o acompanhamento e alinhamento das ações ao Planejamento Estratégico de maneira coletiva e compartilhada com todos os gestores e diretoria, destacando as entregas e pontos de atenção em curto e longo prazo,

chegando ao final do ciclo em 2021 com

91% das nossas iniciativas estratégicas executadas.



MAPA ESTRATÉGICO

Nossos objetivos estratégicos são guiados por nossa missão, visão e valores e estão distribuídos em quatro perspectivas fundamentais.



Nossa missão

Qual o propósito da nossa existência?

Oferecer soluções sustentáveis, eficientes e seguras em previdência e assistência à saúde.



Nossa visão

Onde almejamos chegar?

Ser referência em gestão de planos de previdência e assistência à saúde.



Nossos valores

Quais princípios norteiam nossos rumos e decisões?

- Ética
- Transparência
- Eficiência
- Credibilidade
- Sustentabilidade
- Excelência

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Nossos objetivos estratégicos são guiados por quatro perspectivas fundamentais:

Perspectivas

Finanças

Clientes

Processos internos

Pessoas

Objetivos Estratégicos

Assegurar o equilíbrio dos planos e da Entidade

Consolidar o relacionamento com os públicos de interesse do Economus

Aprimorar a gestão de negócios e processos

Deter equipe capacitada, motivada e comprometida

NOSSOS GRANDES NÚMEROS

R\$ **8,4**
bilhões
em patrimônio consolidado



Quatro planos de previdência com **23.192 participantes²**, entre ativos, assistidos e pensionistas

R\$ **712**
milhões
em benefícios pagos



21ª
posição
no ranking da Abrapp¹

Nove planos de saúde com **33.959 beneficiários**, entre titulares e dependentes

¹Segundo a última atualização do ranking da Abrapp, em outubro/2021.

²Destes, 4.496 possuem dois planos de previdência.

02



GOVERNANÇA CORPORATIVA



A Governança Corporativa do Economus é composta por Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, responsáveis pelas decisões de gestão e fiscalização das atividades.

Assessorada por comitês internos e alinhada às melhores práticas, continua investindo recursos para o aprimoramento de seus processos, visando ações transparentes e respostas tempestivas.

Em 2021, os regimentos dos órgãos de governança e dos comitês de assessoramento foram revisados e atualizados. Esses documentos demonstram, de forma coordenada e organizada, a norma e a estrutura operacional de um colegiado, necessária ao cumprimento de seus objetivos.

ESTRUTURA

Conselho Deliberativo: é o órgão de deliberação e orientação superior do Economus, cabendo-lhe fixar, dentro dos objetivos sociais, sua política de funcionamento e estabelecer diretrizes e normas gerais para organização e administração, bem como para os planos de benefícios e de saúde por ele operacionalizados.

Confira abaixo a formação do CD no encerramento do exercício de 2021:

Conselho Deliberativo					
Representação	Titular		Suplente		Mandato
	Nome	Data de Posse	Nome	Data de Posse	
Participantes	Américo Antonio Cosentino	01.06.2018	Antonio Alberto Giangiacomo	01.06.2018	01.06.2018 a 31.05.2022
	Max Freddy Frauendorf	10.07.2020	Elias Mounir Maalouf	10.07.2020	01.06.2020 a 31.05.2024
	Primo de Macedo Minari	10.07.2020	Adriana Maria Ferreira	10.07.2020	01.06.2020 a 31.05.2024
Patrocinador	Fernando Sabbi Melgarejo	10.07.2020	Marcos Edmundo Magno Pinheiro	01.06.2018	01.06.2018 a 31.05.2022
	João Vagnes de Moura Silva (Presidente)	01.03.2021*	Rosiane Barbosa Laviola	10.07.2020	01.06.2020 a 31.05.2024
	Luiz Fernando Ferreira Martins	16.09.2021	Márcia Regina de Sousa	10.07.2020	01.06.2018 a 31.05.2022

*Posse como presidente.

Conselho Fiscal: é o órgão de controle interno do Economus, responsável por zelar pela gestão econômico-financeira e o cumprimento das regras de governança.

Confira abaixo a formação do CF no encerramento do exercício de 2021:

Conselho Fiscal					
Representação	Titular		Suplente		Mandato
	Nome	Data de Posse	Nome	Data de Posse	
Participantes	Edgar Cândido Ferreira (Presidente)	10.07.2020*	Ricardo Aparecido da Silva	10.07.2020	01.06.2018 a 31.05.2022
	Rogério Perna	10.07.2020	Vago	-	01.06.2020 a 31.05.2024
Patrocinador	Janaina Marques Storti	13.12.2021	Carlos Henrique dos Santos	25.09.2021	01.06.2020 a 31.05.2024
	Thiago Affonso Borsari	30.04.2021	Pedro Henrique Duarte Oliveira	13.12.2021	01.06.2020 a 31.05.2022

*Posse como presidente.

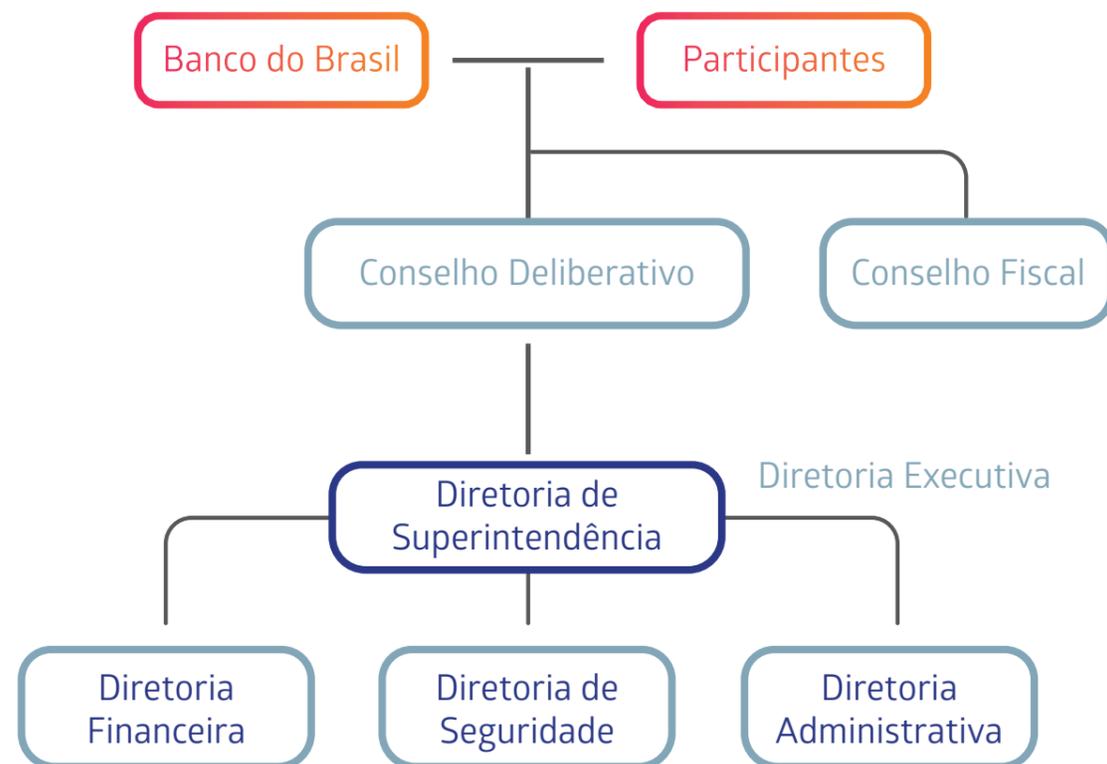
Os resumos dos currículos dos representantes titulares dos Conselhos Deliberativo e Fiscal podem ser consultados em nosso site: <https://www.economus.com.br/governanca>.

Diretoria Executiva: é o nosso órgão de administração geral, responsável por executar todos os atos necessários ao bom funcionamento do Economus, atuando de acordo com as disposições da Lei, do Estatuto e das definições, diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

Diretoria Executiva		
Diretoria	Diretor	Data de Posse
Diretoria de Superintendência	Gerson Wladimir Falcucci	17.09.2021
Diretoria Financeira	Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira	06.03.2019
Diretoria de Seguridade	Maurício A. Lopes	07.01.2020
Diretoria Administrativa	César A. J. Teixeira	14.12.2020

Os resumos dos currículos dos Diretores Executivos podem ser consultados em nosso site: <https://www.economus.com.br/governanca>.

Desta forma, a Governança do Economus conta com a seguinte estrutura:



Para auxiliar nossos órgãos de Governança a desempenhar suas funções e responsabilidades, contamos ainda com os seguintes comitês de assessoramento:

Comitê de Investimentos: Tem por objetivo avaliar e deliberar sobre as propostas de investimentos e alocações dos recursos realizadas pela Gerência de Investimentos. Também define as estratégias de macro alocação dos investimentos, de acordo com as premissas atuariais dos planos dos benefícios que administramos. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Comitê Executivo: Tem a finalidade de zelar pelo alcance de nossos objetivos, além de apresentar soluções e ações integradas e estratégicas entre as diversas áreas que compõem nossa estrutura organizacional. Reúne-se ordinariamente uma vez a cada 15 dias e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Comitê de Gestão de Riscos: Tem por objetivo monitorar, propor e deliberar sobre a gestão de riscos e dos controles internos do Economus, bem como mitigar potenciais riscos aos quais podemos estar expostos. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Comitê de Tecnologia da Informação - TI: Promove o alinhamento das ações de TI às nossas diretrizes estratégicas e fornece todo o suporte às necessidades identificadas. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Comitê de Ética: Tem o objetivo de orientar e aconselhar empregados e dirigentes sobre ética profissional no relacionamento com participantes ou qualquer público que tenha vínculo formal ou informal conosco. Além disso, é o colegiado responsável por gerir e atualizar nossos Códigos de Ética e de Conduta e pela resolução de denúncias, quando acionado pela Ouvidoria. Reúne-se ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Comitê de Saúde: Tem o objetivo de acompanhar, monitorar, propor e decidir sobre assuntos relacionados à gestão dos planos de saúde do Instituto, observadas as competências relacionadas e a legislação pertinente à matéria. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.



INSTRUMENTOS

Programa de Integridade

O Programa de Integridade é um conjunto de ações baseados em ética, conduta, combate ao financiamento do tráfico e terrorismo, sustentabilidade e *due diligence*. O Programa permeia as atividades e os relacionamentos do Instituto, quer seja com seus fornecedores, parceiros, colaboradores, dirigentes e conselheiros, bem como com seu público interno (beneficiários e segurados dos planos de previdência e saúde). Está alinhado à missão, visão e valores do Economus.

O Programa é amparado por um canal de denúncias, vinculado diretamente à Diretoria de Superintendência do Economus, sendo estendido, inclusive, ao público externo.



Código de Ética: documento que contém o conjunto de princípios e valores que declaramos, difundimos, respeitamos e praticamos nas relações em que estamos inseridos. O Código de Ética abrange conselheiros, dirigentes, empregados próprios e terceirizados, além de fornecedores e prestadores de serviços [Clique aqui e acesse.](#)

Código de Conduta: documento que estabelece as condutas que o Economus, seus empregados e demais colaboradores difundem, respeitam e praticam nas relações entre si e o universo em que se inserem. [Clique aqui e acesse.](#)

Políticas de Investimentos (Previdencial e Assistencial): reúnem as diretrizes estratégicas que norteiam a alocação dos investimentos ao longo do tempo, objetivando atingir as expectativas dos participantes e patrocinadores dos planos previdenciários e assistenciais.

Em outubro/2020, a Governança aprovou as Políticas de Investimentos dos planos de previdência e saúde para o período 2021-2025. **Confira as políticas do período:** [Previdencial](#) e [Assistencial](#).

Política de Gestão de Riscos: estabelece um conjunto de princípios e diretrizes observados na Gestão de Riscos, com o objetivo de promover uma atuação proativa na identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos em suas operações, de forma a minimizar as ameaças e incertezas, bem como assegurar o cumprimento de nossos objetivos estratégicos. [Clique aqui e acesse.](#)

Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção: determina as diretrizes para o cumprimento dos procedimentos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à corrupção. [Clique aqui e acesse.](#)

Política de Comunicação e Relacionamento: orienta nossa comunicação institucional e o relacionamento com públicos internos e externos, visando garantir a transparência e a qualidade das informações, bem como uma atuação alinhada às nossas estratégias e planejamentos. Além disso, visa preservar e fortalecer nossa imagem perante nossos públicos de interesse. [Clique aqui e acesse.](#)

Política de Relacionamento com Fornecedores: determina as diretrizes a serem observadas em nossas relações comerciais com atuais ou potenciais parceiros. [Clique aqui e acesse.](#)

Política de Governança: apresenta o modelo de governança corporativa do Economus e as principais práticas adotadas, com o intuito de agregar de forma substancial o alcance de suas metas estratégicas, a fim de garantir a perenidade do Instituto para os beneficiários, participantes e assistidos. [Clique aqui e acesse.](#)

Política de Proteção e Governança de Dados Pessoais: consolida os princípios e práticas de proteção e governança de dados pessoais adotados pelo Economus, em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em adição às disposições contratuais e práticas relativas ao sigilo e à confidencialidade. [Clique aqui e acesse.](#)

Política de Segurança da Informação: estabelece diretrizes e define o tratamento dado às informações geradas, armazenadas, processadas ou transmitidas no Economus, bem como orienta o comportamento dos empregados em relação à promoção da segurança da informação e proteção dos ativos da Entidade. [Clique aqui e acesse.](#)

Canal de Denúncias: local específico em nosso site para acolhimento das denúncias, que podem ser feitas de forma anônima. [Clique aqui e acesse.](#)

03

GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRATIVA



GESTÃO ESTRATÉGICA

ACOMPANHAMENTO E ATUAÇÃO NAS ESFERAS JUDICIAIS

Judicialização do Economus

Em 2021, 132 processos judiciais foram encerrados. Dessa forma, fechamos o ano com 3.098 processos ativos, dentre os quais 1.932 representam algum risco ao Instituto. Há processos ajuizados por participantes, assistidos e pensionistas dos planos previdenciários (Grupos A, B e C e PrevMais) e por beneficiários dos planos de saúde geridos pelo Economus. Há também ações de natureza administrativa e que não refletem no patrimônio dos planos assistenciais e previdenciários, como, por exemplo, as ações tributárias e as ações ajuizadas por ex-empregados. Há, ainda, ações cujos objetos estão relacionados ao programa de investimentos.

Em relação à totalidade das ações ativas:



Ações Previdenciárias

Em relação às ações previdenciárias, 75% foram ajuizadas por participantes do Grupo C, 13% pelos participantes do Grupo B, 11% do Grupo A e 0,2% pelos participantes do PrevMais. A maioria das ações envolvendo o Grupo C são reflexos das ações trabalhistas ajuizadas contra o empregador, pedindo verbas salariais no plano de previdência, e buscam recalculiar o benefício de complementação de aposentadoria.

Na esfera cível, o Poder Judiciário tem compreendido questões como mutualismo e necessidade de aportes, consolidando jurisprudência no sentido de que as ações dessa natureza, ajuizadas após 08/08/2018, não devem repercutir no plano. Já as ações ajuizadas até esta data podem ter repercussão, desde que exista uma cláusula regulamentar e aporte da reserva matemática necessária para a majoração do benefício. Na esfera trabalhista, onde tramita a maioria dos processos, há jurisprudência consolidada de forma desfavorável para as Entidades de previdência, as quais, como o Economus, continuam recorrendo em todas as instâncias e buscando a improcedência das ações ou, ao menos, o aporte da reserva necessário para suportar o aumento do benefício.

O risco dessas ações refere-se ao estoque existente, já que a jurisprudência pacificou o entendimento de que as verbas salariais não devem repercutir nos benefícios de complementação de aposentadoria.

As ações dos Grupos A e B, em geral, discutem o valor do benefício previdenciário e contestam descontos incidentes sobre benefício e pensões por morte. Estas ações não repercutem no patrimônio do Economus, visto que os benefícios de aposentadoria desse grupo são de responsabilidade do patrocinador e da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Ações Assistenciais

Em relação às ações assistenciais, 58% foram ajuizadas por beneficiários dos planos Feas e 32% pelos beneficiários dos planos Plus. As ações do Feas têm como objeto discutir a implementação do custeio de 4,72%, que ocorreu em 02/2010, visto que esses beneficiários buscam manter a gratuidade do plano. Há ação coletiva ajuizada por Associação representativa de aposentados que obteve, na Justiça do Trabalho, o reconhecimento do direito de manter a gratuidade do plano, sem que fosse, contudo, determinada a fonte de custeio para fazer frente às despesas desse público.

Além dessas, há também as que buscam contestar o aumento das mensalidades que ocorreram nos últimos anos em razão do esgotamento do Fundo FEAS e um novo grupo de ações ajuizadas em 2021, nas quais os autores buscam que o ex-empregador financie parte da mensalidade do plano.

Ainda, envolvendo o Feas, há uma ação ordinária ajuizada por associação de participan-

tes, que pede a recomposição do patrimônio do valor que foi retirado para realização de depósito judicial em ação anulatória de débito tributário, visando o cancelamento de autos de infração lavrados em 2001 e 2002 pela Receita Federal relativos ao PIS e a COFINS. Esta ação teve, inicialmente, julgamento desfavorável em primeira e segunda instâncias. Porém, após recurso interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, a Corte deu parcial provimento às razões recursais do Economus e determinou o retorno do processo à 2ª instância, para que o Tribunal de Justiça de São Paulo volte a julgar a ação. Este processo está em andamento e aguarda inclusão em pauta para que novo julgamento seja proferido.

Já as ações assistenciais ajuizadas por beneficiários do Plus e dos demais planos, inclusive relativas aos planos Feas, buscam autorização de procedimentos e medicamentos não cobertos pelos planos, processos que são comuns para as operadoras de saúde.



Ações Administrativas

Esse grupo é composto por ações ajuizadas por ex-empregados e pelas ações tributárias que discutem compensações de tributos federais, contestam autos de infração e questionam incidências tributárias. A principal delas é uma ação anulatória, buscando contestar autuações de PIS e COFINS. Essa ação decorre de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil – RFB em 2001, em razão do não recolhimento das contribuições PIS e COFINS incidentes sobre ressarcimentos recebidos do Banco Nossa Caixa. Como o Economus não obteve êxito da instância administrativa, foi necessário o ajuizamento de ação anulatória perante o Poder Judiciário, com a realização de depósitos judiciais com recursos do Fundo FEAS.

Este processo teve sentença procedente em primeira instância, mas foi revertida em segunda instância, estando com sua tramitação sobrestada desde agosto/2015, aguardando que o Supremo Tribunal Federal – STF julgue o Recurso Extraordinário nº 609.096/RS (que discute se a incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas das instituições financeiras é constitucional), que terá efeito vinculante às instituições financeiras e poderá se estender aos fundos de pensão que ingressaram com ação da mesma natureza. Os valores desta ação estão depositados judicialmente e, caso o Economus tenha sucesso na demanda, os valores retornam ao Instituto.

Ações do programa de investimentos

Em relação aos processos relacionados ao programa de investimentos, há ações que discutem questões relacionadas aos imóveis que o Economus é proprietário e empréstimos concedidos a participantes, que englobam ações de cobrança e ações que os beneficiários buscam rediscutir as cláusulas do contrato de empréstimos.

Além disso, no programa de investimentos, estão registradas duas relevantes ações que o Economus é autor: da OFND e da Ambev.

OFND

Na ação da OFND, o Economus é credor de valor a receber da União Federal em razão de ação ajuizada pela Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar). Defendendo suas associadas, a Abrapp obteve decisão judicial favorável em discussão sobre a correção dos títulos de OFND's – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico, adquiridos compulsoriamente pelas EFPC em decorrência do Decreto-Lei nº 2.228/86 (alterado pelo Decreto-Lei 2383/87).

A Abrapp obteve decisão favorável às suas associadas, na qual foi determinado que as OFND's adquiridas pelas EFPC fossem

corrigidas pelo IPC de abril de 1990 a fevereiro de 1991, devendo os valores resgatados serem monetariamente corrigidos e acrescidos de juros. Após o julgamento do mérito da ação favorável às EFPC, em novembro de 2015, por decisão judicial, foram formados grupos de EFPC para as execuções de sentença e facilitar a posição dos títulos de cada entidade.

Para o recebimento dos valores reconhecidos em sentença e evitar que a discussão judicial se arrastasse ainda mais, visto que ainda são cabíveis recursos processuais, a Abrapp avançou em tratativas com a União Federal, para que fosse firmado um acordo entre as partes que desse fim à longa discussão judicial. Em novembro de 2021, em reunião de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), as associadas da Abrapp aprovaram, por expressiva maioria, acordo contemplando o recebimento do principal atualizado e acrescido de juros de mora, tomando como base para mensuração dos valores os critérios fixados pelo STJ – Superior Tribunal de Justiça (Temas Repetitivos 905 e 877).

As medidas processuais cabíveis para homologação do acordo entre as EFPC e a União Federal foram adotadas no final de 2021, estando pendente de conclusão e homologação pelo Judiciário.



Ambev

No que se refere à ação contra a Ambev, trata-se de processo ajuizado em 2003. Em 02/1996, a companhia (então Brahma) ofertou a seus acionistas um bônus de subscrição. Na época, a empresa assegurou, através de uma “cláusula de ajuste”, o direito de, no mês de abril/2003, adquirir ações por um preço prefixado ou pelo preço ajustado ao menor valor verificado em “aumentos de capital por subscrição pública ou privada” ocorridos entre a data do lançamento, fevereiro/1996, e março/2003, atualizados para esta data. O bônus de subscrição foi lançado a título oneroso aos acionistas da companhia, que assegurou, quando da oferta, que tal cláusula prevaleceria.

O Economus, na qualidade de acionista minoritário e baseando-se nos termos e condições estipuladas unilateralmente pela Ambev, adquiriu um lote desses títulos em abril/1996 e os manteve em carteira.

Durante esses sete anos, a Ambev, por meio de seus Boletins de Informações Anuais (IANs), elencou todos os aumentos de seu capital, dois dos quais (um de junho/1997 e outro de outubro/1996) gerariam cinco preços de subscrição que, atualizados em abril de 2003, ficariam abaixo daquele prefixado. Ambos (um decorrente de um plano e opção e outro de demais bônus) sempre foram divulgados pela empresa sob a classificação de “aumentos de capital por subscrição privada em dinheiro”, conforme o parâmetro adotado pela própria.

Contudo, próximo ao período no qual o Economus iria exercer o direito de compra, a Ambev desconsiderou tais aumentos, através de uma informação ao mercado (Fato Relevante), alegando que eram “de natureza especial” e estranhos ao negócio, expurgando do critério de preço os patamares obtidos a partir daqueles dois aumentos de capital.

Assim como outros investidores, inclusive EFPCs, o Economus busca na Justiça o reconhecimento de que a Ambev deve respeitar as condições que ela própria divulgou ao mercado em 1996, quando os bônus foram lançados. Destacando, ainda, que a própria empresa também informou ao mercado que os aumentos de capital mencionados se perfizeram por subscrições privadas, em dinheiro, entre 1996 e 2003.

A tese jurídica defendida pelo Economus se assenta nos princípios do dever de informação e da boa-fé, que se exige de toda companhia aberta na captação de recursos, e na segurança jurídica que as empresas devem se empenhar em buscar no dia a dia da divulgação de dados essenciais ao mercado de ações.

Diante da resistência da Ambev, resta aos tribunais superiores decidir se, à luz de tais princípios, os aumentos de 1996 e 1997 poderiam ser por ela desconsiderados na formação do preço de exercício estipulado em favor dos acionistas minoritários que lhe compraram os bônus. A ação encontra-se em fase de julgamento perante o STJ.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: INOVAÇÕES E SEGURANÇA

O ano de 2021 foi de evolução das estratégias digitais utilizadas. Videochamadas, teleconferências e reuniões híbridas, em que uma parte dos integrantes estão de forma presencial e outra parte de forma remota, são cada vez mais comuns em todo o mundo e, no Economus, essa realidade não foi diferente.

Além das transformações digitais, um outro assunto esteve em evidência: ataques cibernéticos, invasões *hackers*, sequestro de dados e tantos outros termos foram bastante noticiados na mídia. O Economus vem se preparando em diversas frentes para se proteger desses tipos de ataques. Capacitamos nossos empregados para identificar possíveis ameaças digitais, implantamos a criptografia em equipamentos, o múltiplo fator de autenticação para acessos e outras ações de prevenção.

Por meio do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, buscamos a integração e o aperfeiçoamento de sistemas e funcionalidades que atendam aos processos de negócios e à sedimentação do modelo e de procedimentos de Governança de TI.

Ao longo de 2021, tivemos a implantação de diversos projetos, tais como:



melhorias na gestão de TI

novas funcionalidades para garantir a integridade das informações e melhor gestão dos dispositivos de TI



atualização do parque tecnológico

aquisição de equipamentos com melhor performance para auxílio das ferramentas do dia a dia e no trabalho remoto



melhorias e novas integrações entre os sistemas

otimização no desempenho dos sistemas e conexão com as novas integrações



melhorias em infraestrutura

ampliado o nível de segurança da infraestrutura para evitar ataques cibernéticos aos sistemas



conectividade com prestadores

ampliação dos recursos de comunicação, para garantir a conectividade com os prestadores

RECURSOS HUMANOS: QUEM TRABALHA PARA VOCÊ



GESTÃO DE PESSOAS

Quadro de pessoal

O Economus possui **146 empregados**, **7 estagiários** e **6 jovens aprendizes**, sendo 81 mulheres e 61 homens com idades entre 24 e 69 anos.

Desenvolvimento profissional

Em 2021, os desafios para a área de treinamento e desenvolvimento continuaram. Mais adaptados ao cenário pandêmico, continuamos na promoção do desenvolvimento dos nossos profissionais no modelo virtual.

Através de nossa plataforma de educação *online*, o **Portal de Educação Economus**, trabalhamos temas comportamentais atualizados e aderentes ao cenário, tais como:

- 📎 Protagonismo e maturidade no mundo VUCA*;
- 📎 Comunicação não violenta;
- 📎 Saúde e qualidade de vida;
- 📎 Revolução da empatia;
- 📎 *Lifelong Learning*: construa um *mindset* de aprendizagem;
- 📎 Reinventando as organizações e as equipes, entre outros.

*VUCA é uma sigla em inglês, formada pela primeira letra das palavras: Volatility (volatilidade), Uncertainty (incerteza), Complexity (complexidade) e Ambiguity (ambiguidade). Esses quatro conceitos são usados para descrever o mundo em que vivemos atualmente, de mudanças rápidas e com diversas facetas.

Além do programa de treinamento, as certificações e recertificações legais/obrigatórias foram atualizadas. Ainda como parte do programa de treinamento e desenvolvimento, o Economus participou do maior congresso de previdência privada do mundo: o 42º CBPP, com o tema "Atitude à prova de futuro #liderprotagonista", promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp. Realizado de forma virtual, permitiu a participação e desenvolvimento de mais pessoas do Instituto.

O Congresso promoveu a reflexão acerca das perspectivas e desafios do setor previdenciário, além de proporcionar a troca de conhecimentos, resultando no aprimoramento contínuo dos nossos conselheiros, diretores e gestores.

Treinamentos realizados em 2021

Tipo	Quantidade de temas	Total em participações
Temas internos (ministrados pelas áreas)	27	201
Conhecimento/ Atualização técnica	28	97
Congressos e seminários	9	85
Portal de Educação Economus	70	2.435
Certificação (ICSS/CPA/CEA)	-	12
Protagonismo	155	192
Total	289	3.022



Certificação – Selo de engajamento

No segundo semestre de 2021 o Economus foi certificado com o **Selo de Engajamento**, obtido através da participação na 1ª edição da Pesquisa de Engajamento aplicada aos colaboradores de entidades de previdência complementar fechada, promovido pela Abrapp em parceria com o Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente - IBRC. A pesquisa teve como principal objetivo

avaliar o vínculo formado entre a entidade e seus colaboradores e considerou três blocos de perguntas: Propósito / Missão, Visão e Valores / A jornada do empregado. O Economus contou com a participação de **82% de seus colaboradores** e alcançou a pontuação de **84 pontos** (numa escala de 0 a 100), o que nos qualificou a receber o reconhecimento.

Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça



Também no segundo semestre de 2021, o Instituto conquistou o **Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça**, premiação concedida pelo governo federal em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Essa foi a 6ª edição do Programa, que tem como objetivo reconhecer práticas e iniciativas que promovam a igualdade de oportunidades dentro das organizações. Essa conquista reforça nosso compromisso com todos os assuntos relativos à igualdade de oportunidades dentro do Instituto.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Programa de Eficiência e Otimização Operacional

Aprovado em junho de 2018, o **Programa de Eficiência e Otimização Operacional** foi instituído com o principal objetivo de “Aumentar a eficiência e a produtividade da organização, visando a mitigação de riscos e redução das despesas operacionais”, sendo estruturado em quatro frentes de transformação:

A frente **Evolução Organizacional**, concluída em agosto de 2018, resultou em uma nova estrutura organizacional, com foco em promover uma maior sinergia entre departamentos, além de imprimir maior agilidade na organização com processos otimizados, possibilitando o aperfeiçoamento da gestão e da Governança.

A frente **Excelência Operacional**, dividida em duas etapas, contemplou a revisão e melhoria dos processos para redução da exposição à riscos e aumento da produtividade e eficiência operacional. A primeira etapa foi concluída em fevereiro de 2019, com 359 processos mapeados e pontos de melhoria identificados.

A segunda etapa, iniciada em junho de 2019, em conjunto da frente **Transformação Tecnológica**, passou a implementar soluções

a partir de recursos tecnológicos já existentes no Instituto, permitindo capturar ganhos de escala e eficiência nos processos e aprimorar a gestão e controle operacional.

Paralelamente, a frente **PMO (Project Management Office)** e **Gestão de Mudanças**, que acompanha e dá suporte aos esforços de transformação e realização das iniciativas de gestão da mudança, relatou que 40% dos pontos de melhoria identificados haviam sido tratados/solucionados quando do mapeamento de processos, restando 60% dos pontos para elaboração de Planos de Ação, cuja meta definida foi concluída com êxito em junho/2020.

Os Planos de Ação seguem em execução, encerrando o mês de dezembro de 2021 com 83% de evolução no tratamento dos pontos de melhoria, e 17% em andamento. Os principais benefícios gerados até o momento são: melhorias de integração de sistemas e otimização de processos proporcionando maior automação; processos mais digitais; modernização do autoatendimento para maior independência; e agilidade no atendimento da Central de Relacionamento.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas do Economus são identificadas e controladas gerencialmente, por centros de custos, e segregadas de acordo com critérios preestabelecidos entre as gestões previdencial e assistencial.

Com o advento da Instrução Normativa PREVIC nº 31/2020, houve atualização e mais modernidade nas regras e procedimentos contábeis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, tais como: revisão da estrutura contábil para registro dos investimentos; criação do grupo “informações extracontábeis”; entre outros.

Para o exercício de 2021 foi aprovado um orçamento de aproximadamente **R\$ 58 milhões**. Com as ações tomadas pelo Instituto visando melhor eficiência e menor custo, os gastos realizados foram de **R\$ 51 milhões**, ou seja, uma economia de 14% frente ao orçamento inicialmente aprovado.



PGA

O **Plano de Gestão Administrativa – PGA**, que é o resultado de contribuições paritárias entre patrocinador e participante, faz a cobertura das despesas de nossa estrutura administrativa na gestão dos planos previdenciários.

Já as relacionadas à gestão assistencial são integralmente reembolsadas ao PGA, por meio de recursos dos próprios planos de assistência à saúde e de suas fontes de custeio. As despesas são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo e monitoradas regularmente pelo Conselho Fiscal.

Veja a seguir o quadro das despesas administrativas do Instituto, no exercício de 2021:

Valores em R\$ mil

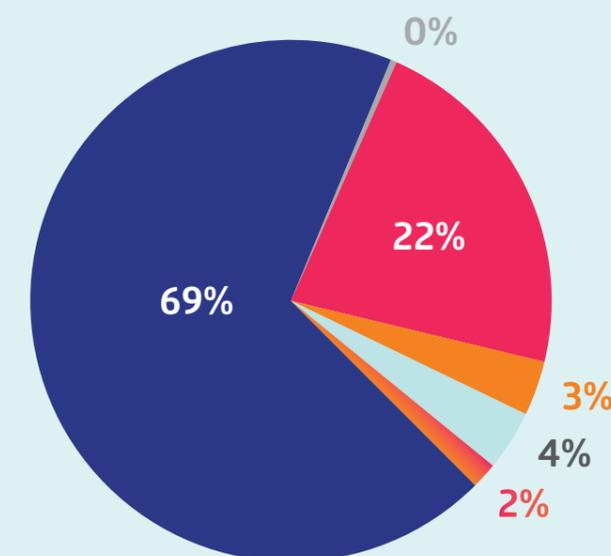
COMPOSIÇÃO FUNDO ADMINISTRATIVO	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
PATRIMÔNIO INICIAL	90.085	80.486	11,93%
(+) RECEITAS ADMINISTRATIVAS	62.161	56.562	9,90%
Custeio Administrativo	47.836	44.538	7,40%
Custeio de Investimentos	11.585	10.037	15,42%
Taxa adm. sobre Empréstimos	1.671	1.570	6,43%
Outras Receitas*	1.069	417	156,35%
(-) TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	50.748	47.579	6,66%
Pessoal e Encargos	34.896	32.722	6,64%
Treinamento	187	255	-26,64%
Prestação de Serviços	11.233	10.890	3,15%
Infraestrutura	1.720	1.407	22,28%
Despesas Gerais	1.897	1.653	14,77%
Tributos e Obrigações	814	651	25,05%
(+) RESULTADO FINANCEIRO	2.781	615	351,87%
PATRIMÔNIO FINAL	104.278	90.085	15,76%

(*) Reembolsos e lançamentos de exercícios anteriores.

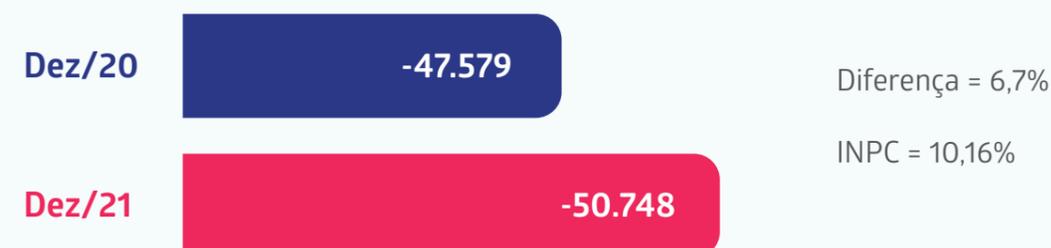
As despesas administrativas estão distribuídas conforme o gráfico abaixo:

Distribuição do Total de Despesas Administrativas por Grupo Gerencial

- Pessoal e encargos
- Treinamentos
- Prestação de serviços
- Infraestrutura
- Despesas gerais
- Tributos, Provisões e Obrigações Judiciais



Comparativo - Despesas Realizadas



PROCESSOS DE COMPRA E CONTRATAÇÃO – ECONOMIA PARA O INSTITUTO

Quanto à melhoria nos resultados econômicos nos processos de compra/contratação, foram traçadas ações de negociação visando a otimização do processo e redução de custo ao Instituto. Assim, em 2021, conseguimos alcançar **R\$ 1,03 milhão** de redução de custo para o Economus, sendo que desse montante, temos:

- ✈ 172 demandas de compras e contratações realizadas durante o ano de 2021, no qual obtivemos êxito de R\$ 837 mil (economia na negociação com os prestadores em referência aos valores de propostas apresentados inicialmente); e
- ✈ Negociação anual durante os reajustes e renovações de contrato. No último ano, 31 contratos foram negociados com resultado favorável ao Economus na ordem de R\$ 193 mil.

A photograph of three call center agents wearing headsets, smiling and talking on the phone. The background is a brick wall. The image is partially overlaid by a large, semi-transparent circular graphic with a gradient from orange to teal.

04

COMUNICAÇÃO, RELACIONAMENTO E OUVIDORIA

 **1.430.234** Visualizações no site

 **153.443** atendimentos realizados

Nossos canais de Comunicação e Relacionamento são compostos conforme abaixo:

Comunicação



Site



Facebook



E-mail
Marketing



YouTube



Instagram

Central de Relacionamento



Telefone



Atendimento
presencial



Atendimento
eletrônico - E-mail



Autoatendimento
do site

COMUNICAÇÃO

Os canais de comunicação do Economus são ferramentas que passam por constante aperfeiçoamento. Eles são utilizados para transmitir as informações adequadas a cada um dos públicos de interesse.

Nosso público

Empregados

Orgãos Reguladores
(ANS e Previc)

Imprensa

Beneficiários e seus
Dependentes

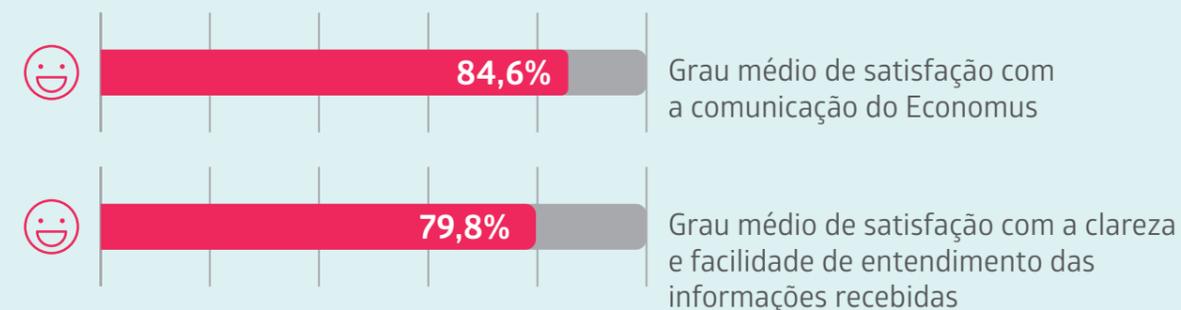
Credenciados

Participantes
(Ativos, Assistidos
e Pensionistas)

Conhecendo nosso público

Buscamos entender como o nosso público avalia os canais do Instituto e a qualidade das informações divulgadas pelo Economus.

Em pesquisa realizada em 2021, obtivemos uma avaliação positiva de 84,6%. Veja abaixo os detalhes:



Em complemento, visando a melhoria contínua do processo de comunicação, também realizamos *benchmark* com Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs e participamos de congressos, fóruns e grupos de trabalho na área em que o Economus está inserido.

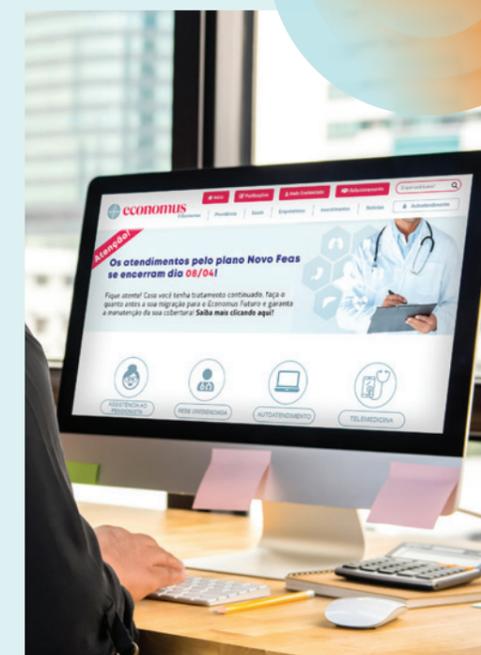
Nossos canais de comunicação

Site: Canal com maior volume de acessos

O site, nosso principal canal de comunicação, obteve 1.430.234 visualizações em 2021, o que representa uma média de 119 mil visitas por mês. O canal possibilita o acesso a diferentes áreas de interesses, tais como: informações detalhadas sobre os nossos planos e produtos, rede credenciada, clube de benefícios, publicações sobre as diversas ações do Instituto, entre outras.

Uma das áreas mais acessadas do site é o autoatendimento, localizado na página inicial, em um botão no canto superior direito. Nela, estão disponíveis serviços e informações com acesso restrito aos participantes e prestadores da rede credenciada, possibilitando consultas e solicitações de forma rápida, por conta própria, sem a necessidade de contatar o Instituto.

Toda a plataforma pode ser acessada por qualquer dispositivo (celulares, *tablets*, *notebooks*, etc.) sem que afete a navegabilidade e eficiência de busca. Isso facilita para que o acesso seja realizado de qualquer lugar e em qualquer horário.



VISUALIZAÇÕES DO SITE:

1.430.234

MÉDIA DE VISITAS MENSAIS:

119 MIL

MATÉRIAS PUBLICADAS: **77**
MÉDIA POR MÊS: **6,5**

Aplicativo

O App Economus, no ar desde 2019, foi desenvolvido para facilitar o acesso às informações e serviços do Instituto para participantes e beneficiários. Em 2021, ganhou a funcionalidade “**Fale conosco**”, proporcionando acesso aos canais de atendimento de forma simples e rápida.

Veja outras funcionalidades disponíveis no App Economus:

Planos de saúde

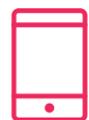
- ✓ Carteirinha virtual
- ✓ Busca da rede credenciada
- ✓ Autorizações médicas
- ✓ Informações financeiras

Planos de Previdência

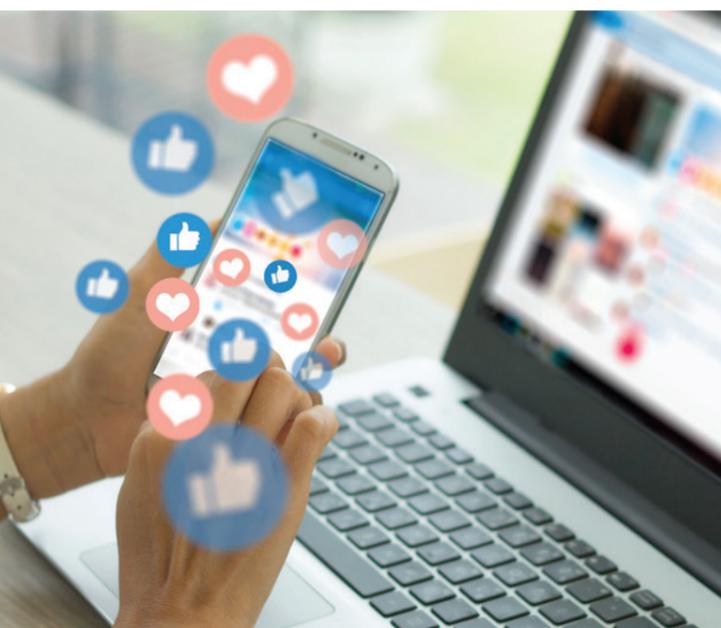
- ✓ Consultas e extratos: demonstrativos de pagamentos e extrato de contribuição
- ✓ Empréstimos: simulador e gerenciador
- ✓ Imposto de Renda: informes, demonstrativos de rendimentos e empréstimos

7.731

usuários ativos em dezembro/21



Realize o download do nosso aplicativo buscando “Economus” no Google Play (Android) ou Apple Store (IOS).



Facebook

Representa a maior página do Instituto nas redes sociais. Em 2021, realizamos 159 posts nesse canal, uma média mensal de 13. A variação de formatos foi maior no ano, com mais utilização de postagens utilizando recursos audiovisuais e os chamados “carrosséis”, sequência de imagens explicativas sobre determinado assunto.

Tivemos boa receptividade nesse canal, como um todo. Foram cerca de 200 reações em postagens, com 92% consideradas positivas.

Além disso, também registramos um aumento em nosso número de seguidores e de curtidas, comparado a 2020:

QUANTIDADE DE CURTIDAS 2021: **2.853**

Curtidas em 2020: **2.720**



CRESCIMENTO DE **4,8%**
EM COMPARAÇÃO A 2020

Curta a nossa página oficial no Facebook: <https://www.facebook.com/Economusoficial>.

YouTube

O canal possibilita alcançar um maior nível de entendimento e interação com nossos públicos. A utilização dos recursos audiovisuais auxilia na transmissão de informações e procedimentos complexos de forma mais didática, dinâmica e agradável. Em nossa página, temos:



Vídeos explicativos



Entrevistas com os Diretores



Atualizações de nossos planos e produtos



Podcasts sobre saúde

Em 2021 demos mais destaque aos podcasts com profissionais da saúde, conscientizando sobre doenças, prevenção e importância de manter exames e cuidados médicos em dia. Registramos um bom número de novos seguidores, comparado a 2020:

INSCRITOS NO CANAL 2021: **1.972**

Inscritos em 2020: **1.725**



CRESCIMENTO DE **14,5%**

Se inscreva em nosso canal e ative o sininho de alerta para não perder nenhum vídeo:

<https://www.youtube.com/user/institutoeconomus>



LinkedIn

Em 2021, a página do LinkedIn conquistou 1.093 novos seguidores, um aumento de **59,7%**.

O alto retorno, também registrado no engajamento obtido nas postagens, demonstra a força dessa rede social como canal de comunicação corporativa para o Economus.

Instagram

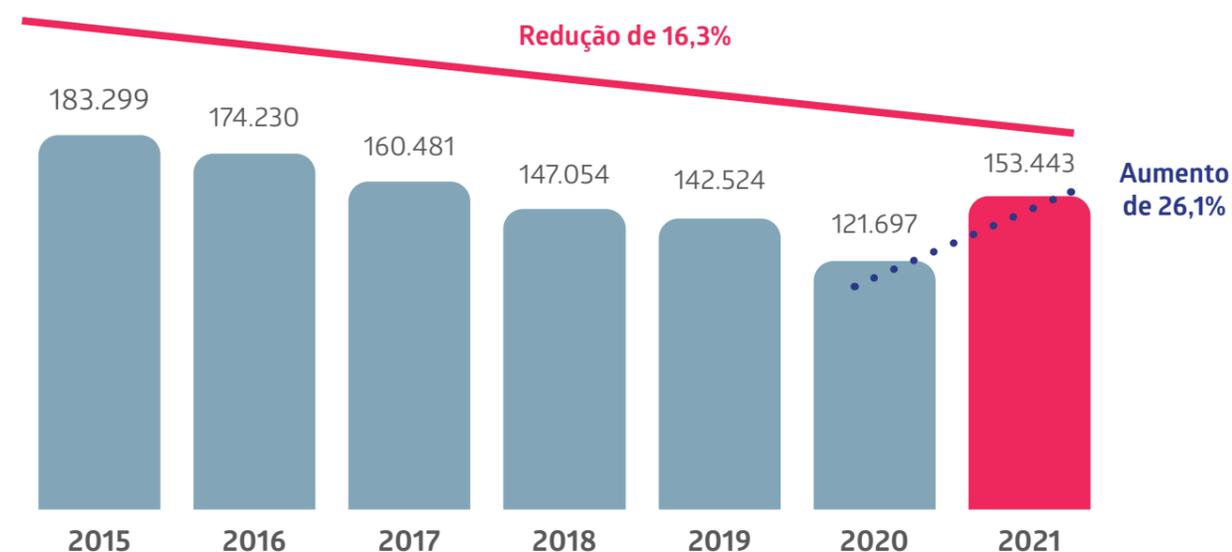
Em 2021 passamos a divulgar as novidades do Economus no Instagram através do perfil **@economus_oficial**.

RELACIONAMENTO

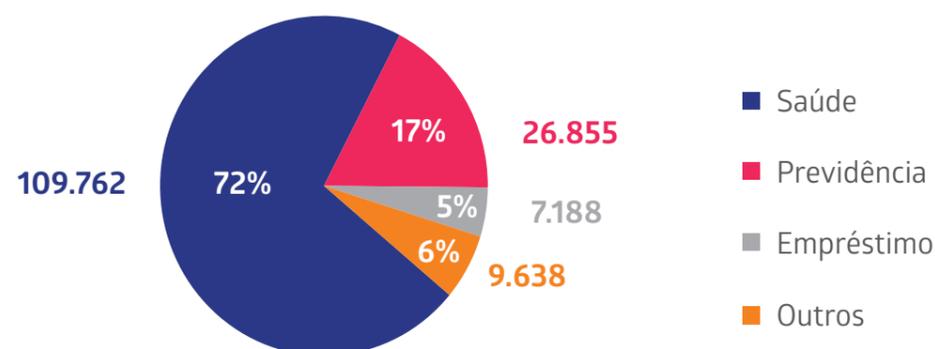
A Central de Relacionamento Economus é responsável por tratar as dúvidas, solicitações e ocorrências do nosso público.

Em 2021 houve maior procura por informações junto à Central de Relacionamento, o que elevou em 26% o número total de atendimentos no ano. O alto volume se deu por conta da continuidade do cenário de pandemia, dos movimentos de desligamento dos funcionários do patrocinador, por motivo de aposentadoria e, também, pelas revisões de custeio nos planos de saúde dos aposentados.

Assim, foram realizados **153.443** atendimentos, o que representa uma média de **12,8 mil** atendimentos por mês.



Tivemos **109.762 (72%)** atendimentos na área da saúde; **26.855 (17%)** acionamentos na previdência e **7.188 (5%)** consultas para empréstimos, ficando **9.638 (6%)** atendimentos distribuídos para **outros assuntos**, tratados pela Central.



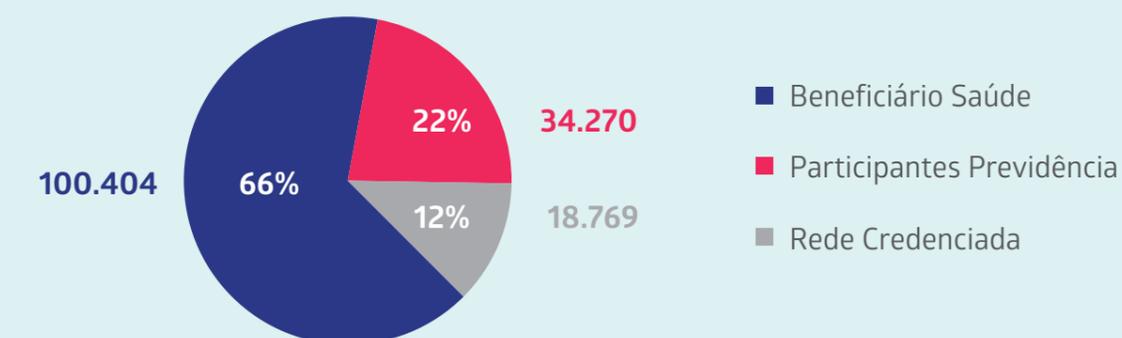
Os temas mais acionados por assunto foram:

Assunto	Principais temas atendidos	Volume
Saúde	Autorização de Exames	8.428
	Declaração Carência / Portabilidade	7.434
	Emissão Cobrança	6.954
	Esclarecimento Cobrança	6.725
Previdência	2ª Via Holerite	3.164
	Benefício - Aposentadoria PrevMais	2.694
	Benefício - Plano de Adequação ao Quadro	2.661
	Alteração Dados Cadastrais	2.162
Relacionamento	Consultoria Previdenciária	235
	Assistência ao Pensionista	171
Empréstimo	Débito Quitação	1.349
	Débito Parcelas	1.217

Os públicos que interagem com o Economus são:

Públicos que acionam a Central	Descrição	Volume de Atendimento	Percentual
Participantes dos planos de previdência	São aqueles que possuem vínculo com os planos de previdência do Economus. Inclui funcionários, ativos (ativos, BPD, autopatrocinados e saldados) e assistidos (aposentados e pensionistas).	34.181	22,3%
Beneficiários dos planos de saúde	São funcionários, aposentados e pensionistas com seu grupo de dependentes que têm planos de saúde do Economus.	100.019	65,2%
Prestadores de serviços	São os médicos, clínicas, terapeutas, cooperativas, laboratórios e hospitais que compõem a rede credenciada do Economus.	18.769	12,2%
Outros (Sindicatos/ Associações/ Lideranças e formadores de opinião)	Entidades representativas dos funcionários e aposentados/participantes ou beneficiários que representam grupos de determinadas regiões do Estado.	474	0,3%

Atendimento por público



NOSSOS CANAIS DE RELACIONAMENTO

As interações com a Central de Relacionamento do Economus estão disponíveis por múltiplos canais:

Canais Eletrônicos

O atendimento eletrônico também ganhou papel fundamental no auxílio aos Participantes e Assistidos durante a pandemia. Em 2021, serviços como orientação, recepção e acompanhamento de processos de aposentadoria, adesão ou migração entre planos de saúde e autorizações de procedimentos médicos aumentaram o número de atendimentos através destes canais. Veja abaixo quais são:

Fale Conosco

A forma mais rápida e prática de acionar o Economus por escrito é o **Fale Conosco**, disponível em nosso portal, na aba Relacionamento.

Pelo **Fale Conosco**, é possível encaminhar solicitações e documentos ao Economus, de acordo com o assunto selecionado. Ainda, é possível consultar as principais orientações sobre o tema selecionado.



Em 2021, identificamos um

aumento de 59% na utilização do canal eletrônico.

Foram **29.072** consultas,

o que representa **18,9% do total de atendimentos,**

em média **2.423 demandas** por mês.



Para acessá-lo basta entrar em nosso site: <https://www.economus.com.br/fale-conosco>.

Fale Conosco Prestador

Por esse canal é realizado o atendimento da rede credenciada para temas relacionados à glosa, recurso de glosa, faturamento ou demonstrativo de pagamento dos prestadores. Esse serviço direciona diretamente à área técnica tais consultas e permite mais tempestividade nas respostas.

Chat

O atendimento realizado pelo Chat é exclusivo para os prestadores de serviços da rede credenciada. Esse canal deve ser utilizado principalmente para agilizar o atendimento quando há pacientes no local para a realização de procedimentos médicos. Em 2021, foram realizados **489** atendimentos via Chat.

Videochamada

Lançado em junho de 2021, o atendimento por videochamada tem possibilitado um contato mais próximo dos nossos públicos com os profissionais de atendimento do Economus.

O atendimento por vídeo proporciona a mesma experiência da versão presencial, mas sem se limitar às pessoas que moram na cidade de São Paulo ou nos arredores. Qualquer participante ativo, assistido ou beneficiário da saúde, pode falar conosco como se estivesse na sede do Economus.

O funcionamento é simples: basta marcar o dia e horário pelo site e aguardar a confirmação por e-mail com o *link* de acesso à plataforma.

No ano, foram realizados **463** videochamadas.

Canal Telefônico

No canal telefônico são recebidas chamadas sobre todos os produtos e serviços. A Central pode ser acionada por meio do número 0800 014 7000 e, no caso dos prestadores, pelo (11) 3464 7700.

Pela URA, os Participantes e Assistidos têm a possibilidade de consultar o andamento dos protocolos de atendimento e o status da autorização para realizar procedimento médico.

Com **80%** do total de atendimentos realizados, esse continua sendo o canal mais acionado, principalmente pelos aposentados e pensionistas, além dos prestadores da rede credenciada.

No canal telefônico também fazemos contatos ativos, com o intuito de antecipar informações ou orientar sobre os mais variados produtos ou serviços.

Telefônico 2021	Receptivo	Ativo	Call back
119.965	116.549	2.877	539
	97,2%	2,4%	0,4%

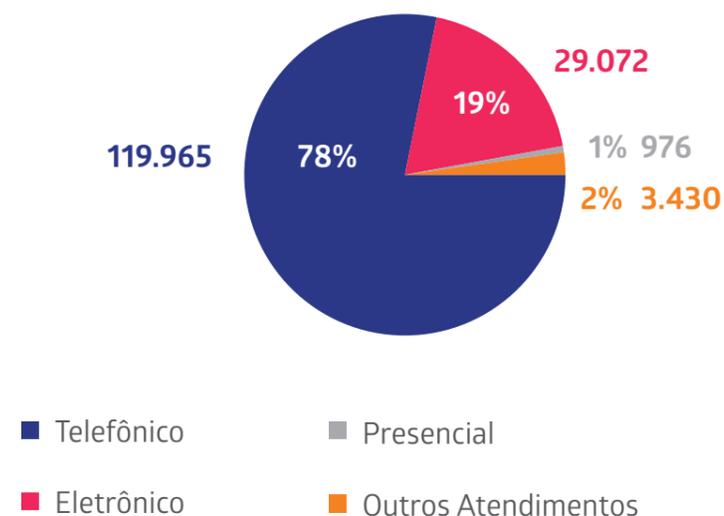
Presencial

O atendimento presencial, realizado na sede do Economus, em São Paulo, foi retomado em 14/10/2020 e mantido até 05/03/2021, quando foi suspenso novamente devido à nova onda de Covid-19 e à necessidade de distanciamento social.

Após esse período, os serviços oferecidos na sede passaram a ser realizados somente em casos específicos, visando a segurança de colaboradores, participantes e beneficiários.

Seguindo todos os protocolos de segurança para a Covid-19, em 2021, recebemos **484** visitantes. Esse volume representou 0,6% do total de atendimentos.

153.443 atendimentos realizados em nossos canais



Serviços Diferenciados

Além do atendimento, existem alguns serviços diferenciados em nossa Central de Relacionamento para melhor acolher os participantes e beneficiários em situações de maior complexidade:

Consultoria previdenciária: profissionais especializados calculam a aposentadoria no futuro, pelo plano de Benefício Definido – BD, e orientam o participante quanto as opções de renda no PrevMais. Nesse momento, auxiliamos na montagem do processo para a concessão de aposentadoria. Foram realizadas **235** consultorias previdenciárias na modalidade de videochamada. Esse serviço pode ser agendado pelo portal www.economus.com.br.

Assistência aos pensionistas: a perda de um ente querido requer uma atenção especial para que os dependentes possam resolver as questões. Para essa fase de adaptação e de conhecimento de seus direitos no Economus, procuramos ajudar com a orientação proativa sobre o direito aos benefícios previdenciários e aos planos de saúde. Com esse objetivo, realizamos no ano **171** atendimentos aos futuros pensionistas.

Atendimentos especiais: é o atendimento realizado especificamente às entidades representativas, associações, sindicatos e lideranças. Em 2021, foram **474** ocorrências deste tipo.

Horários de funcionamento da Central de Relacionamento:

A Central de Relacionamento funciona no horário comercial e, para situações de urgência e emergência médica, há o serviço de plantão 24 horas:

De segunda a sexta-feira:

das 7h às 19h – atendimentos telefônicos

das 9h às 18h – atendimentos eletrônicos

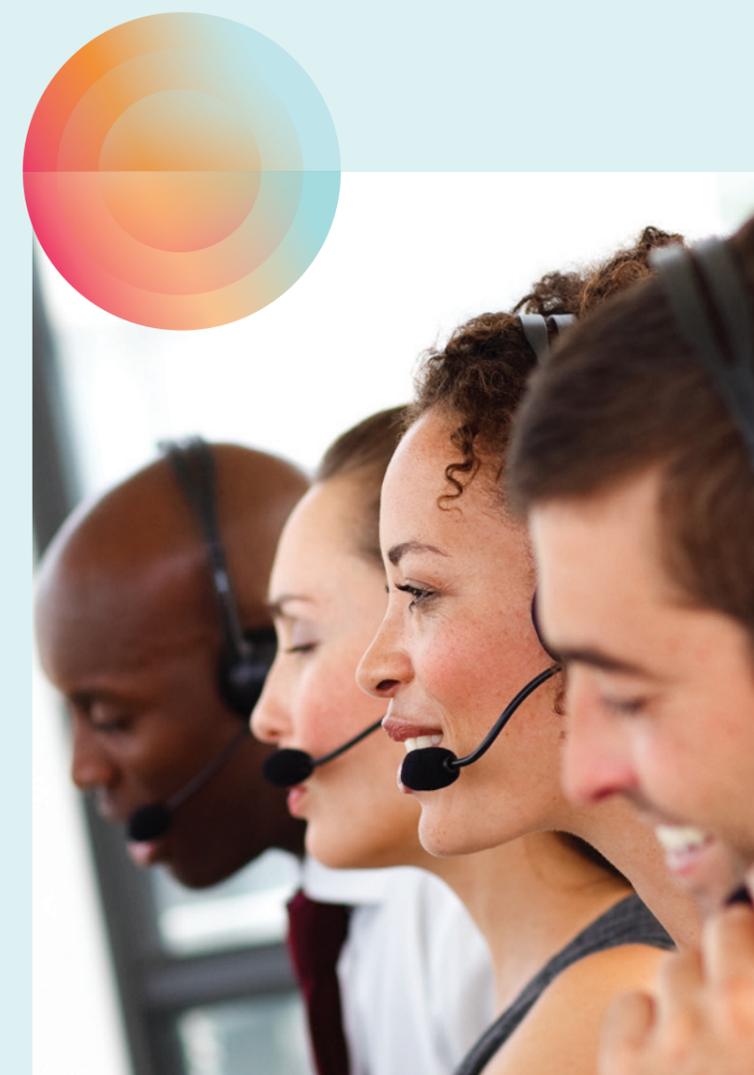
das 9h às 17h – atendimentos presenciais*

das 19h às 7h – plantão para urgências e emergências médicas

*No período de pandemia o atendimento presencial foi feito apenas com agendamento prévio, no horário entre 10h e 15h.

Sábados, domingos e feriados:

24 horas – plantão para atendimentos de urgências e emergências médicas



RELACIONAMENTO REQUER QUALIDADE

A equipe de relacionamento é multidisciplinar e está preparada para prestar assistência aos nossos públicos sobre as áreas de saúde, previdência, empréstimo, investimento e outros serviços. Com forte engajamento desses profissionais de linha de frente, trabalhamos para manter os serviços no melhor nível.

Indicadores de atendimento em 2021

Aqui você vai conhecer alguns importantes indicadores da Central de Relacionamento

Resolutividade no Primeiro Nível de Atendimento

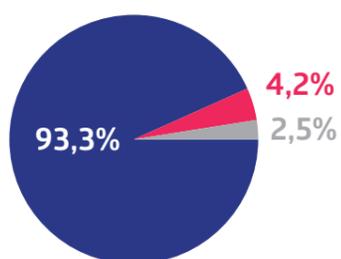
Total de 153.443 atendimentos em 2021	Resolutividade: 82,5% de resolução diretamente pela Central
	Pontualidade: 92,7% de solicitação ou esclarecimento atendidos dentro do prazo acordado
	Tempestividade: 70,9% Respostas imediatas ou realizadas no mesmo dia da demanda

Pesquisa de Satisfação nos canais de atendimento

Medir a satisfação é medir a percepção que o cliente tem em relação ao atendimento das suas expectativas com relação a uma empresa, produto ou serviço com quem tem um relacionamento.

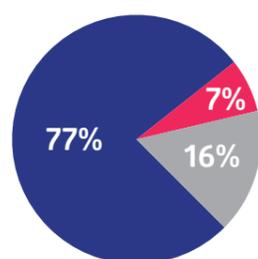
Ao final de cada atendimento, em todos os canais de interação, o interlocutor pode avaliar como foi o seu atendimento, considerando se a dúvida ou solicitação foi atendida e se ele ficou satisfeito com o atendimento oferecido pelo profissional de atendimento. O resultado dessa pesquisa nos canais de relacionamento indicou **93,1%** de satisfação em 2021.

Pesquisa de Satisfação - Telefônico



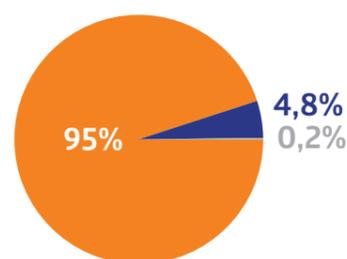
- Satisfeito
- Neutro
- Insatisfeito

Pesquisa de Satisfação - Canal eletrônico



- Satisfeito
- Neutro
- Insatisfeito

Pesquisa de Satisfação - Presencial



- Ótimo
- Bom
- Regular

Pesquisa de Satisfação Externa

O objetivo da Pesquisa Anual é colher percepções a respeito dos serviços prestados e identificar novas demandas para promover melhorias em procedimentos e processos.

O questionário de 20 perguntas foi respondido por 1.500 participantes e assistidos de todos os segmentos, selecionados de forma aleatória. O método utilizado foi o de pesquisa quantitativa, apurada via comunicação telefônica por uma empresa independente. A pesquisa referente a 2021 indicou elevado grau de satisfação entre os entrevistados quanto aos seguintes aspectos:

Pesquisa de Satisfação do Atendimento	Conceito em 2021
Atenção dos atendentes	9,1
Conhecimento dos atendentes	8,9
Clareza e precisão das informações prestadas	8,6
Tempo de resposta das solicitações	7,8
Facilidade para acessar a Central	7,7
GRAU DE SATISFAÇÃO - Muito Satisfatório e Satisfatório	90,8%

OUVIDORIA

A Ouvidoria acolhe manifestações de beneficiários, participantes, empregados e terceiros. A área deve ser acionada quando os casos que passam pela Central de Relacionamento não tenham resolução dentro do prazo estipulado ou quando as respostas não tenham sido satisfatórias. Por meio deste canal, ainda é possível enviar elogios, sugestões ou denúncias sobre funcionários, colaboradores e práticas relacionadas aos serviços prestados pelo Economus e pela rede credenciada.

A principal função é defender os direitos e os interesses dos nossos públicos, na busca de soluções às suas demandas, trabalhando de forma transparente, imparcial, clara e segura. A Ouvidoria observa as determinações legais, regulamentares e normativas que regem os serviços e benefícios ofertados pelo Economus; garantindo, ainda, o direito de resposta às manifestações dentro do prazo legal, preconizado na Resolução Normativa nº 323/2013 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A atuação da Ouvidoria possibilita registros de reclamações e solicitações de reanálises de procedimentos de saúde. Por meio das informações registradas, são elaboradas

recomendações de melhorias para as áreas do Instituto, com o objetivo de aprimorar o relacionamento, os processos, os produtos e os serviços prestados, em um ciclo de melhoria contínua e ganho de valor para o Economus.

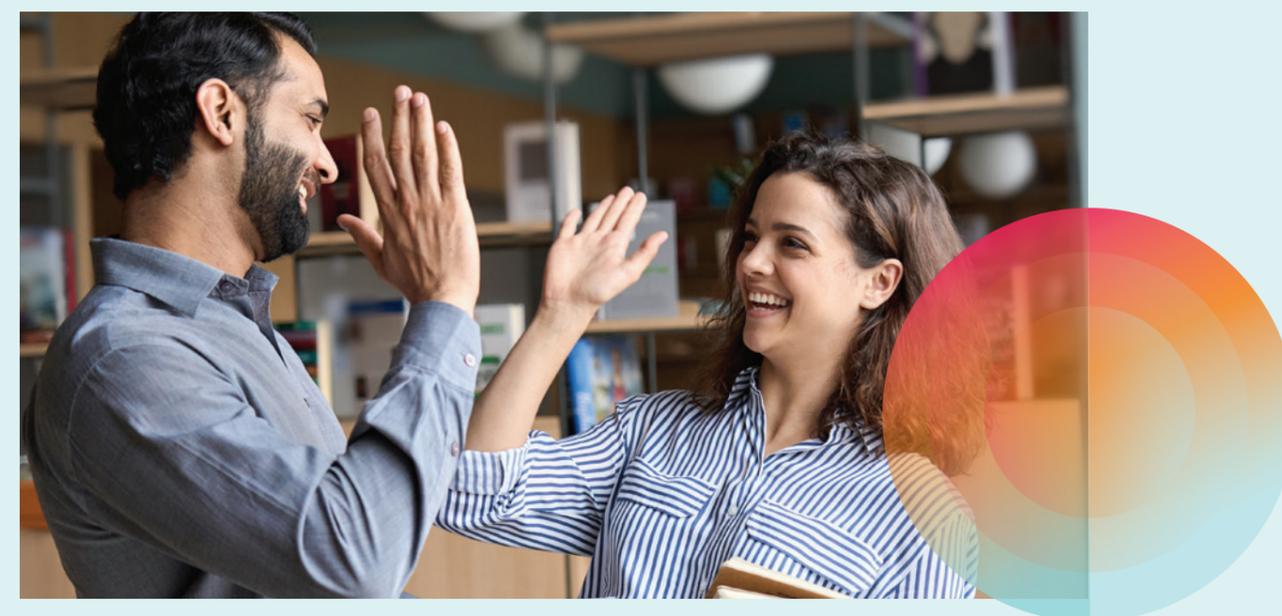
Novo canal

Buscando proporcionar o melhor atendimento e alinhado às melhores práticas de mercado, a Ouvidoria do Economus passou a contar com um novo canal em 2021. Agora, além do [formulário eletrônico](#), os participantes e beneficiários do Economus podem utilizar o atendimento telefônico.

Como funciona?

Para realizar uma manifestação, os participantes e beneficiários podem ligar para o telefone **(11) 3464-7814**, disponível de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. O atendimento será feito por uma Unidade de Resposta Audível - URA e o beneficiário/participante poderá registrar sua solicitação por meio de gravação de voz. Ao final, será liberado um número de protocolo.

A Ouvidoria acolhe a manifestação registrada e executa as atividades necessárias para a solução da demanda.

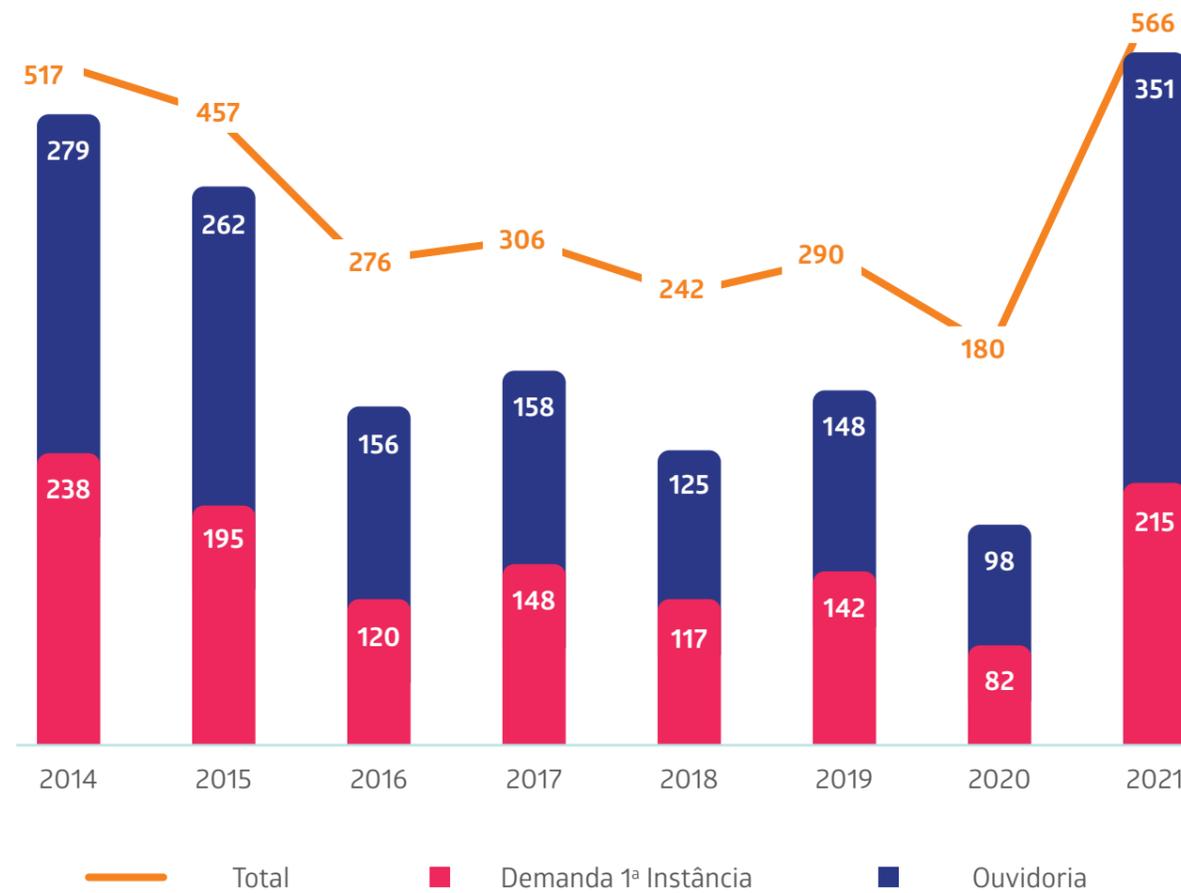




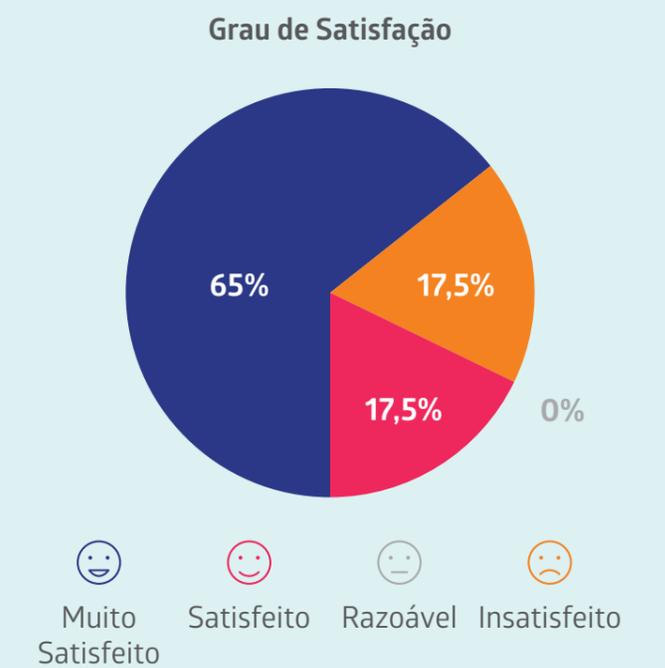
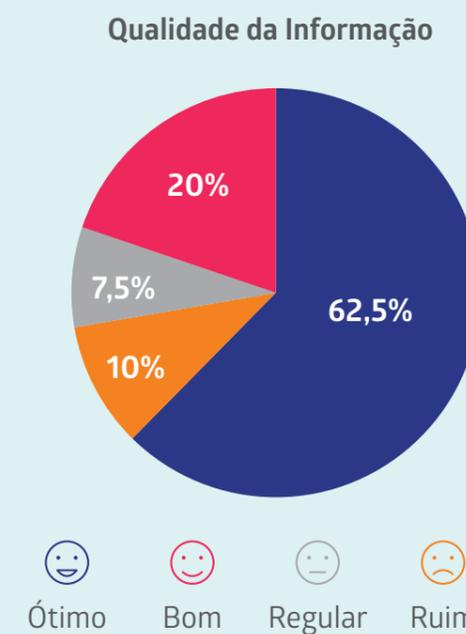
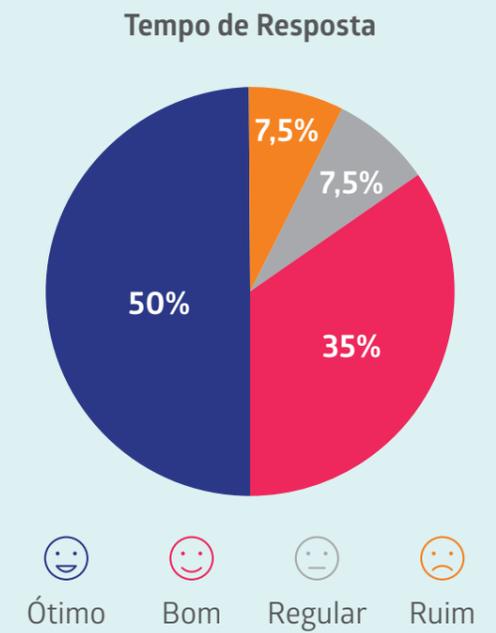
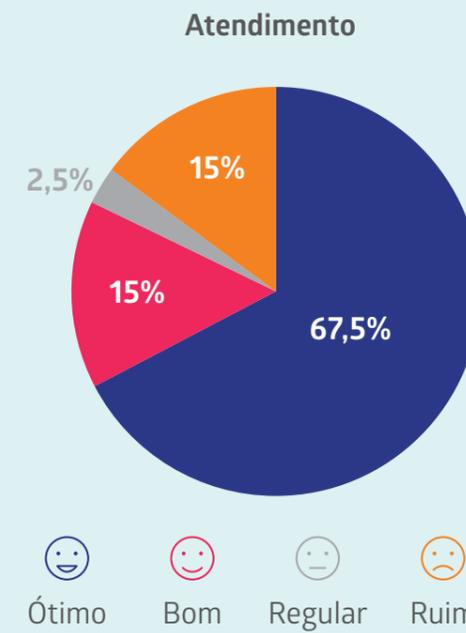
Evolução

No ano de 2021, foram recepcionadas 566 manifestações: 215 consideradas como 1ª instância, sendo encaminhadas para a Central de Relacionamento, e 351 tratadas como Ouvidoria.

Veja o histórico anual das manifestações recepcionadas pelo canal Ouvidoria desde a sua criação em 2014.



Desde 2018, como forma de mensurar a percepção dos públicos em relação ao canal, enviamos uma Pesquisa de Satisfação após o envio das respostas às solicitações. No ano de 2021, atingimos o índice de 83% para Ótimo/Bom.



É possível também acionar a Ouvidoria [por meio deste link](#).

05

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL



Proporcionamos aos nossos participantes e beneficiários conteúdos que ajudam a promover um maior conhecimento sobre o sistema de previdência complementar e assuntos relacionados à saúde.

#MinhaSaúde

Na área de saúde, tivemos oito podcasts com entrevistas realizadas com especialistas em nosso canal no [YouTube](#), além de informações e detalhes sobre os planos de saúde do Economus. Já a nossa página no [Facebook](#) contou com postagens lembrando datas especiais como, por exemplo, o Dia Mundial da Hipertensão e o Dia Nacional da Vacinação. O objetivo é trazer dicas e informações relevantes sobre prevenção, conscientização e cuidados com a saúde.

Educonomus

Nessa área, possuímos seis cursos que ajudam na organização do planejamento financeiro, aposentadoria e outros temas sobre previdência e finanças. Os cursos são oferecidos pelo Economus de forma online e gratuita, ministrado por instituições de ensino renomadas. Além disso, a página conta com notícias relevantes do mundo financeiro e previdenciário. Se você ainda não conhece, acesse www.economus.com.br/educonomus.

Assistência aos pensionistas

A perda de um ente próximo gera uma série de questões a serem resolvidas pelos dependentes. Essa fase, além de delicada, requer um período de adaptação e de conhecimento de seus direitos quanto aos benefícios previdenciários e aos planos de saúde.

Pensando nisso, foi criada no portal Economus uma página exclusiva aos pensionistas com informações dos planos previdenciários e de saúde. Nela, é possível compreender melhor os direitos dos pensionistas e requerer os benefícios com mais agilidade. O endereço é www.economus.com.br/pensionistas.

Digitalização

Tornar os processos mais digitais e utilizar ferramentas que ampliam a conectividade são instrumentos fundamentais para reduzir custos e contribuir com o meio ambiente. No Economus utilizamos a assinatura eletrônica de contratos, canais voltados à conectividade, notas técnicas eletrônicas, reuniões virtuais e digitalização de processos.

Tudo isso garante uma grande economia de recursos ao Instituto, além de reduzir o impacto de sua atividade ao meio ambiente a partir da diminuição no uso de recursos no dia a dia da sede, como papel, água e energia elétrica.



Coleta Seletiva

Em 2021, apesar dos desafios com a pandemia da Covid-19, o Economus manteve a realização da Coleta Seletiva no Instituto. Dessa forma, contribuimos na redução da extração dos recursos naturais e de envio de resíduos ao aterro sanitário.

a fim de serem reaproveitados. Os lixos não recicláveis são levados aos aterros sanitários para a realização do descarte correto, o que traz benefícios ao meio ambiente e à sociedade.

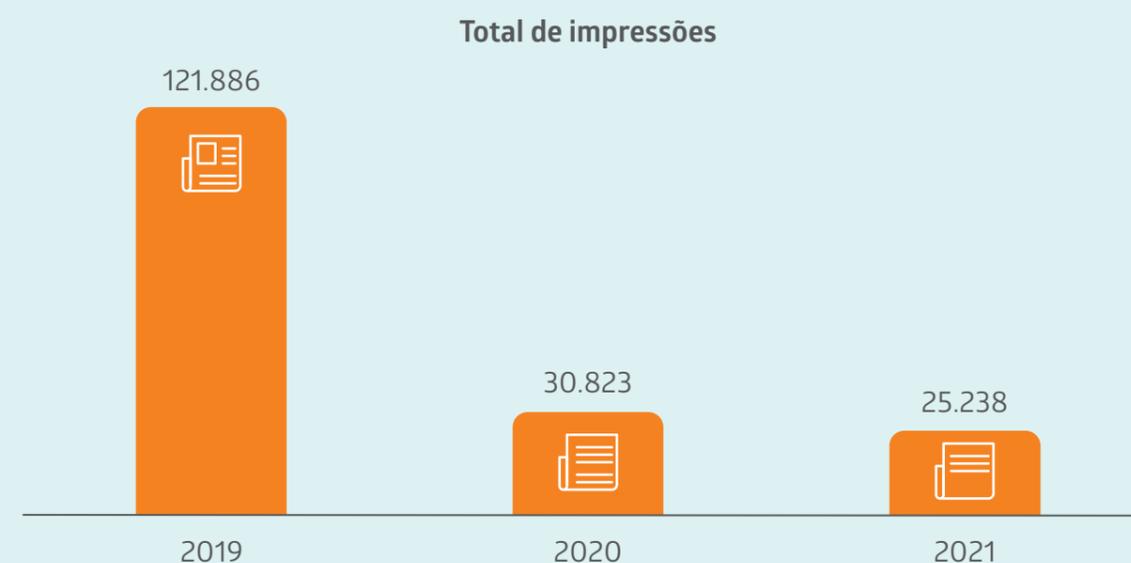
Ainda, os recursos recicláveis gerados pelo Instituto são encaminhados às cooperativas,

Em relação às lâmpadas de LED queimadas, pilhas e baterias usadas, o Economus também realiza o descarte apropriado e responsável.

Redução do uso de papéis

A conscientização para a redução no uso de papéis para impressão é constante no Economus, diminuindo o descarte de materiais naturais e, conseqüentemente, as despesas do Instituto. Em 2021, as soluções digitais e de conectividade, citadas anteriormente neste capítulo, foram fundamentais para diminuir a necessidade de uso.

Comparado a 2020, **tivemos uma redução de 18% no volume de impressões**, a qual representa 5.585 papéis a menos utilizados no Instituto e, quando comparamos a 2019, a redução é ainda mais significativa, com redução de 79%, cerca de 192 resmas de papel. Veja o comparativo abaixo, que mostra como a redução de impressões tem sido significativa, desde 2019:



Investimentos Responsáveis

Desde 2008, o Economus é signatário do *Principles for Responsible Investments* – PRI, ou Princípios para Investimentos Responsáveis, em português, ratificando a sustentabilidade como um dos valores que regem sua atuação. Criado em 2006, o PRI é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas – ONU, para garantir e fomentar a incorporação das melhores práticas relacionadas à sustentabilidade dos

investimentos, baseadas em três pilares: ambiental, social e governança corporativa.

Ao integrar este grupo, o Economus reforça sua preocupação em fomentar, de maneira constante, as melhores práticas e diretrizes para gestão dos investimentos, em busca de um sistema financeiro global sustentável - cujos resultados, a longo prazo, tragam benefícios ao meio ambiente e à sociedade.

06



RISCOS, CONFORMIDADE E CONTROLES INTERNOS

O ano de 2021 não foi menos desafiador que o ano de 2020. A pandemia continuou com novas ondas de contágio por novas variantes da Covid-19 e, dessa forma, persistiram os impactos tanto na questão da saúde, como na questão econômica, em que a inflação foi o personagem principal no ano.

O Economus seguiu com o seu protocolo de Continuidade dos Negócios. Os colaboradores atuaram no regime de teletrabalho e, somente no último trimestre, realizou-se o retorno ao trabalho presencial no modelo híbrido: com segurança, revezamento e dentro dos protocolos sanitários previstos pela ciência e profissionais de saúde.

GESTÃO DE RISCOS

No Comitê de Gestão de Riscos, realizado mensalmente, discutimos questões que envolvam riscos e *compliance* no Economus. Temos como pauta fixa um relatório diagnosticando o monitoramento dos investimentos, devidamente classificados pela área de Riscos e Controles Internos.

Os riscos estão classificados como “baixo”, “neutro” ou “alto” para facilitar a interpretação. Veja abaixo a posição em dezembro/2021 de todos os riscos monitorados, em linha com o modelo proprietário de riscos do Instituto:

Risco de Mercado - de acordo com nosso acompanhamento mensal, a classificação para esse risco foi de “Neutro”. A utilização dos mandatos de risco, ao final do ano, para os fundos exclusivos de renda fixa de gestão, com foco em rentabilidade e liquidez, foi de 60,02% e 63,56% respectivamente, considerando os limites estipulados na política de Investimentos.

Risco de Crédito - de acordo com nosso acompanhamento mensal, a classificação para esse risco foi de “Baixo”. A análise estatística de perda esperada para todos os planos atribuí, em média, um percentual de 0,085% para o fechamento do mês de dezembro. O perfil de aplicação permanece concentrado nas principais classes de ratings AAA, AA e A, que representam 99,94% da carteira de crédito, mantendo uma baixa exposição a perdas.

Risco de Liquidez - de acordo com nosso acompanhamento mensal, a classificação para esse risco foi de “Baixo”. A classificação nesse nível se justifica devido ao atendimento às necessidades de caixa para a gestão dos pagamentos de benefícios e das demais obrigações dos planos previdenciários sem qualquer dificuldade.

Risco de Enquadramento - de acordo com nosso acompanhamento mensal, a classificação para esse risco foi de “Baixo” devido a todos os planos estarem em conformidade com as legislações vigentes (CMN 4661 e ANS nº 392).

Risco Sistêmico - de acordo com nosso acompanhamento mensal, a classificação para esse risco foi de “Baixo”. A classificação neste nível de risco está associada às aplicações permanecerem respeitando a diversificação de setores e emissores.



Além dos riscos em investimentos, são monitorados os riscos estratégicos e não financeiros, os quais o Economus faz a gestão por meio de ferramentas que buscam testar e garantir o melhor funcionamento possível do Instituto - com vias de mitigar, transferir ou eliminar os riscos identificados.

Risco Atuarial - o Economus utiliza os seguintes critérios para monitoramento:

Hipóteses Atuariais - monitoramento dos resultados dos testes de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras aplicadas à população observada; e

Acompanhamento do Conselho Fiscal - monitoramento do parecer pelo Conselho Fiscal, mediante fundamentação e documentação comprobatória da existência de controles internos, destinados a garantir o adequado gerenciamento dos riscos atuariais.

Risco de Terceirização - o Economus utiliza os seguintes critérios para monitoramento:

Processo de compras - inclui avaliação do preço cobrado pela empresa de terceirização de mão de obra, do cumprimento de obrigações trabalhistas/previdenciárias, assim como da situação financeira da empresa terceirizada, e se ela possui estrutura adequada à realização dos serviços;

Sistema de Compliance - promovemos uma gestão eficiente dos documentos que comprovem o pagamento das obrigações trabalhistas pelas empresas terceirizadas;

Avaliação dos Fornecedores - acompanhamento dos custos diretos, indiretos, bem como da qualidade dos serviços terceirizados prestados; e

Due Diligence - processo para verificação de aderências às normas internas de conduta e consultas às listas de sanções para novos e atuais fornecedores.

Risco Operacional - o Economus utiliza os seguintes critérios para monitoramento: Matriz de Riscos e Testes Segregados de Controle.

Risco Estratégico - o Economus utiliza os seguintes critérios para monitoramento:

Definição de metas - traçamos metas e ações preventivas para evitar a concretização do resultado negativo e suas possíveis consequências.

Acompanhamento de metas - estabelecemos estratégias ordenadas para identificar os eventos capazes de afetar o desempenho e a administração dos riscos, a fim de mantê-los compatíveis quanto ao seu apetite ao risco e possibilitar garantia razoável no cumprimento de nossos objetivos.

PRINCIPAIS AÇÕES EM 2021



Testes Segregados de Controle

Dispomos deste importante processo dedicado à gestão e monitoramento do risco operacional, por meio de políticas e ferramentas, implementados de acordo com a natureza e a complexidade dos negócios nos quais atuamos. Para proteger nossos participantes, assistidos, beneficiários e empregados, gerimos o risco operacional, evitando-o, mitigando-o ou transferindo-o.

A partir da metodologia *walkthrough test* (teste por travessia), o Economus, através de um sistema de amostragem colhido do seu mapa de processos, ou ainda por eventuais fragilidades em processos, efetua esses testes nas unidades, validando suas políticas, normas e procedimentos e se tudo está ocorrendo na prática. Esse importante teste tem o objetivo de corrigir eventuais fragilidades e adequar às práticas modernas os procedimentos, dando importante direcionamento para a segurança da execução da atividade avaliada.

Os testes de controle dão ao Economus mais segurança no controle dos riscos, uma vez que eles são medidos, inicialmente, através de entrevistas com as unidades. Após essas entrevistas, os riscos são marcados na Matriz de Riscos do Economus. Entretanto, para poder mensurá-los efetivamente, é preciso testar a veracidade das informações prestadas pelas unidades, que podem conter algumas incongruências. Caso ocorram, são realizados os testes segregados, que alimentam o mapa de processos, norma e procedimento da unidade analisada.

São efetuados testes para aquela determinada atividade, que demonstram se as informações colhidas durante a fase de levantamento do risco foram prestadas corretamente pela unidade e, conseqüentemente, os riscos daquela operação e seus mitigadores são evidenciados, validados, classificados e passam a ser monitorados de acordo com a sua complexidade.

Acompanhamento dos Indicadores de Conformidade

As áreas previdenciais, assistenciais e administrativas cumpriram todas as suas obrigações internas e externas. Isso significa que o Economus não possui pendências por atrasos em suas obrigações que poderiam impactar em juros/multas, infrações e/ou sanções interpostas pelas agências reguladoras e governamentais de maneira geral.

Em 2021, o Economus monitorou cerca de 84 obrigações legais e institucionais com diversas periodicidades. Dessa forma, essas atividades resultaram em planos de ação que, somados, tiveram mais de duas mil etapas no ano. Esse nível de capilaridade na gestão das obrigações do Instituto demonstra o comprometimento do Economus com as legislações aplicáveis, assim como aos requerimentos de colegiados internos.

Matriz de Riscos

A Matriz de Riscos é a representação gráfica utilizada durante a análise do risco de uma determinada unidade. É uma ferramenta visual que possibilita ver rapidamente quais são os riscos que devem receber mais atenção do Economus, o que torna muito mais fácil o entendimento e engajamento das equipes e suas respectivas gestões.

Ao longo de 2021, o Instituto promoveu uma maior proximidade na análise destes riscos, com planos de ação sendo discutidos ao longo de todo o ano. A Matriz de Riscos é estática e dinâmica, com os riscos sendo discutidos e tratados ao longo de todo o ciclo.

Nesse Ciclo de Avaliação de Riscos e Controles Internos, o Economus produziu planos de ação para que se alcance seus mitigadores sem impactar nas metas e entregáveis das unidades, não deixando a questão do monitoramento constante de lado, sendo discutidos mensalmente em nosso comitê de gestão de riscos.

A matriz de riscos do Instituto foi levada a todas as esferas de Governança e, também,

em reuniões específicas para escolha do melhor plano de ação para mitigação e/ou tratamento, o que gerou comprometimento de todos os envolvidos na busca por construções de soluções mitigadoras.

O processo ainda resultou na criação de planos de ação cadastrados em nosso sistema de obrigações. Cada área responsável pelo risco identificado apresentou evidências do tratamento dos riscos ao longo de todo o período.

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

Foi lançado o hotsite da LGPD do Economus, onde estão demonstrados publicamente os compromissos do Instituto na proteção dos dados de seu público, abrangendo colaboradores e fornecedores. Além disso, foram promovidas ações externas e internas para adequação definitiva do Instituto à Lei Geral de Proteção de Dados.

Ajustes em contratos com fornecedores e parceiros, termos de confidencialidade de todos os seus empregados, dirigentes, conselheiros e prestadores de serviços foram revisados e adequados à nova legislação.

Questões de anonimização e proteção de seus dados foram praticadas na busca constante para atender a legislação - principalmente ações que visam a proteção de todo e qualquer dado de nosso público, promovendo um ambiente cada vez mais seguro, com testes, monitoramento e forte cultura institucional no uso dos dados.

Lançamos um canal direto para falar com o DPO, que é o nosso *Data Protection Officer* (encarregado pelos dados pessoais no Economus). Ele é um profissional designado pelo Economus para orientar o público interno e externo, além de ser o maior guardião de toda a estrutura de dados do Instituto.

O e-mail dpo@economus.com.br é um canal para que todos tirem suas dúvidas no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados.

07

INVESTIMENTOS: CENÁRIOS, GESTÃO E DESEMPENHO CONSOLIDADO



O ano de 2021 teve como principal vetor de influência nos mercados financeiros a expectativa de superação da pandemia de Covid-19, com a vacinação disseminada globalmente. Nesse sentido, verificou-se o aumento da atividade econômica com a retomada da mobilidade, o que não quer dizer que os impactos econômicos da crise sanitária tenham sido totalmente superados durante o ano.

Com a sustentação da renda por pacotes de estímulo e as quebras constantes na cadeia produtiva global, que ainda segue em processo de normalização, criou-se um descompasso entre a oferta e demanda de bens. O resultado disso foi a elevação generalizada de preços (inflação). Dessa maneira, os bancos centrais começaram a mudar sua postura ao longo de 2021, sinalizando altas de juros.

O efeito causado pela pandemia nas cadeias produtivas globais, aliado às políticas de incentivo fiscal e monetário - que proporcionaram a retomada do crescimento econômico e que, agora, migram para o campo restritivo -, continuarão a produzir efeitos, em maior ou menor intensidade, ao longo de 2022.



Cenário Internacional

Sobre a conjuntura internacional, a atividade econômica foi marcada por altas taxas de crescimento em 2021, beneficiadas pela baixa base de comparação e pelos estímulos já citados, que impulsionaram a demanda. Ainda assim, a média de crescimento econômico no biênio 2020-21 foi baixa ou negativa, com 1% nos Estados Unidos e -0,5% na Zona do Euro.

Ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta seguiu negativamente impactada pelos *lockdowns* e pelas descontinuidades nas cadeias de insumos. O resultado deste descompasso entre demanda e oferta foi a elevação generalizada dos preços, com alta em todas as etapas da cadeia: *commodities*, fretes, preços ao produtor e preços aos consumidores.

Durante boa parte de 2021, os bancos centrais, principalmente dos países desenvolvidos, entenderam que a inflação era de natureza transitória, de forma que a normalização da economia levaria também à normalização dos preços.

Com o passar do tempo, percebendo a continuidade da demanda e o caráter permanente da inflação, os bancos centrais, notadamente o norte-americano (*Federal Reserve - Fed*), começaram a mudar sua postura no segundo

Cenário Nacional

Sobre a conjuntura econômica nacional, a depreciação cambial, combinada com o choque inflacionário global, fez com que os índices de preços ficassem bastante pressionados também no âmbito doméstico, o que levou o Banco Central a iniciar a trajetória de elevação da taxa básica de juros (Selic) no mês de março. A taxa básica começou o ano em 2% (mínimo histórico) e, com a continuidade dos ajustes restritivos - observando-se a resistência da inflação e de seus núcleos pelos motivos já expostos, fechou o ano em 9,25%. O IPCA fechou o ano com alta de 10,06% e o INPC com alta de 10,16%.

Mesmo com a trajetória restritiva da política monetária, e recuperando-se do declínio da atividade no ano anterior, o PIB brasileiro deve fechar 2021 acima de 4,5%. No entanto, demonstrou arrefecimento a partir do segundo semestre, com a expectativa de continuidade das altas da Selic para patamar próximo a 12%, e com a expectativa de contração das condições financeiras ao redor do mundo.

A curva de juros do país, principal parâmetro do segmento de Renda Fixa, apresentou elevação em toda a sua extensão. Os investidores demonstraram aumento das incertezas em relação às condições financeiras dos países desenvolvidos e à capacidade de pagamento do Governo Federal no longo prazo, exigindo maiores prêmios. Esse raciocínio é

semestre de 2021. O Fed anunciou a redução das suas compras mensais de títulos em outubro, mas foi além no fechamento do ano, mudando sua comunicação com relação à inflação e sinalizando altas de juros. Com esta mudança no ambiente internacional, agora mais avesso ao risco com expectativas de taxas de juros mais elevadas e consequente contração das condições financeiras nos países desenvolvidos, os emergentes e suas moedas não foram favorecidos.

calçado tanto no ritmo de desenvolvimento da agenda econômica do Governo, quanto no elevado volume de gastos, que buscou conter os efeitos da pandemia sobre a atividade econômica.

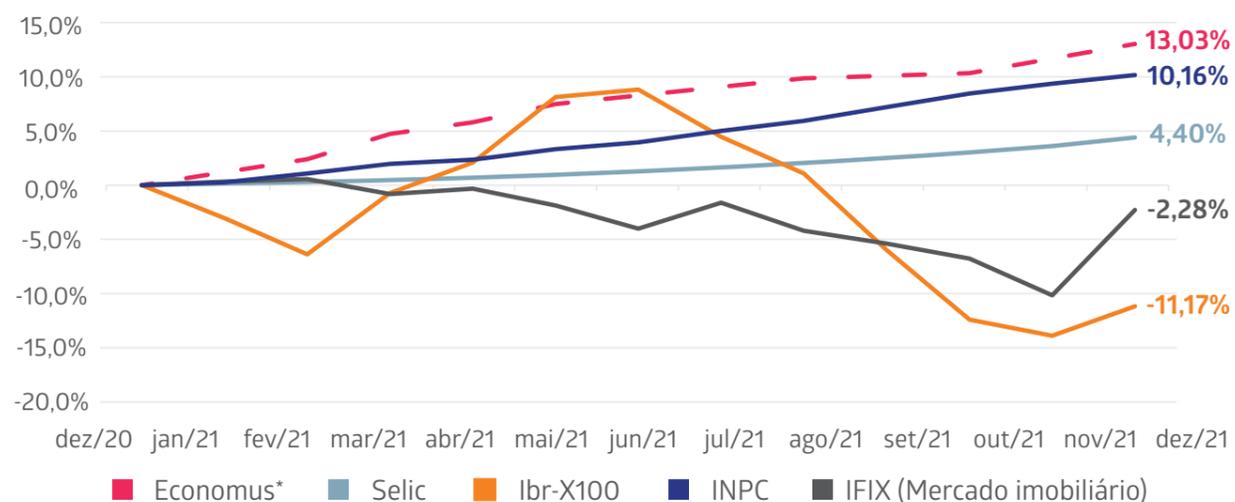
Em função do cenário exposto, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar apresentou depreciação, encerrando 2021 com a cotação de R\$ 5,58 para cada 1 dólar (-7,4% em relação ao fechamento do ano anterior).

O comportamento do mercado de Renda Variável foi positivo no primeiro semestre e, com as tensões políticas iniciadas no 2º semestre, mudou de direção: o índice IBrX-100¹, que agrega as cem ações mais negociadas na B3, reportou desvalorização de 11,17% em 2021.

De forma a exemplificar o desempenho dos principais indicadores do mercado doméstico, ao longo de 2021, apresentamos abaixo um gráfico contendo o comportamento dos índices de referência do mercado, comparados à rentabilidade consolidada do Economus². Ele demonstra a resiliência do portfólio de investimentos do Instituto às adversidades verificadas ao longo do período, em função de sua diversificação e assertiva seleção de investimentos.

¹O IBrX-100 é o índice que representa as cem ações mais negociadas na bolsa de valores do Brasil.
²Rentabilidade ponderada dos planos pela sua respectiva participação no patrimônio sob gestão do Economus.

Rentabilidade 2021 - Economus x Parâmetros de Mercado



*Rentabilidade ponderada dos planos pela sua respectiva participação no patrimônio sob gestão do Economus.

Como o cenário e as decisões da gestão impactaram os investimentos do Economus

No decorrer de 2021, a gestão de investimentos do Economus focou sua atuação em operações com títulos públicos federais, em cenário favorável para o alongamento das carteiras, proporcionando proteção adicional ao fluxo do passivo atuarial e às variações da inflação nos planos de benefício definido. Apresentamos as principais operações realizadas durante o ano:

Investimento de **R\$ 2,5 bilhões** em títulos públicos federais (NTN-B), com vencimentos em 2035, 2040, 2045 e 2050, sendo parte deste montante reinvestimento dos títulos NTN-C, vencidos em 2021, para o Plano Regulamento Geral (Grupo C).

Investimento de **R\$ 27,5 milhões** em títulos públicos federais (NTN-B), com vencimentos em 2030, 2040 e 2045 para os Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B), nº 2 (Grupo A) e PrevMais.

Para definir a alocação dos recursos entre as classes de ativos, o Economus apoia-se nos seguintes pilares:

1. Avaliação prospectiva de distintos cenários econômicos e de suas probabilidades de ocorrência;
2. Aderência dos ativos às necessidades dos passivos administrados, em curto, médio e longo prazos, a qual é apurada através de estudos técnicos;
3. Gerenciamento da liquidez, com foco no cumprimento das obrigações junto aos participantes, assistidos e beneficiários;
4. Avaliação criteriosa de todos os riscos aos quais os investimentos estão sujeitos; e
5. Otimização do retorno dos portfólios administrados, fazendo uso de alocações dinâmicas e investimentos táticos, sempre em observância às melhores práticas de mercado e às regras de solvência, prudência e segurança que as Políticas de Investimentos e Órgãos Reguladores recomendam.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

Patrimônio Consolidado

Em dezembro de 2021 o montante patrimonial consolidado ficou em **R\$ 8,421 bilhões**, representando evolução nominal de 8,5% quando comparado a dezembro de 2020.

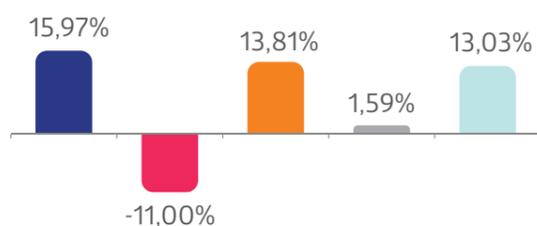
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	Valores em R\$			
	Posição Consolidada			
	%	31/12/2020	%	31/12/2021
Renda Fixa	82,90%	6.435.964.031	86,18%	7.257.476.982
Títulos Públicos	59,33%	4.606.387.326	62,42%	5.256.740.628
Títulos Privados	8,71%	676.601.894	7,14%	601.473.792
Fundos de Investimento	14,85%	1.152.974.811	16,62%	1.399.262.562
Renda Variável	8,72%	677.265.209	7,31%	615.685.109
Fundos de Ações	8,72%	677.265.209	7,31%	615.685.109
Estruturado	2,42%	187.765.776	1,51%	126.868.642
FIP (Participações)	2,09%	162.028.749	1,51%	126.868.642
Fundo Multimercado	0,33%	25.737.027	-	-
Imobiliário	2,44%	189.151.925	1,89%	159.371.334
Aluguéis e Renda	1,79%	139.271.500	1,67%	140.336.800
FI (Imobiliário)	0,64%	49.880.425	0,23%	19.034.534
Empréstimos	3,39%	263.368.595	3,11%	262.028.873
Empréstimos à Participantes	3,39%	263.368.595	3,11%	262.028.873
Valores a Receber	0,13%	10.235.439	-	-
Ações à Vista ¹	0,13%	10.235.439	-	-
Total dos Investimentos	100%	7.763.750.974	100%	8.421.430.940

¹ Venda integral das ações do IRBR3.

Indicadores de desempenho: Economus x EFPCs Consolidado

Analisando a mediana dos retornos de investimentos de outros Fundos de Pensão, calculada pela nossa Consultoria Financeira externa, foi verificado que os retornos do Economus superaram, novamente, no consolidado e em cada segmento individual, a amostra de 119 Entidades coberta pelos consultores. O retorno consolidado foi de 13,03% em 2021, representando 2,7 vezes do retorno da mediana da amostra (4,77%).

Retorno Consolidado dos Investimentos



■ Renda Fixa ■ Renda Variável ■ Estruturado ■ Imobiliário ■ Consolidado

Renda Fixa

Em 2021 a gestão optou por priorizar a alocação em títulos públicos federais, que enceraram o ano representando 62,4% do total da carteira e 72,4% da Renda Fixa. Em complemento, a estratégia de alocação em crédito privado, por meio de fundos de investimentos, correspondeu a aproximadamente 16,6% da Renda Fixa, com baixo risco e liquidez adequada para as carteiras de investimentos.

A carteira de títulos públicos foi o principal destaque do segmento, reportando valorização de 20,99% em 2021.

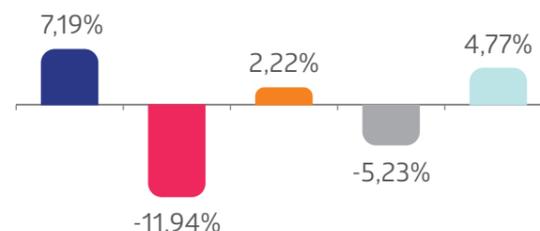
Renda Variável

Durante o exercício de 2021, o FIC BB Eco Stocks, veículo exclusivo do Economus, administrado e gerido pela BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM), apresentou resultado de -11,08%, contra -11,17% do seu *benchmark*, o IBrX-100.

Imobiliário

O segmento imobiliário apresentou desempenho de 1,59% em 2021. Em comparação, o índice dos Fundos Imobiliários (IFIX) listados na B3 apresentou desempenho de -2,28%. O

Mediana dos Retornos dos Fundos de Pensão



segmento seguiu impactado pela conjuntura da Covid-19, em que os locatários continuaram renegociando contratos, com objetivo de reduzir o impacto econômico em suas atividades, além da menor demanda por locação de espaços corporativos, em função de muitos locatários estarem em processo de adotar formatos de teletrabalho – totalmente remoto ou híbrido.

Estruturados

O segmento de Investimentos Estruturados apresentou desempenho de 13,81% no ano, principalmente em função do retorno dos Fundos de Investimento em Participações, os quais realizam investimentos em diversas empresas e setores da economia. Em contexto de diferentes níveis de recuperação da atividade nos setores da economia, uma parcela das empresas investidas pelo Economus foi impactada positivamente, destacando a Oferta Pública Inicial (IPO, em inglês) da companhia Livetech da Bahia S/A (LVTC3), na qual o Economus detém participação indireta através do FIP 2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I Multiestratégia. O desempenho do fundo, no ano, foi positivo em 86,1%, principalmente em função do citado IPO.

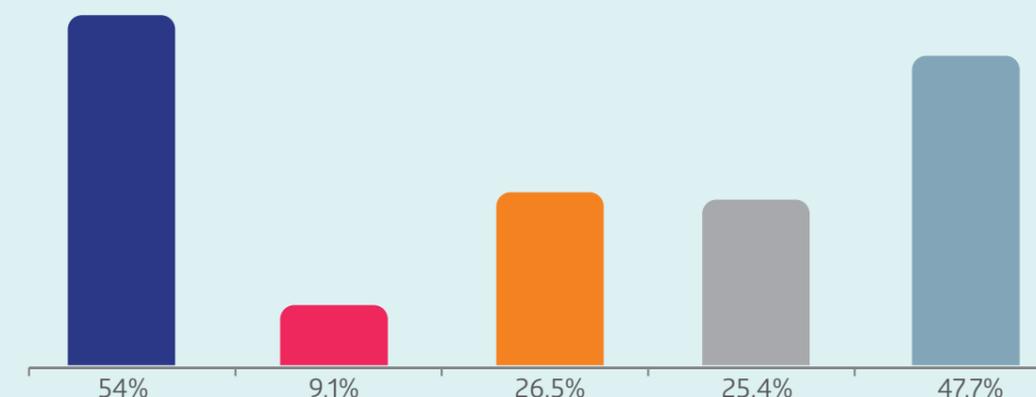
Operações com Participantes (empréstimos)

O segmento de Operações com Participantes, no qual estão inseridos os empréstimos, apresentou desempenho de 11,2%, em 2021.

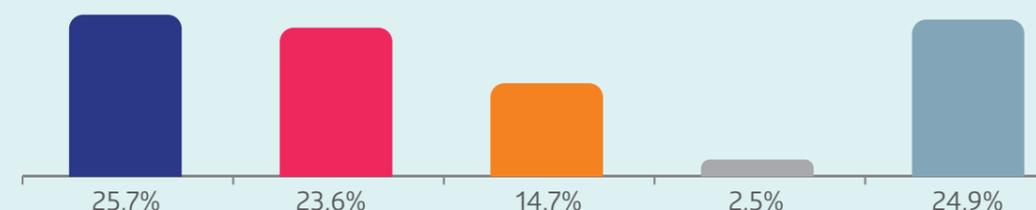
Comparativo de Rentabilidade com Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Apresentamos, a seguir, parâmetros comparativos de rentabilidade em relação ao período acumulado dos últimos três anos. A rentabilidade consolidada do Economus (47,7%) se mantém superior à obtida pela amostra de EFPCs analisada (24,9%).

Retorno Consolidado dos Investimentos



Mediana dos Retornos dos Fundos de Pensão



■ Renda Fixa ■ Renda Variável ■ Estruturado ■ Imobiliário ■ Consolidado

Política de Investimentos – Previdencial

Em cumprimento à legislação vigente, a Política de Investimentos Previdencial, aprovada pela Governança, tem o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Gestão de Investimentos nas ações de curto, médio e longo prazos para a alocação dos recursos, fornecendo, inclusive, subsídios para avaliação e monitoramento pelo Patrocinador (Banco do Brasil), bem como por participantes e assistidos.

A Política de Investimentos é elaborada a partir da identificação das necessidades atuariais e definição do conjunto de ativos, descrevendo os objetivos de retorno, tolerância aos riscos e restrições de investimento como forma de buscar constituir reservas suficientes para o pagamento de benefícios complementares ao longo do tempo.

A vigência da Política de Investimentos Previdencial é de 01/01/2021 a 31/12/2025, sendo submetida à revisão anual, ou em períodos inferiores a este, em decorrência de eventuais alterações relevantes: na conjuntura econômica; no passivo dos planos; ou na legislação que regula as EFPCs.

Política de Investimentos – Assistencial

Como operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde, classificada na modalidade de Autogestão pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, e conforme determinação da Resolução Normativa nº 410 da ANS, de 17/08/2016, aplica-se a esta Política de Investimento a Resolução CMN nº 4.444, de 13/12/2015, no que tange aos recursos garantidores do plano, os instrumentos financeiros permitidos, limites de aplicação, condições estipuladas e requisitos de diversificação para aceitação dos ativos correspondentes.

A Política de Investimentos Assistencial, aprovada pela Governança, tem o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Gestão de Investimentos nas ações de curto, médio e longo prazos para a alocação dos recursos da Reserva Técnica do Fundo Econômico de Assistência Social - FEAS, Economus Família e Administrativo Assistencial; fornecendo, inclusive, subsídios para avaliação e monitoramento pelas partes interessadas. A vigência da Política de Investimentos Assistencial vai de 01/01/2021 a 31/12/2025, sendo submetida à revisão anual ou em períodos inferiores a este, em decorrência de eventuais alterações relevantes: na conjuntura econômica; nas despesas dos planos ou na legislação que os regula.

A política é construída a partir da definição do conjunto de ativos, descrevendo os objetivos de retorno, tolerância aos riscos e restrições de investimento, conforme as fontes de custeio e de despesas: contribuições dos beneficiários; receitas financeiras oriundas das aplicações; e despesas assistenciais.

Política de Investimentos 2021 - 2025		
CNPB	Plano	Meta / Indicador de referência
1978000138	Regulamento Geral	INPC + 5% a.a.
2006003429	PrevMais - Consolidado	(73% Selic) + (21% INPC + 4% a.a.) + (6% IBrX-100)
2006003429	PrevMais - Benefício de Risco	INPC + 4% a.a.
2006003429	PrevMais - Renda Programada	94% Selic + 6% IBrX-100
2006003429	PrevMais - Perfil Conservador	100% Selic
2006003429	PrevMais - Perfil Moderado	85% Selic + 15% IBrX-100
2006003429	PrevMais - Perfil Agressivo	70% Selic + 30% IBrX-100
2006003429	PrevMais - Perfil Super Agressivo	55% Selic + 45% IBrX-100
1978000219	Regulamento Complementar nº 1	INPC + 3,76% a.a.
1978000383	Regulamento Complementar nº 2	INPC + 4% a.a.
9970000000	PGA - Plano de Gestão Administrativa	100% Selic
Assistenciais	Feas/Eco. Família/Adm. Assistencial	100% Selic

As Políticas de Investimentos, completas e em versão sintética, estão disponíveis em nosso site, no menu **Investimentos > Política de Investimentos**.



Custos com a Gestão dos Investimentos – Diretos e Indiretos

Valores em R\$

Gestão Direta	2021	2020	Δ %
Despesas com Administração dos Investimentos ¹	9.965.420	8.683.080	14,8%
Custódia, Câmaras de Liquidação e Entidades Regulatórias ²	798.118	776.113	2,8%
Taxa de Corretagem	-	34.433	-100%
Total dos Custos com Investimentos	10.763.538	9.493.626	13,4%
Total dos Investimentos	6.260.580.093	5.695.864.753	9,9%
% dos Custos sobre os Investimentos	0,17%	0,17%	-

¹Fonte da despesa: Balancete PGA - conta contábil nº 1.02.02.06.00 - Custeio Administrativo dos Investimentos.

²Despesas com Taxa de Custódia, Cetip, Selic, CBLC, CVM e Anbima.

Valores em R\$

Gestão Indireta	2021	2020	Δ %
Taxa de Administração/Gestão	5.930.212	7.240.577	-18,1%
Taxa de Performance	3.682.197	197.138	1767,8%
Custódia, Câmaras de Liquidação e Entidades Regulatórias ¹	1.664.584	1.567.167	6,2%
Outras Despesas ²	949.501	871.420	9%
Total dos Custos com Investimentos	12.226.494	9.876.302	23,8%
Total dos Investimentos	2.160.850.847	2.067.886.221	4,5%
% dos Custos sobre os Investimentos	0,57%	0,48%	-

¹Despesas com Taxa de Custódia, Cetip, Selic, CBLC, CVM e Anbima.

²Engloba principalmente despesas com assessoria jurídica, auditorias, laudos de avaliação e despesas com comercialização imobiliária.

Valores em R\$

Gestão Indireta	2021	2020	Δ %
Taxa de Administração/Gestão	5.930.212	7.240.577	-18,1%
Total dos Investimentos - Gestão Indireta	2.160.850.847	2.067.886.221	4,5%
Taxa média anual	0,27%	0,35%	-

Em relação à gestão direta, totalizando R\$ 6,2 bilhões, o custo sobre os investimentos foi mantido em 0,17%.

Para a gestão indireta, totalizando R\$ 2,16 bilhões, seguimos reduzindo as despesas com taxa de administração/gestão, resultado de maior eficiência nas alocações e negociações junto aos gestores e administradores terceirizados.

Ainda sobre os custos com gestão indireta, a variação positiva ocorreu devido ao pagamento de taxa de performance, despesa não recorrente e atrelada ao desempenho dos fundos, superior às expectativas e aos seus respectivos *benchmarks*. Os veículos que reportaram pagamento de taxa de performance no ano foram:

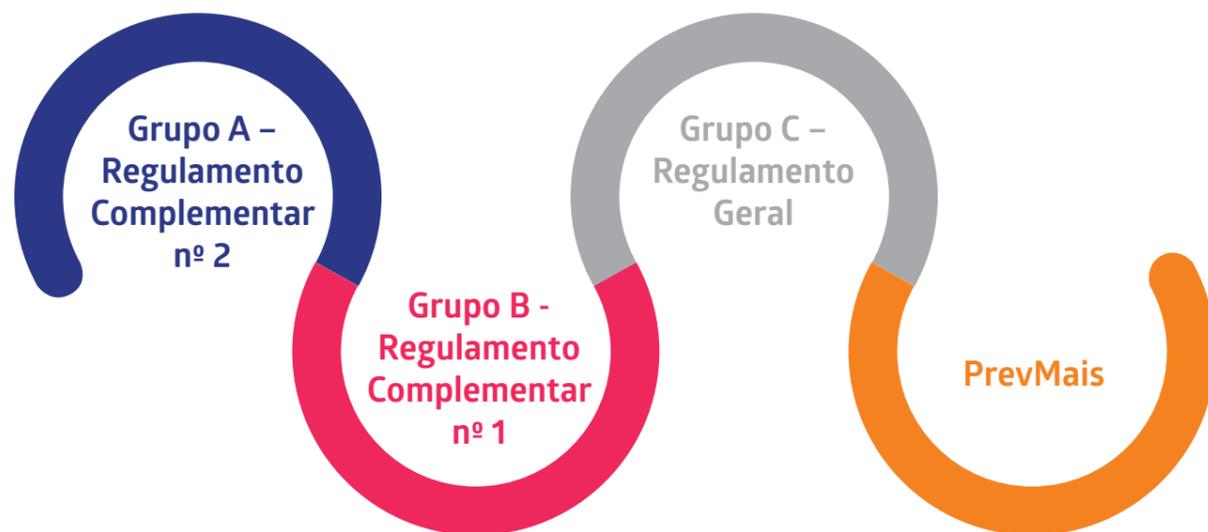
(i) FIC FIM Absolute Vertex II (R\$ 893 mil); (ii) FIP Copa Florestal III (R\$ 1.784 mil); (iii) FIP CRP Empreendedor (R\$ 789 mil); (iv) FIP Industrial Parks Brasil (R\$ 210 mil); e (v) Franklin Valor e Liquidez (R\$ 6 mil).

08

GESTÃO, AVALIAÇÃO ATUARIAL E RESULTADOS

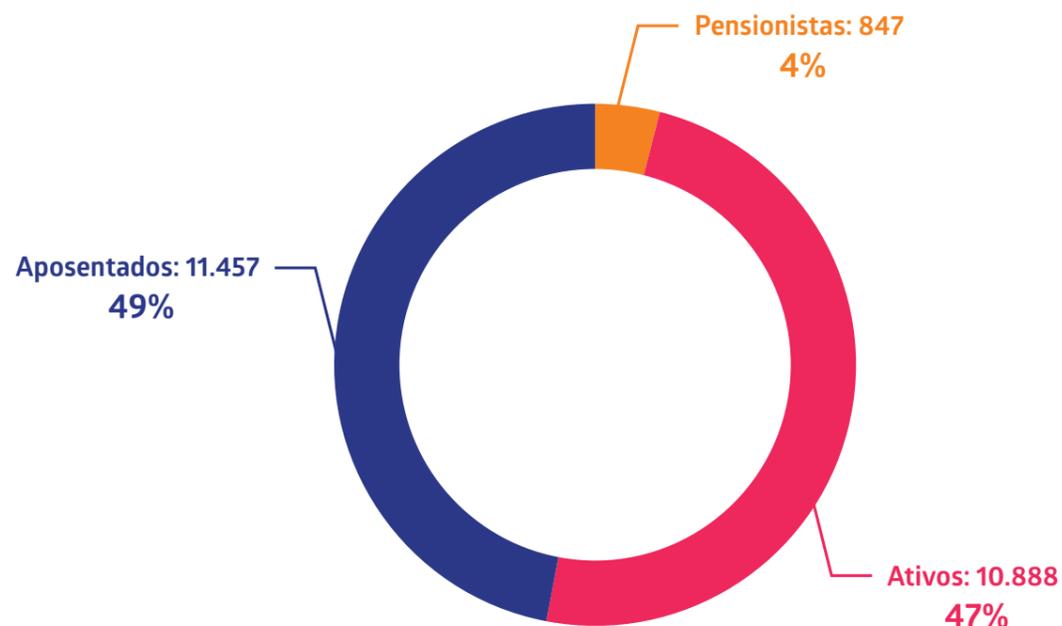


Temos 4 Planos de Benefícios:



O Economus possui dois patrocinadores, o Banco do Brasil e o próprio Instituto, e administra quatro planos de benefícios previdenciários, sendo três na modalidade de Benefício Definido (BD) e um na modalidade de Contribuição Variável (CV) para cerca de 23 mil participantes. Veja abaixo a distribuição entre ativos, aposentados e pensionistas:

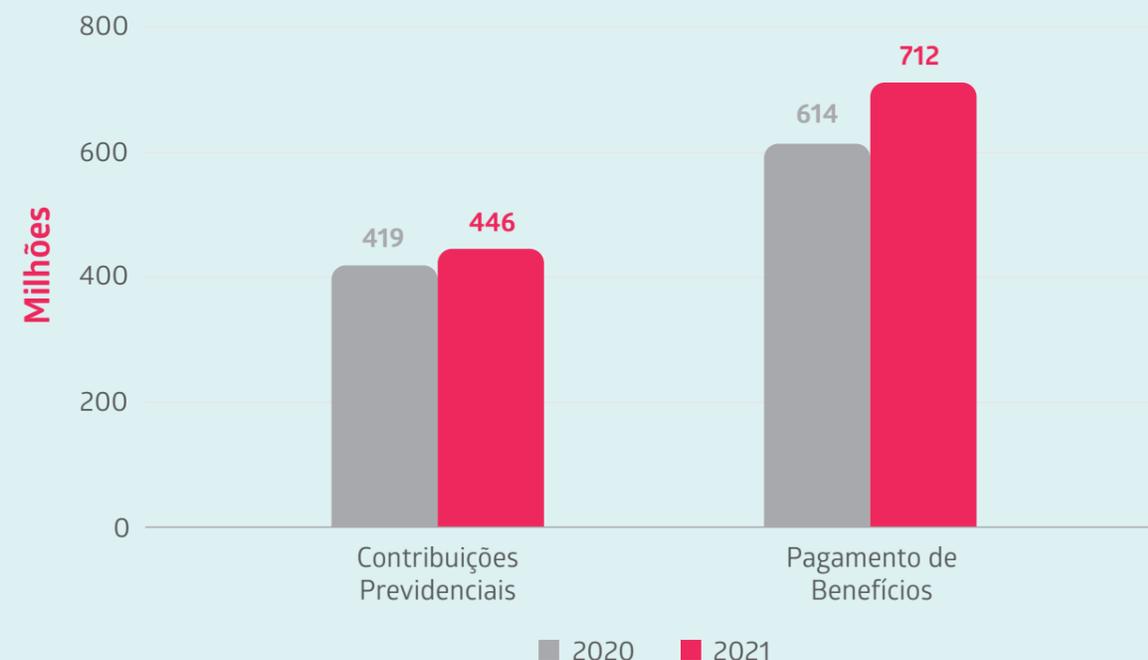
Perfil do Público



Nota: Do total de 23.192 participantes, 4.496 possuem dois planos de previdência: Regulamento Geral e PrevMais.

Em 2021 foram arrecadados R\$ 446 milhões em contribuições previdenciais e a folha de pagamento de benefícios totalizou R\$ 712 milhões. Comparado ao ano anterior, foi observado um incremento de 6% na arrecadação (2020 – R\$ 419 milhões) e 16% no pagamento de benefícios (2020 - R\$ 614 milhões), conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Contribuições Previdenciais e Pagamento de Benefícios



Operações com Participantes

O Economus oferece condições diferenciadas de empréstimo para os participantes e assistidos vinculados aos planos de benefícios previdenciários, com taxas competitivas em relação ao mercado e até 120 meses para pagar.

Em 2021, as carteiras de empréstimos somaram o saldo total emprestado de R\$ 262 milhões, em 7.028 contratos, sendo que R\$ 113 milhões foram concessões e renovações realizadas no período.

A inadimplência de 0,22% do volume emprestado representa uma redução de 6,01% do exercício de 2020 para 2021.

Para os planos Regulamento Geral (Grupo C), Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) e Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A), ocorreu redução da taxa de juros, acompanhando as reduções em suas taxas mínimas atuariais, aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Instituto. Além disso, a Governança do Economus autorizou o aumento do limite

máximo de concessão de R\$ 160 mil para R\$ 175 mil por participante para o Plano Regulamento Geral (Grupo C).

Já para o PrevMais, com o objetivo de alinhar aos demais planos e à conjuntura econômica, houve a mudança na composição da taxa cobrada, que resultou na alteração da taxa de SELIC + 1% para INPC + taxa de juros do plano, aplicado às concessões e renovações a partir de janeiro/2021.

Além disso, em função da renovação contratual relativa ao seguro prestamista, a partir de setembro de 2021, a taxa aplicável aos novos contratos e aos contratos vigentes sofreu alteração de 0,032% ao mês para 0,062% ao mês.

Adicionalmente, em virtude do decreto presidencial nº 10.797, de 16/09/2021, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado e descontado do valor do principal sofreu majoração no período entre 20/09/2021 e 31/12/2021.

AVALIAÇÃO ATUARIAL

Hipóteses Atuariais

Constituem as bases técnicas da avaliação atuarial de um plano de benefícios, representando um conjunto de estimativas de natureza demográfica, biométrica, econômica e financeira que, durante o período futuro considerado na avaliação do plano, espera-se que se realizem com bom nível de segurança.

A avaliação atuarial é feita com base em hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, da sua massa de participantes, assistidos e beneficiários, ao ambiente econômico e à legislação vigente, considerando ainda a atividade desenvolvida pelo patrocinador ou instituidor.

Conheça as hipóteses atuariais:

 Hipóteses Biométricas e Demográficas ([clique aqui para saber mais](#)); e

 Hipóteses Econômicas e Financeiras ([clique aqui para saber mais](#)).



Os estudos técnicos de aderência, realizados anualmente para atestar se as hipóteses atuariais utilizadas continuam adequadas às características da massa de participantes dos planos de benefícios, apontaram a necessidade de revisão de algumas delas.

Assim, apresentamos as hipóteses utilizadas para a Avaliação Atuarial de 2021 por Plano de Benefícios:

Hipótese	Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)	Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)	Regulamento Geral (Grupo C)	PrevMais
Mortalidade Geral	AT-83 IAM Feminina	AT-83 IAM Feminina	AT-2000 Básica Feminina	AT-2000 Suav em 10% Feminina
Mortalidade de Inválidos	Não aplicável	MI-2006 Feminina	MI-2006 Feminina	MI-2006 Feminina
Entrada em Aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável	TASA 1927	TASA 1927 desagravada em 20%
Entrada em Auxílio-doença	Não aplicável	Não aplicável	Exp. RegGeral 2016-2020	Exp. PrevMais 2016-2020
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Exp. Rot. Regul. Geral 2011-2020	Exp. Rot. PrevMais 2011-2020
Crescimento Salarial	Não aplicável	Não aplicável	0% ao ano	1,16% ao ano
Fator de Capacidade	0,9845	0,9845	0,9846	0,9849
Taxa de Juros	4% ao ano	3,76% ao ano	4,75% ao ano	4% ao ano
Composição Familiar	Família real	Família real	Família real	Família real para assistidos e Família padrão para ativos

Avaliação Atuarial

É um estudo técnico que revisa os Planos de Benefícios, sob os aspectos econômicos e atuariais, estabelecendo os recursos necessários para a garantia dos compromissos futuros, dado pelo pagamento de benefícios.

O objetivo principal é calcular o valor das reservas matemáticas para estabelecer o plano de custeio adequado. É, portanto, um instrumento fundamental para o fornecimento de informações estratégicas sobre o plano de benefícios, permitindo o planejamento em

longo prazo das suas obrigações de natureza previdencial.

Na avaliação atuarial, apura-se também a Duração do Passivo, que corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios líquidos de contribuições. É utilizado para analisar a taxa de juros do plano, determinar o percentual máximo para constituição de reserva de contingência, calcular o limite de déficit técnico acumulado e, se necessário, calcular o prazo máximo para amortização de déficit equacionado.

Destinação e Utilização de Superávit

De acordo com a legislação vigente³, o resultado superavitário do plano deve ser alocado como Reserva de Contingência até o montante calculado em função da duração do passivo do plano, dado pela seguinte fórmula:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática, limitado à 25\% das provisões matemáticas}$$

Se o resultado superavitário for superior ao limite apurado, o valor excedente será destinado à constituição de Reserva Especial para revisão do plano. Após três exercícios de constituição dessa reserva, será obrigatória a sua utilização para revisar o plano, empregando sucessivamente: (i) redução parcial de contribuições; (ii) redução integral ou suspensão da cobrança de contribuições no montante equivalente a, pelo menos, três exercícios; ou (iii) melhoria dos benefícios e/ou reversão de valores de forma parcelada aos participantes, aos assistidos e/ou ao patrocinador.

³Resolução CNPC nº 30/2018 e Instrução Normativa PREVIC nº 33/2020

Equacionamento de Déficit

O Equacionamento de Déficit deve ser elaborado quando o resultado deficitário for superior ao limite apurado em função da duração do passivo do plano, calculado da seguinte forma:

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = 1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$$

É obrigatório o equacionamento para o valor que exceder esse limite, respeitando o mínimo de 1% das provisões matemáticas e, caso estejam em curso, simultaneamente, três planos de equacionamento. Os novos equacionamentos deverão contemplar, no mínimo, 2% das provisões matemáticas.

Ajuste de Precificação

O Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificado na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

A legislação vigente determina que, para fins de destinação de superávit ou equacionamento de déficit, deverá ser considerado o Equilíbrio Técnico Ajustado, sendo que serão considerados o ajuste de títulos somente se negativo para destinação de superávit. No caso de equacionamento de déficit, serão considerados os ajustes positivos e negativos.

Resultados dos planos de benefícios

Com base na avaliação atuarial, os planos de benefícios fecharam 2021 com os seguintes resultados:

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL (em R\$ mil)			
	Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)	Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)	Regulamento Geral (Grupo C)	PrevMais
A) BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.029	13.419	7.911.664	768.366
B) BENEFÍCIOS A CONCEDER	48.477	73.813	577.402	1.509.802
C) PROVISÕES A CONSTITUIR	-9.347	-7.534	-1.360.934	-
D) TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS (= A + B + C)	41.159	79.699	7.128.132	2.278.168
E) PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	48.540	75.806	6.532.651	2.341.243
F) EQUILÍBRIO TÉCNICO (= E - D)	7.381	-3.893	-595.482	63.075
F.1) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.335	-	-	63.075
F.2) RESERVA ESPECIAL	46,21	-	-	-
F.3) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-	-3.893	-595.482	-
G) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	2.769	5.903	477.239	54.717
H) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (= F + G)	10.150	2.010	-118.243	117.793

GRUPO

REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2



Participantes:

729

Público:

Empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A. optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76.

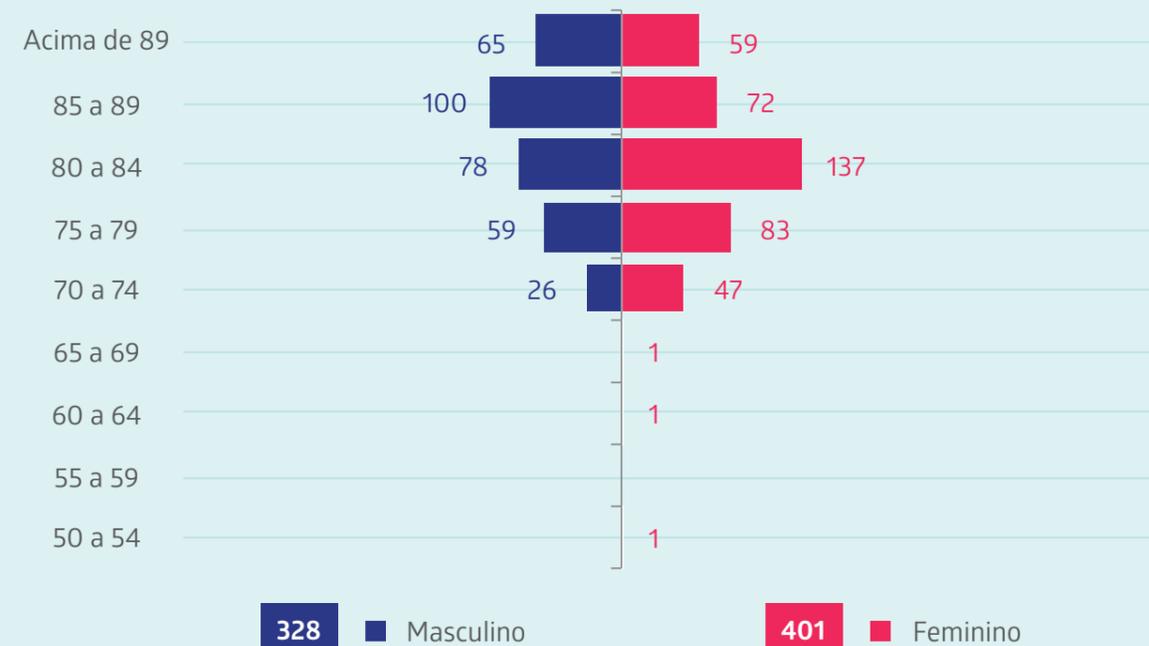
O plano está estruturado na modalidade BD, ou seja, no momento da contratação, o participante sabe qual é o nível de seu benefício futuro e as contribuições são ajustadas ao longo do tempo para garantir esse pagamento.

Atualmente, o Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) concede apenas Pecúlio por Morte aos beneficiários dos participantes habilitados ao recebimento de Pensão por Morte. Os benefícios de aposentadoria por tempo de serviço, idade, invalidez e pensão por morte são custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

O plano fechou o ano com patrimônio de cobertura de R\$ 49 milhões e população total de 729 participantes, distribuídos da seguinte forma:

Dados	Participantes	Pensionistas	Total
Quantidade	726	3	729
Idade média	83,55	70,19	83,49

Regulamento Complementar nº 02 (Grupo A) Pirâmide Etária



Em relação ao fluxo de entrada e saída de recursos, no exercício de 2021, o total de contribuições previdenciárias arrecadadas foi de R\$ 3,5 milhões, que representa um decréscimo de 2% no valor arrecadado comparado a 2020, e o dispêndio com a folha de pagamento de benefícios totalizou R\$ 1 milhão, um decréscimo de 47% comparado ao exercício anterior.

Operações com participantes

Os participantes do Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) podem solicitar empréstimo para pagamento em até 96 meses, à uma taxa de juros anual bruta de INPC + 6,91% (2021), sendo que o valor máximo está limitado a R\$ 100 mil.

No final do exercício de 2021, com 95 contratos ativos, o saldo total da carteira de empréstimo representava R\$ 4 milhões, o que representou 3,6% de redução em relação ao ano anterior.

A carteira de empréstimo do plano teve início em 2017, de acordo com as diretrizes de sua Política de Investimento. Importante frisar que, em virtude das regras definidas para concessão de empréstimo, o plano finalizou 2021 com o registro de apenas um contrato inadimplente.



Hipóteses Atuariais

Para o Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) as premissas foram mantidas, pois se mostraram adequadas no estudo técnico de aderência. Assim, apresentamos as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial de 2021 do Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A), em comparação às vigentes em 2020:

Hipóteses	De 2020	Para 2021
Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT-83 IAM Feminina	Inalterada
Fator de Capacidade	0,9845	Inalterada
Taxa de Juros	4% ao ano	Inalterada

Resultado Atuarial

O Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) encerrou o ano com Equilíbrio Técnico (F) superavitário de R\$ 7 milhões, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL (em R\$ mil)		
	Dezembro/2020 (A)	Dezembro/2021 (B)	Variação (B) / (A) - 1
A) BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.879	2.029	7,98%
B) BENEFÍCIOS A CONCEDER	49.045	48.477	-1,16%
C) PROVISÕES A CONSTITUIR	-11.405	-9.347	-18,04%
D) TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS (= A + B + C)	39.519	41.159	4,15%
E) PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	41.330	48.540	17,45%
F) EQUILÍBRIO TÉCNICO (= E - D)	1.810	7.381	307,68%
F.1) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.810	7.335	305,13%
F.2) RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO	-	46	-
G) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	1.504	2.769	84,13%
H) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (= F + G)	3.314	10.150	206,25%
I) Limite da Reserva de Contingência (em R\$) = [10% + (1% * duração do passivo)] x Provisão Matemática	7.169	7.335	2,31%



A variação das Provisões Matemáticas (D) deve-se pela atualização das reservas pela meta atuarial (INPC 2021 de 10,16% + taxa de juros 4,00% a.a.), ao envelhecimento da população, à amortização do déficit equacionado, pela concessão de Pecúlio por Morte e, principalmente, pela movimentação na base cadastral observada no exercício.

A meta atuarial no período foi de 14,57% e a rentabilidade auferida no exercício de 10,27%.

O Equilíbrio Técnico (F) superavitário de R\$ 2 milhões, em 2020, passou para R\$ 7 milhões, em 2021, resultado do ganho atuarial, principalmente, pela movimentação na base cadastral, demonstrado nas Provisões Matemáticas (D), na qual a expectativa de aumento era de 14,57% e foi observado um aumento de 4,15%.

Seguindo os parâmetros da Resolução CNPC nº 30/2018, o superávit do plano de R\$ 7,381 milhões está segregado em Reserva de Contingência de R\$ 7,335 milhões e em Reserva Especial de R\$ 46 mil.

Ademais, de acordo com a referida Resolução, observados os critérios previstos na Instrução Normativa PREVIC nº 33/2020, o Ajuste de Precificação (G) totalizou R\$ 3 milhões, resultando em um Equilíbrio Técnico Ajustado (H) superavitário de R\$ 10 milhões. Observa-se que, no caso de destinação de superávit, o equilíbrio técnico ajustado considerará somente o ajuste de títulos negativo.

A avaliação atuarial posicionada em dezembro/21 apurou o prazo remanescente das contribuições extraordinárias e o saldo do equacionamento do déficit de 2015, dado pelas Provisões Matemáticas à Constituir (C):

Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)	Saldo remanescente ¹ (R\$)	Prazo remanescente ¹	Contribuição extraordinária
Participantes em percepção de Benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo	9.345.895,93	24 meses (dez/2023)	2,94%
Assistidos	1.014,57	18 meses (jun/2023)	0,31%
Total	9.346.910,50		

¹Na posição 31/12/2021

RESULTADOS

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)	
	%	31/12/2021
Renda Fixa	91,56%	45.962.290
Títulos Públicos	77,64%	38.976.716
Títulos Privados	4,26%	2.139.893
Fundos de Investimento	9,65%	4.845.680
Empréstimo	8,44%	4.237.637
Empréstimos a Participantes	8,44%	4.237.637
Total dos Investimentos	100%	50.199.927

Gestão de carteiras – própria e terceirizada

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)	
	%	31/12/2021
Gestão Própria	90,35%	45
Gestão Terceirizada	9,65%	5
Total dos Recursos	100%	50

Custos com a administração dos investimentos

Valores em R\$		Valores em R\$	
Gestão Direta	Total	Gestão Indireta	Total
Despesas com Administração dos Investimentos ¹	68.065,16	Taxa de Administração/Gestão	4.292
Custódia, Câmaras de Liquidação e Entid. Regulatórias ²	4.794,95	Taxa de Performance	-
Taxa de Corretagem	-	Câmaras de Liquidação e Entidades Regulatórias ¹	5.145
Total dos Custos com Investimentos	72.860,11	Outras Despesas	143
Total dos Investimentos	45.354.246,23	Total dos Custos com Investimentos	9.581
% dos Custos sobre os Investimentos	0,16%	Total dos Investimentos	4.845.680
		% dos Custos sobre os Investimentos	0,20%

¹Fonte da despesa: Balancete PGA - conta contábil nº 4.02.01.00 - Adm. dos Planos Previdenciais.

²Despesas Cetip, Selic, CBLIC, CVM, Anbima.

¹Despesas Cetip, Selic, CBLIC, CVM, Anbima.

Enquadramento dos Investimentos

LIMITES DE ALOCAÇÃO	Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)		Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Superior
	Patrimônio dez/21				
	R\$	%			
Segmento de Renda Fixa	45.962.244,06	91,56%	100%	88%	100%
Segmento de Renda Variável	-	-	70%	-	-
Segmento de Investimentos Estruturados	-	-	20%	-	10%
Segmento Imobiliário	-	-	20%	-	-
Segmento de Operações com Participantes	4.238.638,60	8,44%	15%	12%	15%
Segmento de Investimentos no Exterior	-	-	10%	-	-

Política de Investimentos

Segmento	Alocação Objetivo 2021	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	88%	75%	100%	100%
Investimentos Estruturados	-	-	10%	20%
Operações com Participantes	12%	-	15%	15%
Total	100%			

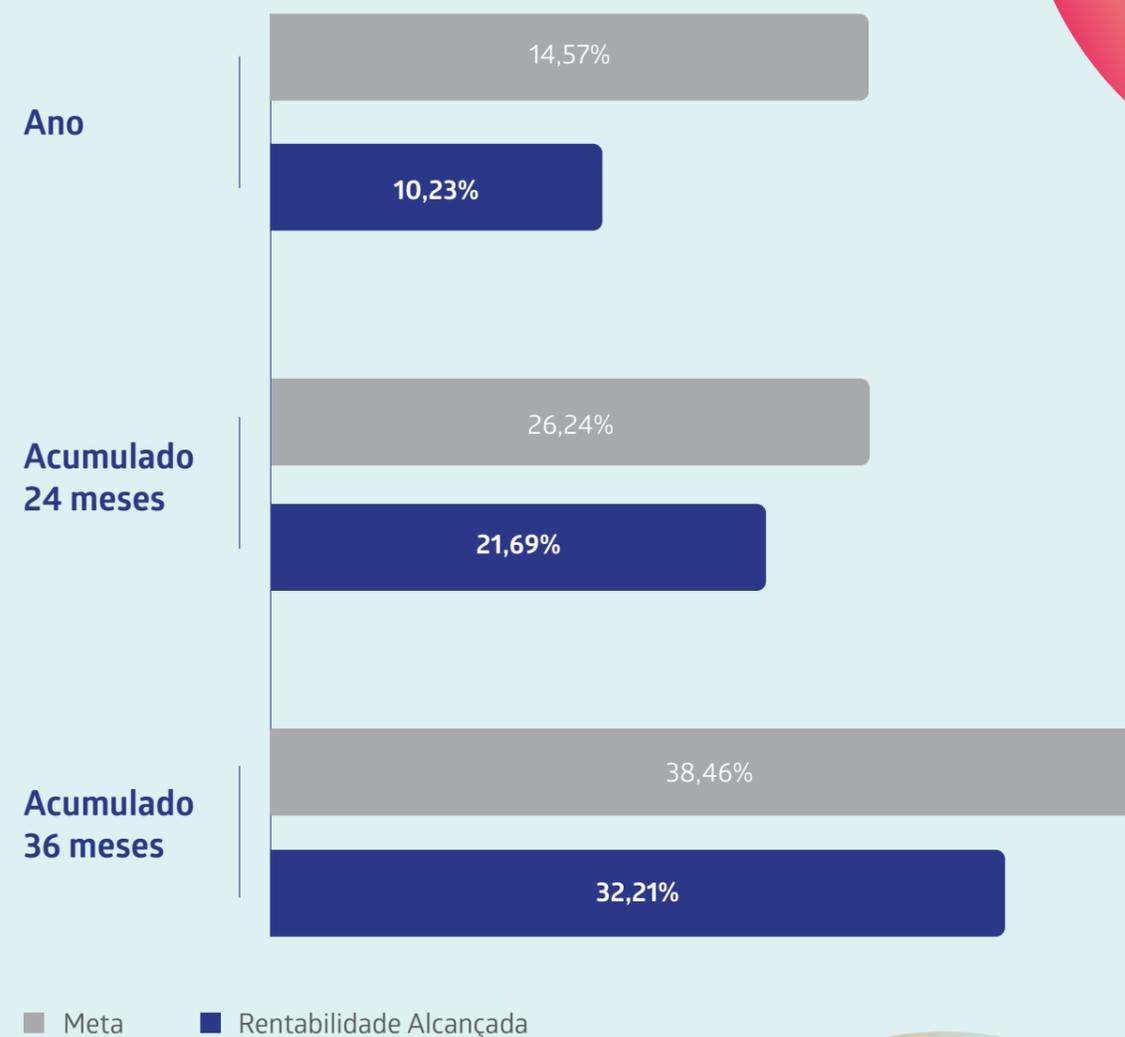
Segmento	Meta de Rentabilidade
Patrimônio Consolidado	INPC + 4% a.a.
Renda Fixa	INPC + 4% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 5% a.a.

Rentabilidade dos Investimentos

Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)					Acumulada 2021	
Segmento	Part. (%)	Alocação Objetivo	Patrimônio (R\$ mil)	Meta de Rentabilidade	Meta	Rentabilidade
Patrimônio Consolidado	100%	100%	50.200	INPC + 4% a.a.	14,57%	10,23%
Renda Fixa	91,6%	88%	45.962	INPC + 4% a.a.	14,57%	9,47%
Títulos Públicos	77,6%	-	38.977	-	-	9,60%
Títulos Privados	4,3%	-	2.140	-	-	18,48%
Fundos de Investimento	9,7%	-	4.846	-	-	5,20%
Operações com Participantes	8,4%	12%	4.238	INPC + 5% a.a.	15,67%	17,61%



Evolução da Rentabilidade



B GRUPO

REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 1



Participantes:

1.087

Público:

Empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A. admitidos pelo regime CLT, até 13 de maio de 1974, e regulamentado pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58.

O plano está estruturado na modalidade BD, ou seja, no momento da contratação, o participante sabe qual é o nível de seu benefício futuro e as contribuições podem ser ajustadas ao longo do tempo para garantir esse pagamento.

Atualmente, o Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) concede apenas Pecúlio por Morte aos beneficiários dos participantes habilitados ao recebimento de Pensão por Morte. Os benefícios de aposentadoria por tempo de serviço, idade, invalidez e pensão por morte são custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para admitidos até 22/01/1974, ou pelo Banco do Brasil, para os admitidos de 23/01/1974 até 13/05/1974.

O Plano fechou o ano de 2021 com patrimônio de cobertura de R\$ 76 milhões e população total de 1.087 participantes, divididas da seguinte forma:

Dados	Participantes	Aposentados	Pensionistas	Total
Quantidade	1.078	6	3	1.087
Idade média	72,94	76,84	67,60	72,95

Regulamento Complementar nº 01 (Grupo B) Pirâmide Etária



Em relação ao fluxo de entrada e saída de recursos, no exercício de 2021, o total de contribuições previdenciárias arrecadadas foi de R\$ 2 milhões, que representa um decréscimo de 15% no valor arrecadado em 2020. O dispêndio com a folha de pagamento de benefícios foi de R\$ 2,4 milhões, que representa um acréscimo de 36% em relação ao exercício anterior.



Operações com Participantes

Os participantes do Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) podem solicitar empréstimo para pagamento em até 96 meses, à uma taxa de juros anual bruta de INPC +6,66% (2021), sendo que o valor máximo está limitado a R\$ 100 mil.

No final do exercício de 2021, com 223 contratos ativos, o saldo total da carteira de empréstimo representava R\$ 10 milhões, um cresci-

mento de 11% em relação ao ano anterior.

A carteira de empréstimo deste plano teve início em novembro de 2016, de acordo com as diretrizes de sua Política de Investimento. Importante frisar que, em virtude das regras definidas para concessão de empréstimo, o plano finalizou 2021 com o registro de apenas um contrato inadimplente.

Hipóteses Atuariais

Para o Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) as premissas foram mantidas, visto que se mostraram adequadas no estudo técnico de aderência.

Assim, apresentamos as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial de 2021 do Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B), comparadas às vigentes em 2020:

Hipóteses	De 2020	Para 2021
Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT-83 IAM Feminina	Inalterada
Mortalidade de Inválidos	MI-2006 Feminina	Inalterada
Fator de Capacidade	0,9845	Inalterada
Taxa de Juros	3,76% ao ano	Inalterada

Resultado Atuarial

O Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) encerrou o ano com Equilíbrio Técnico (F) deficitário de R\$ 4 milhões, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL (em R\$ mil)		
	Dezembro/2020 (A)	Dezembro/2021 (B)	Variação (B) / (A) - 1
A) BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	14.287	13.419	-6,07%
B) BENEFÍCIOS A CONCEDER	70.220	73.813	5,12%
C) PROVISÕES A CONSTITUIR	-12.594	-7.534	-40,18%
D) TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS (= A + B + C)	71.914	79.699	10,83%
E) PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	63.115	75.806	20,11%
F) EQUILÍBRIO TÉCNICO (= E - D)	-8.799	-3.893	-55,75%
F.1) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-8.799	-3.893	-55,75%
G) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	4.702	5.903	25,54%
H) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (= F + G)	-4.096	2.010	-149,07%
I) Limite de Déficit Técnico Acumulado (em R\$) = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática	7.256	7.675	5,77%

O aumento das Provisões Matemáticas (D) se deve à atualização das reservas pela meta atuarial (INPC 2021 de 10,16% + taxa de juros 3,76% a.a.), ao envelhecimento da população, à movimentação cadastral, à amortização do déficit equacionado e pela reclassificação contábil das dívidas do Banco do Brasil S.A.

Em cumprimento do art. 22 da Instrução Normativa PREVIC nº 31/2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, a parcela do patrocinador referente ao déficit equacionado, que anteriormente era contabilizado junto com a parcela do participante em Provisões Matemáticas a Constituir, no passivo, passou a ser contabilizado no Ativo em "Operações Contratadas", no "Realizável Previdencial".

A meta atuarial no período foi de 14,30% e a rentabilidade auferida no exercício de 13,29%.

Assim, o Equilíbrio Técnico (F) deficitário de

-R\$ 9 milhões, em 2020, passou para -R\$ 4 milhões, em 2021, que representa uma redução de 55,75%, conforme disposto no art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, sobre as condições para equacionamento do déficit. O valor apurado, embora deficitário, está abaixo do limite para equacionamento, logo, não precisa ser equacionado.

Ademais, de acordo com a referida resolução, observados os critérios previstos na Instrução Normativa PREVIC nº 33/2020, o Ajuste de Precificação (G) totalizou R\$ 6 milhões, resultando em um Equilíbrio Técnico Ajustado (H) superavitário de R\$ 2 milhões.

A avaliação atuarial posicionada em dezembro/2021 apurou o prazo remanescente das contribuições extraordinárias e o saldo do equacionamento do déficit de 2015, dado pelas Provisões Matemáticas a Constituir (C):

Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)	Saldo remanescente ¹	Prazo remanescente ¹	Contribuição extraordinária
Participantes em percepção de Benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo ou Banco do Brasil S.A.	7.506.920,68	47 meses (nov/2025)	0,88%
Assistidos	26.751,59	46 meses (out/2025)	0,80%
Total	7.533.672,27		

¹Na posição 31/12/2021

O saldo remanescente da parcela da dívida do patrocinador referente ao déficit equacionado foi contabilizado no Ativo em "Operações Contratadas":

Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)	Saldo remanescente ¹	Prazo remanescente ¹	Contribuição extraordinária
Patrocinador	3.780.676,64	47 meses (nov/2025)	0,44% participantes 0% assistidos

¹Na posição 31/12/2021

RESULTADOS

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)	
	%	31/12/2021
Renda Fixa	86,95%	63.339.193
Títulos Públicos	74,33%	54.148.556
Títulos Privados	8,13%	5.922.208
Fundos de Investimento	4,49%	3.268.429
Empréstimo	13,05%	9.505.309
Empréstimos a Participantes	13,05%	9.505.309
Total dos Investimentos	100%	72.844.502



Gestão de carteiras – Própria e Terceirizada

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)	
	%	31/12/2021
Gestão Própria	95,51%	70
Gestão Terceirizada	4,49%	3
Total dos Recursos	100%	73

Custos com a administração dos investimentos

Valores em R\$

Gestão Direta	Total
Despesas com Administração dos Investimentos ¹	101.751,15
Custódia, Câmaras de Liquidação e Entid. Regulatórias ²	6.854,24
Taxa de Corretagem	-
Total dos Custos com Investimentos	108.605,39
Total dos Investimentos	69.576.073,04
% dos Custos sobre os Investimentos	0,16%

Valores em R\$

Gestão Indireta	Total
Taxa de Administração/Gestão	3.571
Taxa de Performance	-
Câmaras de Liquidação e Entidades Regulatórias ¹	4.596
Outras Despesas	114
Total dos Custos com Investimentos	8.281
Total dos Investimentos	3.268.429
% dos Custos sobre os Investimentos	0,25%

¹Fonte da despesa: Balancete PGA - conta contábil nº 4.02.01.00 - Adm. dos Planos Previdenciais.

²Despesas Cetip, Selic, CBLC, CVM, Anbima.

¹Despesas Cetip, Selic, CBLC, CVM, Anbima.

Enquadramento dos Investimentos

Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

LIMITES DE ALOCAÇÃO	Patrimônio dez/21		Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Superior
	R\$	%			
Segmento de Renda Fixa	63.339.162,04	86,93%	100%	85,50%	100%
Segmento de Renda Variável	-	-	70%	-	-
Segmento de Investimentos Estruturados	-	-	20%	-	10%
Segmento Imobiliário	-	-	20%	-	-
Segmento de Operações com Participantes	9.524.512,16	13,07%	15%	14,50%	15%
Segmento de Investimentos no Exterior	-	-	10%	-	-

Política de Investimentos

Segmento	Alocação Objetivo 2021	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	85,5%	75%	100%	100%
Investimentos Estruturados	-	-	10%	20%
Operações com Participantes	14,5%	-	15%	15%
Total	100%			

Segmento	Meta de Rentabilidade
Patrimônio Consolidado	INPC + 3,76% a.a.
Renda Fixa	INPC + 3,76% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 4,76% a.a.

Rentabilidade dos Investimentos

Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)					Acumulada 2021	
Segmento	Part. (%)	Alocação Objetivo	Patrimônio (R\$ mil)	Meta de Rentabilidade	Meta	Rentabilidade
Patrimônio Consolidado	100%	100%	72.845	INPC + 3,76% a.a.	14,30%	13,29%
Renda Fixa	87,0%	85,5%	63.339	INPC + 3,76% a.a.	14,30%	12,68%
Títulos Públicos	74,3%	-	54.149	-	-	13,37%
Títulos Privados	8,1%	-	5.922	-	-	13,34%
Fundos de Investimento	4,5%	-	3.268	-	-	5,06%
Operações com Participantes	13%	14,5%	9.505	INPC + 4,76% a.a.	15,40%	17,31%

Evolução da Rentabilidade



■ Meta ■ Rentabilidade Alcançada



GRUPO

REGULAMENTO GERAL



Participantes:

11.288

Público: Empregados admitidos a partir de 13 de maio de 1974 do extinto Banco Nossa Caixa S.A. contratados pelo regime CLT.

O Regulamento Geral (Grupo C) está estruturado na modalidade BD. Ou seja, no momento da contratação, o participante sabe qual é o nível de seu benefício futuro e as contribuições podem ser ajustadas ao longo do tempo para garantir esse pagamento. O Regulamento Geral (Grupo C) compreende os seguintes benefícios:

- ☑ Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade;
- ☑ Aposentadoria por Invalidez;
- ☑ Pensão por Morte;
- ☑ Pecúlio por Morte e Invalidez;
- ☑ Auxílio-doença ou Acidente de Trabalho;
- ☑ Auxílio-adicional; e
- ☑ Auxílio-reclusão.

Desde 2006, o plano encontra-se saldado e fechado para novas adesões, sendo considerado pelo órgão regulador como um plano “em extinção”. O plano fechou o ano de 2021 com patrimônio de cobertura de R\$ 6.533 milhões e população total de 11.288 participantes, distribuídas da seguinte forma:

Dados	Participantes	Aposentados	Pensionistas	Total
Quantidade	2.202	8.424	662	11.288
Idade média	53,58	66,82	68,83	64,36
Benefício/Salário médio	1.524,29	5.302,85	5.008,74	4.548,50
Benefício/Salário mensal	3.356.492,09	44.671.191,97	3.315.786,78	51.343.470,85

Regulamento Geral
Pirâmide Etária



Em relação ao fluxo de entrada e saída de recursos, no exercício de 2021, o total de contribuições previdenciárias arrecadadas foi de R\$ 194 milhões e o dispêndio com a folha de pagamento de benefícios totalizou R\$ 587 milhões, sendo que R\$ 6 milhões se refere à concessão de 795 benefícios.

Comparado a 2020, houve um acréscimo de 12% no valor arrecadado e de 8% na folha de pagamento de benefícios. Além disso, houve um aumento de 382% nas concessões de benefícios, tendo em vista o PAQ – Programa de Adequação de Quadros e o PDE – Programa de Desligamento Extraordinários.

Operações com participantes

Participante do plano de benefícios vinculado ao Regulamento Geral (Grupo C) pode solicitar empréstimo para pagamento em até 120 meses, à uma taxa de juros anual bruta de INPC + 7,65% (2021), sendo que o valor máximo está limitado a R\$ 175 mil.

No final do exercício de 2021 havia 2.621 contratos ativos e o saldo total da carteira de em-

préstimo representava R\$ 88 milhões, perfazendo um crescimento de 6,06% em relação ao ano anterior.

Durante 2021, a carteira de empréstimo sofreu atualizações, como o aumento do limite máximo de concessão de R\$ 160 mil para R\$ 175 mil e a redução da taxa de juros, conforme apresentado a seguir:

INPC	De		Para	
	Mensal	Anual	Mensal	Anual
Taxa líquida	0,5262%	6,50%	0,4868%	6%
Taxa de juros bruta	0,626%	7,77%	0,616%	7,65%

Hipóteses Atuariais

No Regulamento Geral (Grupo C) houve alteração das seguintes hipóteses atuariais:

-  Taxa de Juros;
-  Entrada em Auxílio-doença; e
-  Tábua de Mortalidade Geral/Sobrevivência;
-  Rotatividade.

Assim, apresentamos as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial de 2021 do Regulamento Geral (Grupo C), comparadas às vigentes em 2020:

Hipóteses	De 2020	Para 2021
Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Básica Feminina
Mortalidade de Inválidos	MI-2006 F	Inalterada
Entrada em Invalidez	TASA 1927	Inalterada
Entrada em Auxílio-doença	Exp. Geral 2011-2019	Exp. Regul. Geral 2016-2020
Rotatividade	Exp. Regulamento Geral 2010-2019	Exp. Rot. Regul. Geral 2011-2020
Fator de Capacidade	0,9846	Inalterada
Taxa de Juros	5% ao ano	4,75% ao ano

Resultado Atuarial

O Regulamento Geral (Grupo C) encerrou o ano com Equilíbrio Técnico (F) deficitário de -R\$ 595 milhões, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL (em R\$ mil)		
	Dezembro/2020 (A)	Dezembro/2021 (B)	Variação (B) / (A) - 1
A) BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	6.998.768	7.911.664	13,04%
B) BENEFÍCIOS A CONCEDER	695.064	577.402	-16,93%
C) PROVISÕES A CONSTITUIR	-2.226.745	-1.360.934	-38,88%
D) TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS (= A + B + C)	5.467.087	7.128.132	30,38%
E) PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	5.145.319	6.532.651	26,96%
F) EQUILÍBRIO TÉCNICO (= E - D)	-321.768	-595.482	85,07%
F.1) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-321.768	-595.482	85,07%
G) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	479.538	477.239	-0,48%
H) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (= F + G)	157.770	-118.243	-174,95%
I) Limite de Déficit Técnico Acumulado (em R\$) = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática	439.007	519.641	18,37%

A variação das Provisões Matemáticas (D) se deve, principalmente, à alteração de premissas que resultaram no acréscimo das provisões em R\$ 236 milhões pela movimentação cadastral, pelas concessões de benefícios decorrentes do Programa de Adequação de Quadros e ao PDE – Programa de Desligamento Extraordinários, pelo incremento nos benefícios decorrentes das decisões judiciais e pela reclassificação contábil das dívidas do Banco do Brasil S.A.

Em cumprimento ao art. 22 da Instrução Normativa PREVIC nº 31/2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, a parcela do patrocinador referente ao déficit equacionado, que anteriormente era contabilizada junto

com a parcela do participante em Provisões Matemáticas a Constituir, no passivo, passou a ser contabilizado no Ativo em Operações Contratadas, no “Realizável Previdencial”.

Além disso, a rentabilidade auferida no exercício de 2021 foi de 16,80% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 15,67% (INPC acumulado em 2021 de 10,16%, acrescido da taxa real de juros de 5,00%), gerando um ganho atuarial no exercício de 0,98%.

Quanto ao Equilíbrio Técnico (F) deficitário de -R\$ 322 milhões, em 2020, passou para -R\$ 595 milhões, em 2021.

De acordo com a Resolução CNPC nº 30/2018, observados os critérios previstos na Instrução Normativa PREVIC nº 33/2020, o Ajuste de Precificação (G) totalizou R\$ 477 milhões, resultando em um Equilíbrio Técnico Ajustado (H) deficitário de -R\$ 118 milhões.

Embora o resultado seja deficitário, não há necessidade de um novo equacionamento de

déficit, pois não ultrapassou o limite determinado na legislação vigente.

A avaliação atuarial posicionada em dezembro/2021 apurou o prazo remanescente das contribuições extraordinárias e o saldo do equacionamento do déficit de 2015, dado pelas Provisões Matemáticas a Constituir (C):

2005 – Saldo R\$ 408 milhões:

Regulamento Geral (Grupo C)	Prazo remanescente	Contribuição extraordinária
Patrocinador	132 meses (dez/2032)	paritária
Participante	132 meses (dez/2032)	3,84%
Assistido	132 meses (dez/2032)	3,84%

2015 – Saldo R\$ 124 milhões:

Regulamento Geral (Grupo C)	Prazo remanescente	Contribuição extraordinária
Patrocinador	139 meses (jul/2033)	paritária
Participante	139 meses (jul/2033)	2,04%
Assistido	80 meses (ago/2028)	3,20%

2017 – Saldo R\$ 829 milhões:

Regulamento Geral (Grupo C)	Prazo remanescente	Contribuição extraordinária
Patrocinador	173 meses (mai/2036)	paritária
Participante	173 meses (mai/2036)	10,30%
Assistido	147 meses (mar/2034)	13,59%

O saldo remanescente da parcela da dívida do patrocinador referente ao déficit equacionado foi contabilizado no Ativo em “Operações Contratadas”:

Regulamento Geral (Grupo C)	Saldo remanescente	Prazo remanescente
2015	R\$ 123 milhões	139 meses (jul/2033)
2017	R\$ 824 milhões	173 meses (mai/2036)

RESULTADOS

Demonstrativo de Investimentos

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Regulamento Geral (Grupo C)	
	%	31/12/2021
Renda Fixa	85,71%	4.901.291.110
Títulos Públicos	80,63%	4.610.814.658
Títulos Privados	2,68%	153.520.405
Fundos de Investimento	2,40%	136.956.047
Renda Variável	7,89%	451.279.414
Fundos de Ações	7,89%	451.279.414
Estruturado	2,06%	118.022.316
FIP (Participações)	2,06%	118.022.316
Fundo Multimercado	-	-
Imobiliário	2,79%	159.371.334
Aluguéis e Renda	2,45%	140.336.800
FI (Imobiliário)	0,33%	19.034.534
Empréstimos	1,54%	88.235.727
Empréstimos a Participantes	1,54%	88.235.727
Valores a Receber	-	-
Ações à Vista ¹	-	-
Total dos Investimentos	100%	5.718.199.900

¹ Venda integral das ações do IRBR3.

Gestão de Carteiras – Própria e Terceirizada

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Regulamento Geral (Grupo C)	
	%	31/12/2021
Gestão Própria	87,32%	4.993
Gestão Terceirizada	12,68%	725
Total dos Recursos	100%	5.718,20

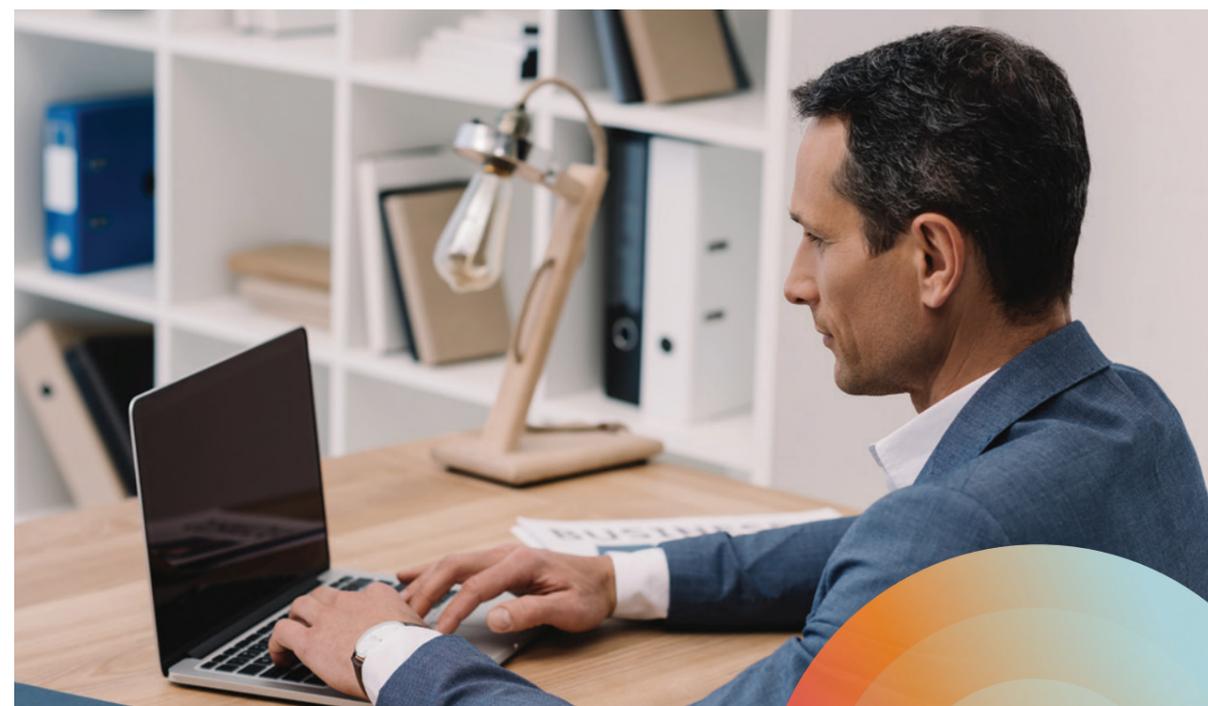
Custos com a administração dos investimentos

Valores em R\$		Valores em R\$	
Gestão Direta	Total	Gestão Indireta	Total
Despesas com Administração dos Investimentos ¹	7.775.814,58	Taxa de Administração/Gestão	4.139.866
Custódia, Câmaras de Liquidação e Entid. Regulatórias ²	540.419,76	Taxa de Performance	3.455.247
Taxa de Corretagem	-	Câmaras de Liquidação e Entidades Regulatórias ¹	767.833
Total dos Custos com Investimentos	8.316.234,34	Outras Despesas	863.165
Total dos Investimentos	4.992.907.589,72	Total dos Custos com Investimentos	9.227.676
% dos Custos sobre os Investimentos	0,17%	Total dos Investimentos	725.292.310
		% dos Custos sobre os Investimentos	1,27%

¹Fonte da despesa: Balancete PGA - conta contábil nº 4.02.01.00 - Adm. dos Planos Previdenciais.

²Despesas Cetip, Selic, CBLC, CVM, Anbima.

¹Despesas Cetip, Selic, CBLC, CVM, Anbima.



Enquadramento dos Investimentos

Regulamento Geral (Grupo C)					
LIMITES DE ALOCAÇÃO	Patrimônio dez/21		Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Superior
	R\$	%			
Segmento de Renda Fixa	4.944.445.175,28	86,47%	100%	79%	100%
Segmento de Renda Variável	408.125.348,05	7,14%	70%	10%	20%
Segmento de Investimentos Estruturados	118.022.315,64	2,06%	20%	5%	10%
Segmento Imobiliário	159.371.334,03	2,79%	20%	4%	8%
Segmento de Operações com Participantes	88.430.033,16	1,55%	15%	2%	10%
Segmento de Investimentos no Exterior	-	-	10%	-	2%

Política de Investimentos

Segmento	Alocação Objetivo 2021	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	79%	50%	100%	100%
Renda Variável	10%	-	20%	70%
Investimentos Estruturados	5%	-	5%	20%
Imobiliário	4%	-	8%	20%
Operações com Participantes	2%	-	10%	15%
Investimentos no Exterior	-	-	2%	10%
Total	100%			

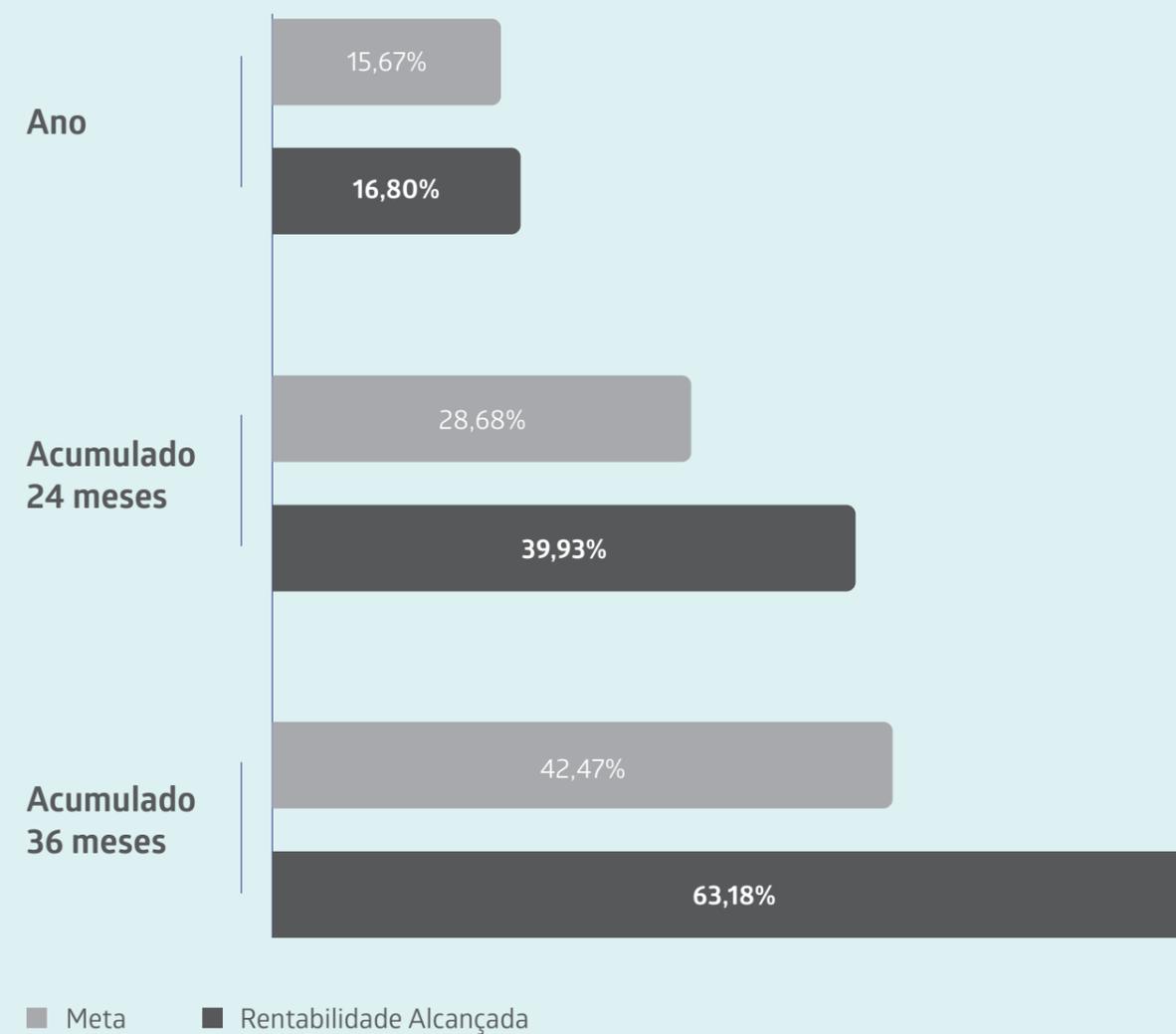
Segmento	Meta de Rentabilidade
Patrimônio Consolidado	INPC + 5% a.a.
Renda Fixa	INPC + 5% a.a.
Renda Variável	IBRX 100
Invest. Estruturados - FIP	IPCA + 8% a.a.
Invest. Estruturados - FIM	125,5% SELIC
Imóveis	INPC + 5% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 6% a.a.
Meta Atuarial	INPC + 5% a.a.

Rentabilidade dos Investimentos

Segmento	Regulamento Geral (Grupo C)				Acumulada 2021	
	Part. (%)	Alocação Objetivo	Patrimônio (R\$ mil)	Meta de Rentabilidade	Meta	Rentabilidade
Patrimônio Consolidado	100%	100%	5.718.451	INPC + 5% a.a.	15,67%	16,80%
Renda Fixa	85,7%	79%	4.901.291	INPC + 5% a.a.	15,67%	20,67%
Títulos Públicos	80,6%	-	4.610.815	-	-	22,67%
Títulos Privados	2,7%	-	153.520	-	-	18,47%
Fundos de Investimento	2,4%	-	136.956	-	-	5,07%
Renda Variável	7,9%	10%	451.279	IBrX 100	-11,17%	-11,07%
Fundos de Ações	7,9%	-	451.279	-	-	-11,08%
Invest. Estruturados	2,1%	5%	118.273	IPCA + 8% a.a.	18,87%	18,03%
FIP (Participações)	2,1%	-	118.273	-	-	20,03%
FIM (Multimercado)	-	-	-	-	-	8,28%
Imobiliário	2,8%	4%	159.371	INPC + 5% a.a.	15,67%	1,85%
Imóveis - Aluguel e Renda	2,5%	-	140.337	-	-	7,67%
FII (Imobiliário)	0,3%	-	19.035	-	-	-17,41%
Operações com Participantes	1,5%	2%	88.236	INPC + 6% a.a.	16,77%	18,67%



Evolução da Rentabilidade



PREVMAIS



Participantes:

10.088

Público: Único plano aberto a novas adesões.

O PrevMais está estruturado na modalidade CV, na qual a **aposentadoria (benefício programado)** apresenta as características das modalidades BD e CD, já que o participante pode escolher um benefício de renda vitalícia ou financeira.

Cada participante tem uma conta individual, onde são incluídas as suas contribuições normais e as do patrocinador, que são corrigidas pela rentabilidade dos investimentos. No momento da aposentadoria é possível escolher entre uma renda financeira ou uma renda vitalícia.

Já os benefícios de risco do plano têm seu valor previamente estabelecido, sendo o custeio determinado atuarialmente.

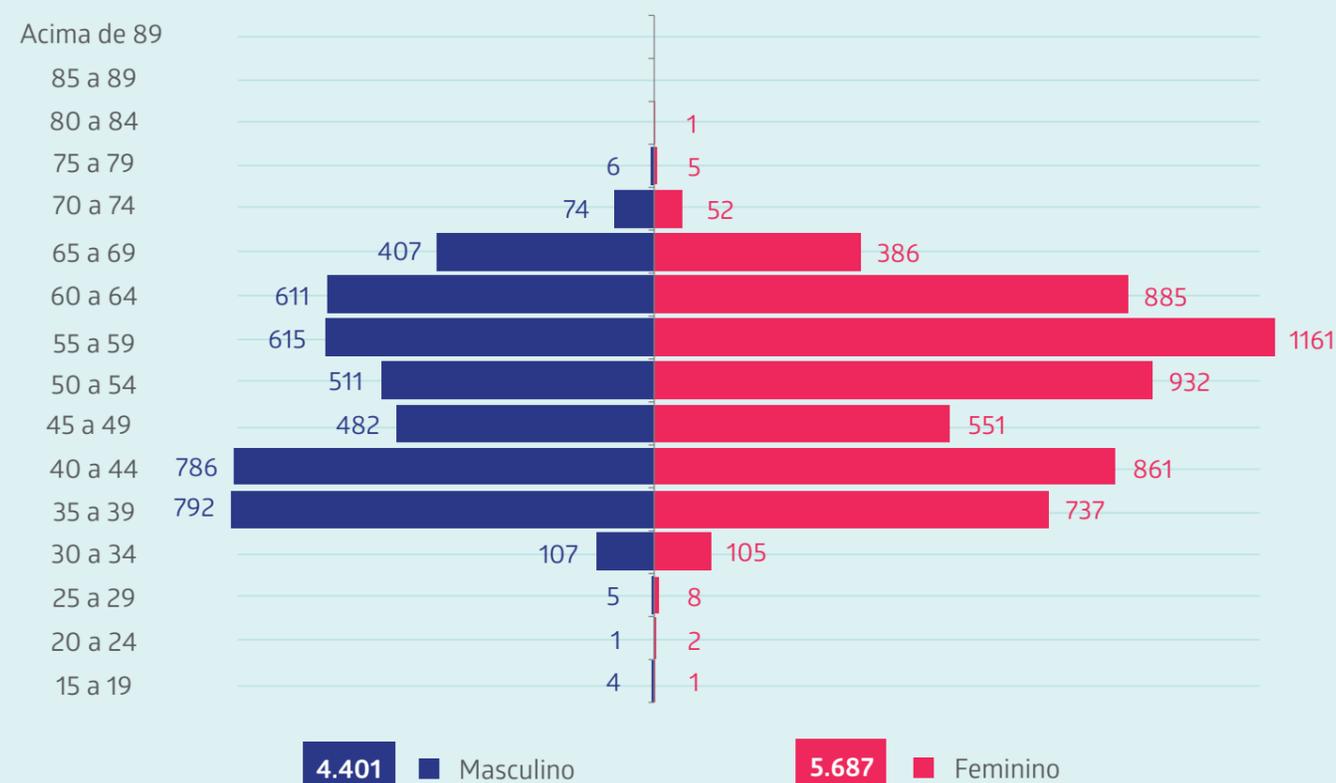
O plano compreende os seguintes benefícios:

- ✓ Benefício de Aposentadoria;
- ✓ Pensão por Morte;
- ✓ Auxílio-doença ou Acidente de Trabalho;
- ✓ Auxílio-funeral.
- ✓ Aposentadoria por Invalidez;

O PrevMais fechou o ano de 2021 com patrimônio de cobertura de R\$ 2.341 milhões e população total de 10.088 participantes, distribuídos da seguinte forma:

Dados	Participantes	Aposentados	Pensionistas	Total
Quantidade	6.882	3.027	179	10.088
Idade média	47,18	60,76	57,25	51,44
Benefício/Salário médio	10.108,62	1.794,21	4.733,32	7.518,42
Benefício/Salário mensal	69.567.511,93	5.431.083,40	847.265,05	75.845.860,38

PrevMais
Pirâmide Etária



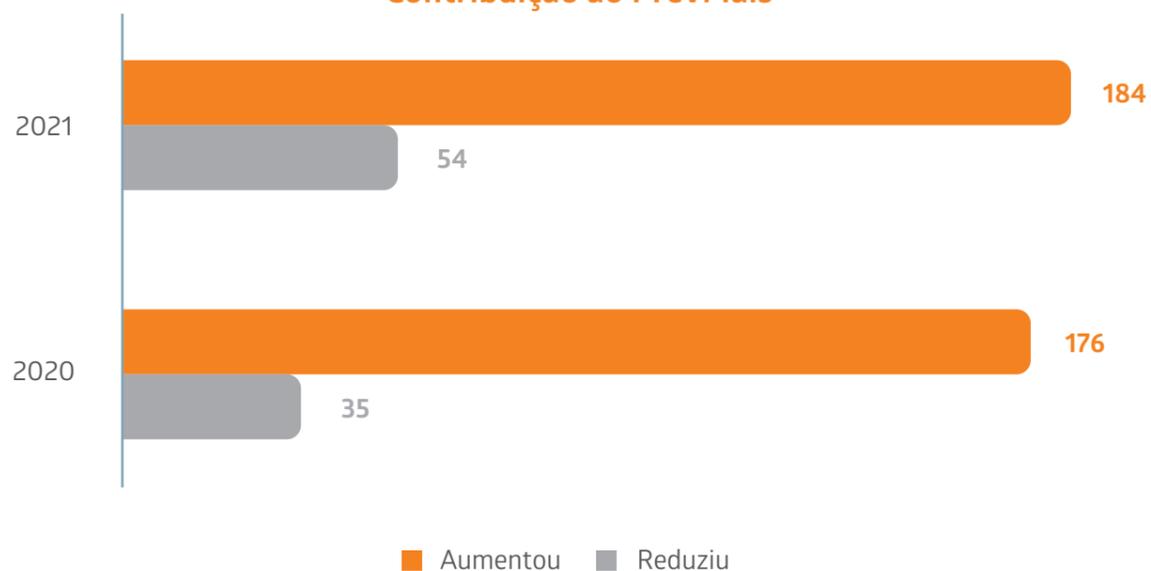
Em relação ao fluxo de entrada e saída de recursos, no exercício de 2021, o total de contribuições previdenciárias arrecadadas foi de R\$ 125 milhões, um decréscimo de 4% quando comparado a 2020. O dispêndio com a folha de pagamento de benefícios totalizou R\$ 121 milhões, um acréscimo de 81% em relação ao período anterior.

O plano registrou, ainda, um acréscimo de 530% nas concessões de benefícios (2020 - 172 benefícios) devido ao PAQ - Programa de Adequação de Quadros e ao PDE - Programa de Desligamento Extraordinários.

Campanha de Incentivo à Contribuição Adicional - nesse plano, a qualquer momento, o participante pode realizar contribuições adicionais, cujo objetivo é aumentar o saldo acumulado e a renda futura. Além disso, o participante pode utilizar do benefício fiscal, que permite abater da base de cálculo do Imposto de Renda até 12% de sua renda tributável anual. Após a campanha, realizada ao longo de 2021 em diversos canais, como Facebook, e-mail marketing e portal de serviços, foram realizadas 130 contribuições adicionais no valor total de R\$ 1 milhão, o que representa um aumento de 10,70% em comparação a 2020.

Campanha de “Alteração de Percentual de Contribuição ao PrevMais” - Anualmente, no mês de novembro, o participante pode alterar o seu percentual de contribuição para o PrevMais. As vantagens de utilizar a contribuição máxima, de 8% do salário, são: o aumento da reserva financeira - pois o patrocinador contribui de forma paritária, respeitadas as regras do Regulamento, com os mesmos 8% -, e o benefício fiscal, que possibilita abater até 12% da renda tributável anual do Imposto de Renda. Ao todo, 184 participantes aumentaram o percentual de contribuição ao PrevMais, o que representa um aumento de 5% em comparação ao ano de 2020.

Campanha de Alteração do Percentual de Contribuição ao PrevMais



Campanha de Alteração de Perfil de Investimento - três vezes ao ano, em janeiro, maio e setembro, é possível alterar a opção de perfil de investimento. A campanha foi realizada nestes meses para orientar os participantes do plano sobre as características de cada perfil e auxiliar na tomada de decisão.

Disponibilizamos, pelos diversos meios de comunicação, a Cartilha dos Perfis de Investimento e matérias explicativas para orien-

tar os participantes. Além disso, também no portal de serviços, divulgamos mensalmente o resultado detalhado de cada um dos perfis de investimento. Por fim, o participante pode ainda realizar o Teste de Perfil do Investidor, que pode auxiliá-lo em sua decisão.

No ano de 2021 ocorreram 266 pedidos para alteração do Perfil de Investimento, assim distribuídos:

Faixa Etária	Conservador	Moderado	Agressivo	Super Agressivo	Total
até 30	-	-	-	-	-
30 a 40	13	34	31	25	103
40 a 50	2	49	34	18	103
50 a 60	12	26	7	7	52
acima de 60	4	3	-	1	8
Total	31	112	72	51	266



Operações com Participantes

Os participantes do PrevMais podem solicitar empréstimo para pagamento em até 96 meses, à uma taxa de juros anual bruta de INPC + 5,59% (2021). O valor máximo está limitado a R\$ 160 mil.

No final do exercício de 2021, com 4.089 contratos ativos, o saldo total da carteira de empréstimo representava R\$ 160 milhões, decréscimo de 4,31% em relação ao ano anterior.

Durante o transcorrer de 2021, a carteira de empréstimo sofreu atualizações, como a alteração do indexador e o aumento da taxa de juros, conforme apresentado a seguir:

	De		Para		
	Mensal	Anual	Mensal	Anual	
	SELIC		INPC		
Taxa líquida	0,083%	1%	Taxa líquida	0,327%	4%
Taxa de juros bruta	0,203%	2,465%	Taxa de juros bruta	0,478	5,89%

Hipóteses Atuariais

Dentre as hipóteses atuariais aplicáveis ao plano, conforme resultado apresentado no estudo técnico de aderência, houve alteração em:

 Entrada em invalidez;

 Rotatividade; e

 Entrada em Auxílio-doença;

 Composição familiar.

Assim, apresentamos as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial de 2021 do Plano PrevMais, comparadas às vigentes em 2020:

Hipóteses	De 2020	Para 2021
Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT-2000 Suav em 10% Feminina	Inalterada
Mortalidade de Inválidos	MI-2006 Feminina	Inalterada
Entrada em Invalidez	TASA 1927 desagravada em 10%	TASA 1927 desagravada em 20%
Entrada em Auxílio-doença	Exp. PrevMais 2011-2019	Exp. PrevMais 2016-2020
Rotatividade	Exp. PrevMais 2010-2019	Exp. PrevMais 2011-2020
Crescimento real de salários	1,16% ao ano	Inalterada
Fator de capacidade	0,9849	Inalterada
Composição familiar	Família real para assistidos e família padrão para ativos	Família real para assistidos e família padrão para ativos
Taxa de Juros	4% ao ano	Inalterada

Resultado Atuarial

O PrevMais encerrou o ano com Equilíbrio Técnico (F) superavitário de R\$ 63.075 mil, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL (em R\$ mil)		
	Dezembro/2020 (A)	Dezembro/2021 (B)	Variação (B) / (A) - 1
A) BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	558.303	768.366	37,63%
B) BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.557.443	1.509.802	-3,06%
C) PROVISÕES A CONSTITUIR	-	-	-
D) TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS (= A + B + C)	2.115.746	2.278.168	7,68%
E) PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.222.190	2.341.243	5,36%
F) EQUILÍBRIO TÉCNICO (= E - D)	106.445	63.075	-40,74%
F.1) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	96.559	63.075	-34,68%
F.2) RESERVA ESPECIAL	9.886	-	-100%
G) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	54.854	54.717	-0,25%
H) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (= F + G)	161.299	117.793	-26,97%
I) Limite da Reserva de Contingência (em R\$) = [10% + (1% * duração do passivo)] x Provisão Matemática	96.559	118.295	22,51%

A variação do total das Provisões Matemáticas (D) se deve, principalmente, ao ingresso de novas contribuições, ao retorno dos investimentos aos saldos de contas dos participantes, às movimentações cadastrais ocorridas pelas concessões de benefícios, além da alteração de premissas atuariais - que resultaram no acréscimo de R\$ 26 milhões nas provisões que suportam os riscos do plano.

A meta atuarial destinada à cobertura dos Benefícios de Risco no período foi de 14,57% e a rentabilidade auferida no exercício de 13,06%. O Equilíbrio Técnico (F) superavitário de R\$ 106 milhões, em 2020, passou para R\$ 63 milhões, em 2021, uma redução de 40,74%.

Seguindo os parâmetros da Resolução CNPC nº 30/2018, o superávit do plano de R\$ 63 milhões está totalmente alocado em Reserva de Contingência.

Ademais, de acordo com a referida Resolução, observados os critérios previstos na Instrução Normativa PREVIC nº 33/2020, o Ajuste de Precificação (G) totalizou R\$ 55 milhões, resultando em um Equilíbrio Técnico Ajustado (H) superavitário de R\$ 118 milhões. Observa-se que, no caso de destinação de superávit, o equilíbrio técnico ajustado considerará somente o ajuste de títulos negativo.

RESULTADOS

Desempenho dos Perfis de Investimento

A seguir, tem-se o desempenho dos perfis de investimento do PrevMais, em relação às suas respectivas metas de rentabilidade, no ano de 2021 e em prazos mais longos, demonstrando aderência de seus retornos aos objetivos expressos na Política de Investimentos, especialmente no longo prazo, foco dos maiores esforços da gestão do Instituto.



Perfil	Dezembro / 2021	Acumulado em 2021	Acumulado em 12 meses	Acumulado em 24 meses	Acumulado em 36 meses	Acumulado desde o início (jul/2009)
Conservador	0,65%	4,66%	4,66%	8,68%	15,58%	212,71%
Meta-Rentabilidade ¹	0,77%	4,42%	4,42%	7,30%	13,70%	184,76%
Moderado	0,96%	2,39%	2,39%	6,47%	17,10%	214,13%
Meta-Rentabilidade ²	1,12%	2,08%	2,08%	6,29%	16,70%	160,73%
Agressivo	1,30%	0,09%	0,09%	3,45%	17,60%	209,48%
Meta-Rentabilidade ³	1,48%	-0,26%	-0,26%	4,81%	19,21%	133,03%
Super Agressivo	1,64%	-2,25%	-2,25%	0,35%	17,91%	203,74%
Meta-Rentabilidade ⁴	1,84%	-2,60%	-2,60%	2,88%	21,16%	102,68%

Legenda

- 1 - Meta de rentabilidade composta por 100% do CDI
- 2 - Meta de rentabilidade composta por 85% do CDI e 15% do IBrX
- 3 - Meta de rentabilidade composta por 70% do CDI e 30% do IBrX
- 4 - Meta de rentabilidade composta por 55% do CDI e 45% do IBrX

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	PrevMais	
	%	31/12/2021
Renda Fixa	86,05%	2.038.473.696
Títulos Públicos	22,36%	529.754.833
Títulos Privados	18,25%	432.321.561
Fundos de Investimento	45,44%	1.076.397.302
Renda Variável	6,94%	164.405.695
Fundos de Ações	6,94%	164.405.695
Estruturado	0,25%	5.896.886
FIP (Participações)	0,25%	5.896.886
Fundo Multimercado	-	-
Empréstimos	6,76%	160.050.200
Empréstimos a Participantes	6,76%	160.050.200
Total dos Investimentos	100%	2.368.826.478

Renda Programada

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Renda Programada	
	%	31/12/2021
Renda Fixa	83,60%	1.525.227.039
Títulos Públicos	7,34%	133.893.764
Títulos Privados	19,97%	364.422.086
Fundos de Investimento	56,29%	1.026.911.189
Renda Variável	7,63%	139.122.987
Fundos de Ações	7,63%	139.122.987
Empréstimos	8,77%	160.050.200
Empréstimos a Participantes	8,77%	160.050.200
Total dos Investimentos	100%	1.824.400.226

Benefício de Risco

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Benefício de Risco	
	%	31/12/2021
Renda Fixa	94,27%	513.246.657
Títulos Públicos	72,71%	395.861.069
Títulos Privados	12,47%	67.899.475
Fundos de Investimento	9,09%	49.486.114
Renda Variável	4,64%	25.282.709
Fundos de Ações	4,64%	25.282.709
Estruturado	1,08%	5.896.886
FIP (Participações)	1,08%	5.896.886
Fundo Multimercado	-	-
Total dos Investimentos	100%	544.426.252
Outros Recursos	-	-
Conta Corrente	-	10.000
Total Geral	-	544.436.252

Gestão de Carteiras – Própria e Terceirizada

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	PrevMais	
	%	31/12/2021
Gestão Própria	47,37%	1.122
Gestão Terceirizada	52,63%	1.247
Total dos Recursos	100%	2.369

Custos com a administração dos investimentos

Valores em R\$

Gestão Direta	Total
Despesas com Administração dos Investimentos ¹	1.969.223,96
Custódia, Câmaras de Liquidação e Entid. Regulatórias ²	175.571,19
Taxa de Corretagem	-
Total dos Custos com Investimentos	2.144.795,15
Total dos Investimentos	1.122.126.594,38
% dos Custos sobre os Investimentos	0,19%

¹Fonte da despesa: Balancete PGA - conta contábil nº 4.02.01.00 - Adm. dos Planos Previdenciais.

²Despesas Cetip, Selic, CBLIC, CVM, Anbima.

Valores em R\$

Gestão Indireta	Total
Taxa de Administração/Gestão	1.504.844
Taxa de Performance	179.638
Câmaras de Liquidação e Entidades Regulatórias ¹	770.476
Outras Despesas	56.244
Total dos Custos com Investimentos	2.511.202
Total dos Investimentos	1.246.699.884
% dos Custos sobre os Investimentos	0,20%

¹Despesas Cetip, Selic, CBLIC, CVM, Anbima.

Enquadramento dos Investimentos

LIMITES DE ALOCAÇÃO	PrevMais		Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Superior
	Patrimônio dez/21				
	R\$	%			
Segmento de Renda Fixa	2.054.185.497,95	86,70%	100%	85%	100%
Segmento de Renda Variável	148.693.892,63	6,28%	70%	6%	40%
Segmento de Investimentos Estruturados	5.896.886,04	0,25%	20%	1%	5%
Segmento Imobiliário	-	-	20%	-	-
Segmento de Operações com Participantes	160.421.980,54	6,77%	15%	8%	15%
Segmento de Investimentos no Exterior	-	-	10%	-	-

Política de Investimentos - Consolidado

Segmento	Alocação Objetivo 2021	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	85%	40%	100%	100%
Renda Variável	6%	-	40%	70%
Operações com Participantes	8%	-	15%	15%
Investimentos Estruturados	1%	-	5%	20%
Total	100%			

PrevMais – Benefício de Risco

Segmento	Alocação Objetivo 2021	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	93%	75%	100%	100%
Renda Variável	5%	-	15%	70%
Investimentos Estruturados	2%	-	10%	20%
Total	100%			

PrevMais – Renda Programada

Segmento	Alocação Objetivo 2021	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	84%	40%	100%	100%
Renda Variável	6%	-	45%	70%
Operações com Participantes	10%	-	15%	15%
Total	100%			

PrevMais

Segmento	Meta de Rentabilidade
Patrimônio Consolidado	INPC + 4% a.a.
Renda Fixa	INPC + 4% a.a.
Renda Variável	IBrX 100
Invest. Estruturados - FIP	IPCA + 8% a.a.
Invest. Estruturados - FIM	125,50% SELIC

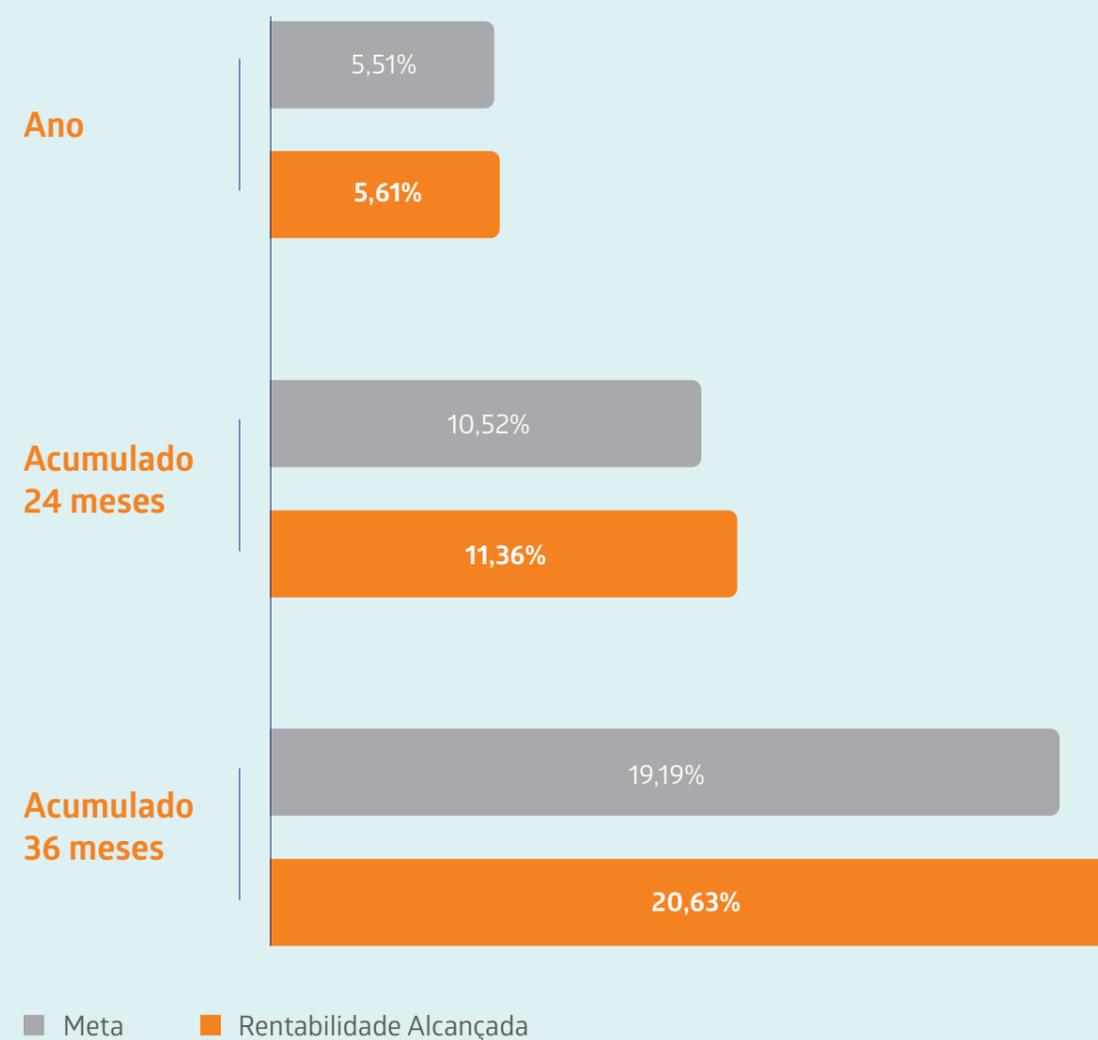
Perfil	Renda Fixa e Operação com participantes	Renda Variável	Meta de Rentabilidade	Limite de Risco de Mercado (VaR)
Conservador	100%	-	100% da Selic	3%
Moderado	85%	15%	85% Selic + 15% IBrX100	6%
Agressivo	70%	30%	70% Selic + 30% IBrX100	8%
Super Agressivo	55%	45%	55% Selic + 45% IBrX100	10%



Rentabilidade dos Investimentos

Segmento	PrevMais				Acumulada 2021	
	Part. (%)	Alocação Objetivo	Patrimônio (R\$ mil)	Meta de Rentabilidade	Meta	Rentabilidade
Patrimônio Consolidado	100%	100%	2.368.826	(73% x SELIC) + (21% x INPC + 4% a.a.) + 6% x IBrX 100)	5,51%	5,61%
Renda Fixa	86,1%	85%	2.038.474	78% (SELIC) + 22% (INPC + 4% a.a.)	6,57%	6,86%
Títulos Públicos	22,4%	-	529.755	-	-	7,99%
Títulos Privados	18,3%	-	432.322	-	-	9,19%
Fundos de Investimento	45,4%	-	1.076.397	-	-	5,14%
Renda Variável	6,9%	6%	164.406	IBrX 100	-11,17%	-11,30%
Invest. Estruturados	0,2%	1%	5.897	IPCA + 8% a.a.	18,87%	28,73%
FIP (Participações)	0,2%	-	5.897	-	-	45,85%
FIM (Multimercado)	-	-	-	-	-	8,66%
Operações com Participantes	6,8%	8%	160.050	SELIC + 1% a.a.	5,44%	7,11%

Evolução da Rentabilidade



GESTÃO, REDE CREDENCIADA E RESULTADOS

09



Planos Administrados

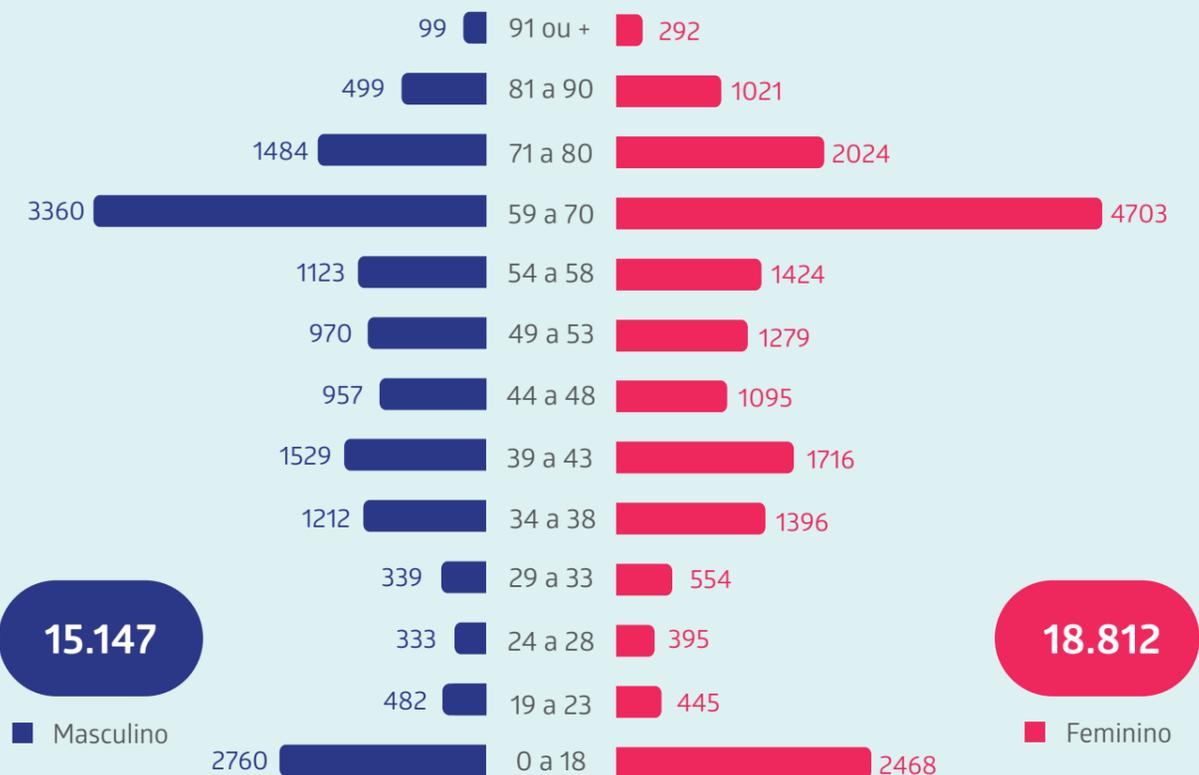
Administramos, na modalidade de autogestão, nove planos de saúde com 33.959 beneficiários inscritos, entre empregados ativos e aposentados, egressos do Banco Nossa Caixa S.A. e do próprio Economus, assim como seus dependentes e familiares.

Veja abaixo a distribuição dos planos agrupados por custeador:



Total: 33.959

Pirâmide Etária



GESTÃO

Gestão Assistencial

O Economus tem adotado melhorias constantes em seus processos de trabalho por meio da implementação de novas rotinas, fundamentais na busca pelo equilíbrio entre despesas e receitas. Estas ações visam obter maior eficiência operacional e proporcionar assistência à saúde com qualidade para assegurar a satisfação dos nossos beneficiários.

Assim, dentre as estratégias e ações de gestão realizadas em 2021, destacamos:

Ações para equilíbrio financeiro

- Revisão do custeio dos planos Feas;
- Aprovação de Nota Técnica de Inadimplência, junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que resultou na redução de 65% na exigência de margem de solvência da Operadora;
- Estudos sobre as alternativas de remodelagem dos planos assistenciais direcionados aos aposentados dos grupos B e C.

Ferramentas de Gestão Assistencial

- Implantação do Relatório de Gestão Administrativa, com dados gerenciais para apoio à tomada de decisão com maior rapidez;
- Implantação de ferramenta *Business Intelligence* - BI, que possibilita o acesso às informações gerenciais para melhoria na gestão da operação de saúde e acompanhamento dos principais indicadores;
- Criação do Comitê de Saúde, para assegurar uma visão multidisciplinar na gestão da operação de saúde.

Gestão das Despesas Assistenciais

- Utilização de plataforma especializada de negociação para cotação e aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME;
- Implantação de rotina automatizada de aprovação eletrônica de procedimentos;
- Renegociações com prestadores para adoção de diária global, pacotes de procedimentos e redução dos valores das Tabelas de Serviços e Materiais;
- Adoção de rotina de desospitalização para redução do custo de internação e melhoria nas condições de recuperação dos pacientes;

- Revisão dos controles no processo de autorização de procedimentos de maior complexidade, com a utilização de Junta Médica;
- Implantação de processo de Auditoria *in loco* terceirizada nos hospitais de maior utilização na grande São Paulo;
- Negociações com os prestadores credenciados nas renovações contratuais, buscando a redução dos reajustes e a troca dos índices de atualização;
- Aperfeiçoamento do processo de aquisição direta de Medicamentos Quimioterápicos e Bolsa de Colostomia.

Pesquisa de Satisfação 2021 - Beneficiários

- Assistencial - Grau de satisfação com a atenção em saúde recebida dos prestadores da rede credenciada: 94,9% de satisfação;
- Atendimento - Grau de satisfação em relação ao Atendimento do Economus por meio da Central de Relacionamento: 84,5% de satisfação;
- Qualidade - Grau de satisfação com o Plano de Saúde: 87,1% de satisfação.

Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)

- O Economus **ficou entre as quatro melhores operadoras de Autogestão** na modalidade “Operadora de planos ambulatoriais e hospitalares 20.000 a 99.999 beneficiários”, no IDSS de 2021, ano-base 2020.

Evolução Economus - IDSS/ANS



EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS PLANOS DE SAÚDE VINCULADOS AO FUNDO FEAS

No ano de 2021, as despesas totais dos planos Feas (Feas PAMC, Feas Básico e Novo Feas) atingiram R\$ 173.356 mil (R\$ 135.381 mil, em 2020). O custeio deste valor foi suportado pelos beneficiários, que contribuíram com R\$ 136.982 mil (79,02%), e pelo Fundo Economus de Assistência Social – FEAS, Fundo FEAS que pagou R\$ 36 milhões (20,98%).

O modelo contributivo dos planos Feas e o Fundo FEAS

Os planos Feas são constituídos na modalidade de planos coletivos por adesão e seu modelo de custeio observa, essencialmente, a dinâmica do mutualismo, onde as despesas totais são custeadas pelos seus próprios beneficiários por meio das contribuições, que são definidas de acordo com as regras contidas nos respectivos regulamentos. Dessa forma, para que os planos possam cumprir sua missão de amparar as necessidades de saúde dos beneficiários, é indispensável que haja arrecadação capaz de suportar o custeio dos

procedimentos de saúde, assim como as despesas operacionais e administrativas.

A existência do Fundo FEAS garantiu aos planos vinculados o subsídio nas contribuições dos beneficiários e o suporte ao processo de socialização baseada na renda dos titulares. Entretanto, conforme amplamente divulgado pelo Economus, os estudos atuariais têm demonstrado o iminente esgotamento dos recursos do Fundo FEAS e apontado que o saldo remanescente deve ser preservado com o objetivo de garantir o cumprimento das exigências regulatórias para a operação dos planos.

Os estudos técnicos têm demonstrado também que o atual modelo contributivo dos planos Feas se apresenta incompatível com o nível de risco assistencial incorrido, tendo em vista que as contribuições são vinculadas exclusivamente à renda dos seus titulares e não levam em consideração o tamanho e o perfil etário do grupo familiar.

Revisão do custeio dos planos Feas

Em caráter emergencial, com o intuito de buscar a sustentabilidade dos planos Feas, foram aprovados pela Governança do Instituto, para vigorar a partir de janeiro/2021, medidas que determinaram a revisão do percentual de contribuição sobre os rendimentos dos titulares, de 8% para 15,95%, assim como a adoção de um mecanismo de revisão do custeio destes planos, trimestralmente, ou a qualquer momento, caso houvesse desequilíbrio econômico-financeiro no decorrer do período.

Dessa maneira, ficou definido que, caso seja verificada uma redução superior a 5% do valor arrecadado em relação ao mês anterior, poderá ser feito um novo cálculo para definição de percentual de contribuição, que passará a vigorar no mês subsequente à aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Economus Futuro, o plano alternativo

Com o objetivo de propiciar uma alternativa de cobertura assistencial aos beneficiários dos planos Feas, por meio de um novo plano com modelo de custeio moderno e mecanismos de regulação que permitem melhores condições de sustentabilidade no longo prazo, foi criado o plano Economus Futuro. O plano foi lançado em janeiro/2021, tendo como objetivo a angariação de um número mínimo de adesões para entrar em funcionamento.

O cenário observado em 2021

Com a implementação do ajuste no custeio dos planos Feas, os resultados dos primeiros meses de 2021 foram de equilíbrio econômico dos planos. Entretanto, o movimento de evasão de beneficiários impactados pela elevação das contribuições, aliado ao agravamento da situação de pandemia, que impulsionou o nível de hospitalização, elevaram o patamar da volatilidade dos custos assistenciais, fazendo com que os resultados operacionais voltassem a apresentar déficit.



Medidas adotadas

A Diretoria do Economus tem empenhado esforços no sentido de encontrar uma solução para o custeio das despesas do grupo de beneficiários que não contribuem para os planos em decorrência de decisões judiciais que determinaram ao Economus e ao Banco do Brasil a manutenção das condições dos planos Feas antes da implementação do custeio, em fevereiro/2010.

Nesse sentido, considerando a solidariedade nas condenações, o Economus notificou o Banco do Brasil, comunicando o esgotamento dos recursos do Fundo FEAS e a incapacidade financeira do Instituto arcar com o custeio das despesas desse grupo de beneficiários.

Também foram adotadas medidas processuais para informar aos juízes, em cada um

dos processos, sobre a situação de esgotamento dos recursos do Fundo FEAS e sobre a incapacidade do Economus custear essas despesas, bem como para solicitar a definição dos responsáveis pelo custeio das despesas desse grupo de beneficiários.

Além das ações estratégicas para contenção da evolução das despesas dos planos, a Diretoria do Economus adotou uma medida importante junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Foi protocolada uma nota técnica demonstrando o comportamento da inadimplência nos planos, que resultou na diminuição em cerca de R\$ 10 milhões na exigência de recursos para constituição da margem de solvência dos planos Feas. Tal medida permitiu a manutenção do atual custeio durante os sete primeiros meses do ano.

Novas revisões do custeio

Apesar de todos os esforços da Diretoria do Economus, as projeções indicaram que os recursos existentes no Fundo FEAS atingiriam, no mês de agosto, o limite das reservas técnicas e regulatórias calculadas em R\$ 30,4 milhões. Como consequência, tendo em vista a continuidade da prestação da cobertura assistencial, houve uma nova revisão do custeio dos planos Feas, válida a partir do mês de setembro/2021, da seguinte forma:

- a. Alteração do **percentual de contribuição** de 15,95% para **22,5%**, aplicados sobre a renda do titular;
- b. **Reajuste dos pisos** para:
 - a. Feas Básico e Feas PAMC: de R\$ 300,00 para **R\$ 600,00** (per capita)
 - b. Novo Feas: de R\$ 600,00 para **R\$ 1.200,00** (por grupo familiar)
- c. Estabelecimento de um **teto de contribuição mensal** de **R\$ 4.500,00**,
 - a. individual para os planos Feas Básico e Feas PAMC;
 - b. por grupo familiar, para o Novo Feas;
 - c. no mês de recebimento do 13º salário esse valor de teto será **de R\$ 9.000,00**; e
 - d. o valor de teto não será observado nos casos de recebimento antecipado de recursos do plano PrevMais.
- d. Mudança na **coparticipação** do Novo Feas, que passou de 20% para **30%** em procedimentos de baixa complexidade, mantendo o limite mensal de desconto de 5% sobre a renda do titular.

Com o intuito de manter a cobertura assistencial aos participantes aposentados e assistidos pelos planos de previdência do Instituto, o Economus continua estudando alternativas na busca por soluções para os planos Feas e na formatação de novos planos que sejam compatíveis com as necessidades dos beneficiários.



Novos desafios para gestão da assistência à saúde para 2022

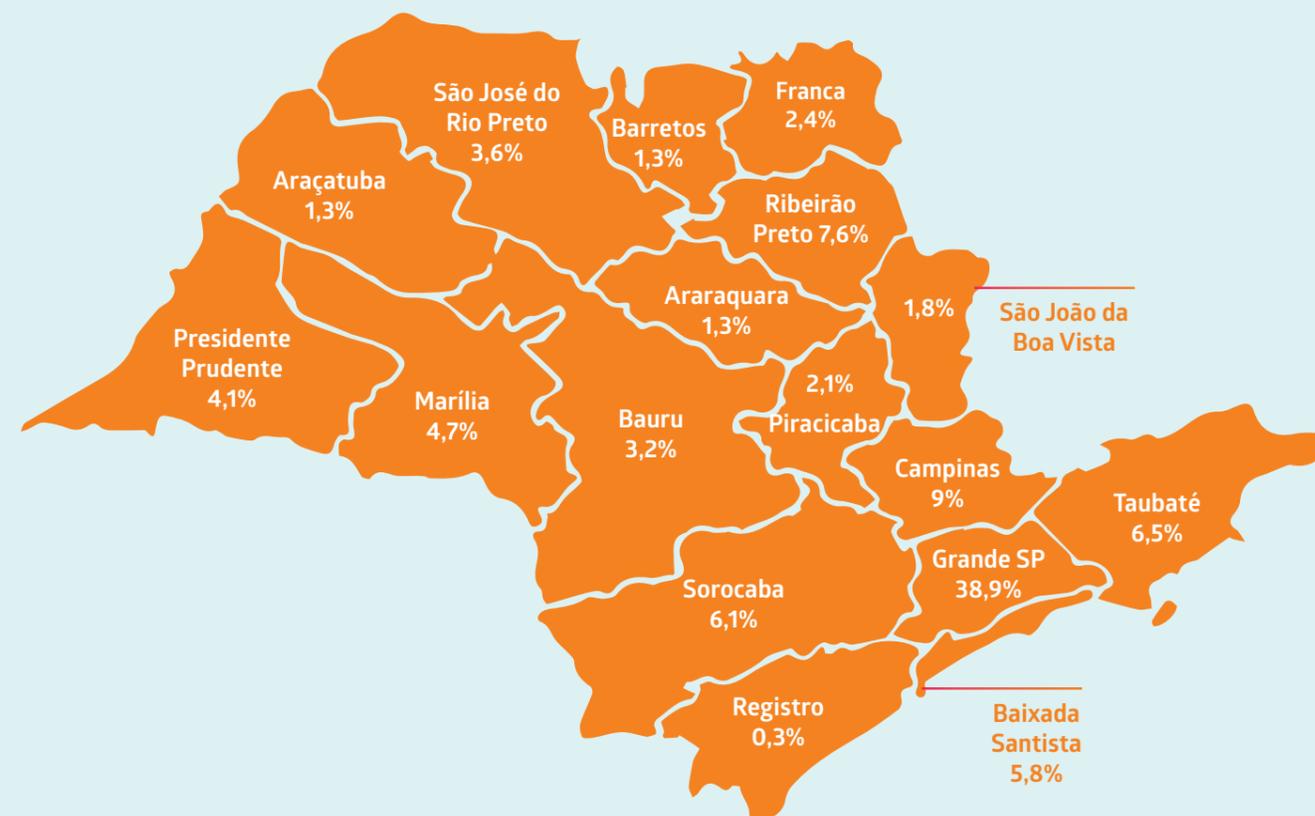
Os desafios para gestão da assistência à saúde, abaixo descritos, estão inseridos em nosso Planejamento Estratégico e possuem o objetivo de aprimorar o controle dos custos assistenciais e administrativos, estabelecer maior celeridade no tratamento das informações requeridas pelos beneficiários, coibir desvios éticos e combater excessos na gestão dos planos de saúde:

- I. Implantação de novas funcionalidades na plataforma automatizada para autorização de procedimentos;
- II. Incremento na utilização da plataforma para negociação de insumos de órteses, próteses e materiais especiais - OPME;
- III. Recadastramento dos Beneficiários (Saúde e Previdência);
- IV. Estudos para implementação de projeto de Atenção Primária a Saúde;
- V. Implementação do módulo de Gestão de Pacientes Internados no sistema legado;
- VI. Revisão da estrutura das tabelas de taxas e diárias hospitalares da rede credenciada;
- VII. Estudo para otimização da Rede de Prestadores e dos contratos de reciprocidade;
- VIII. Estudos analíticos da base de beneficiários para incremento da eficiência na gestão das despesas assistenciais e definição de estrutura adequada de planos.

Essas ações voltadas à gestão das despesas assistenciais reforçam o compromisso da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo em manter uma assistência médica sustentável, sem renunciar à qualidade e segurança na prestação de serviços.

Rede Credenciada

Fechamos o ano de 2021 com 3.677 credenciados diretos no estado de São Paulo. Veja abaixo a distribuição por região:



Novos Credenciados em 2021

Ranking	Região	Quantidade de Prestadores	% de distribuição
1	Campinas	5	33,3%
2	Ribeirão Preto	5	33,3%
3	Grande São Paulo	4	26,7%
4	Sorocaba	1	6,7%
Total Geral		15	100%

Destacamos o credenciamento do Hospital Santa Paula, em São Paulo, do Grupo São Francisco, em Ribeirão Preto e Sertãozinho, além de laboratórios no interior paulista, aumentando a assistência médico-hospitalar, conforme suficiência de rede para os beneficiários do Economus.

Tipo de Prestador

Tipos	Quantidade
Especialidades médicas e terapêuticas	2665
Exames e tratamentos clínicos	612
Hospitais e maternidades	311
Cooperativas	28
Atendimento domiciliar	23
Hospitais de retaguarda	17
Remoção	16
Hospital-dia	5
Total Geral	3677

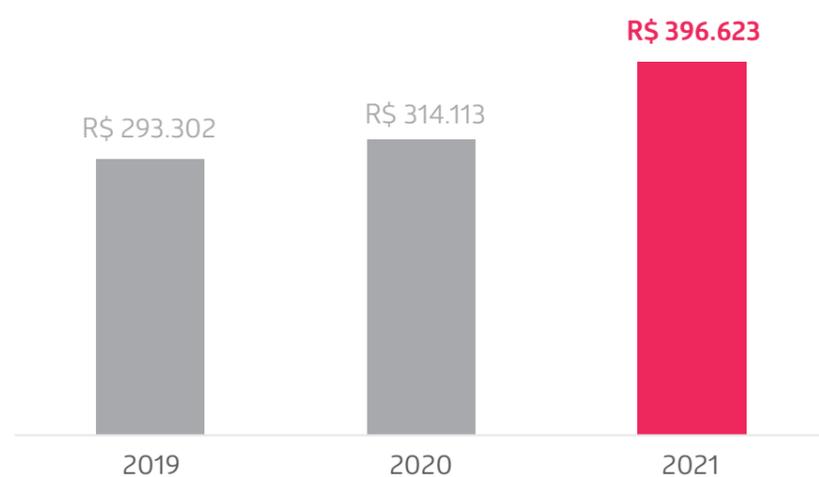
Além dos prestadores diretos, o Economus ainda tem contratado:

- ✔ 02 Convênios de Reciprocidade: CASSI fora do estado de SP e CABESP dentro do estado de SP, quando não houver rede direta (quadro acima);
- ✔ 02 Juntas Médicas;
- ✔ 06 Fornecedores (Diets e Medicamentos Oncológicos Oraís).

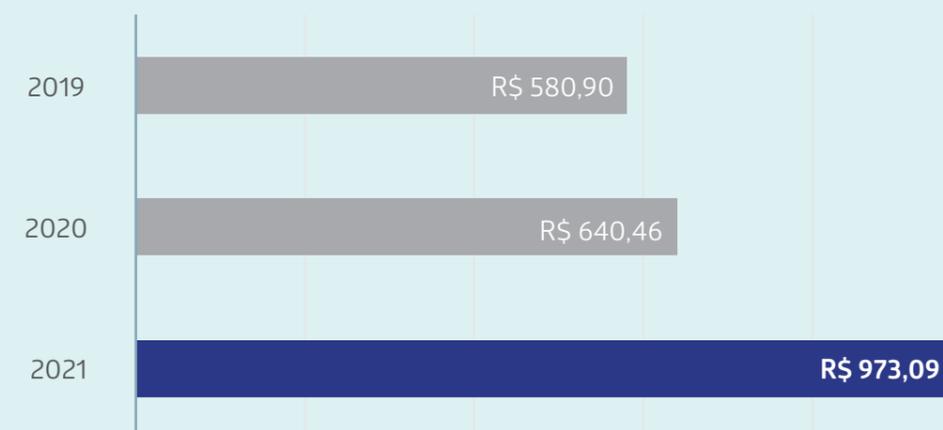
Resultados Consolidados

Abaixo, você confere as informações referentes às receitas assistenciais em 2021 e a comparação com os dois anos anteriores:

Total de Receitas Assistenciais (valores em R\$ mil)



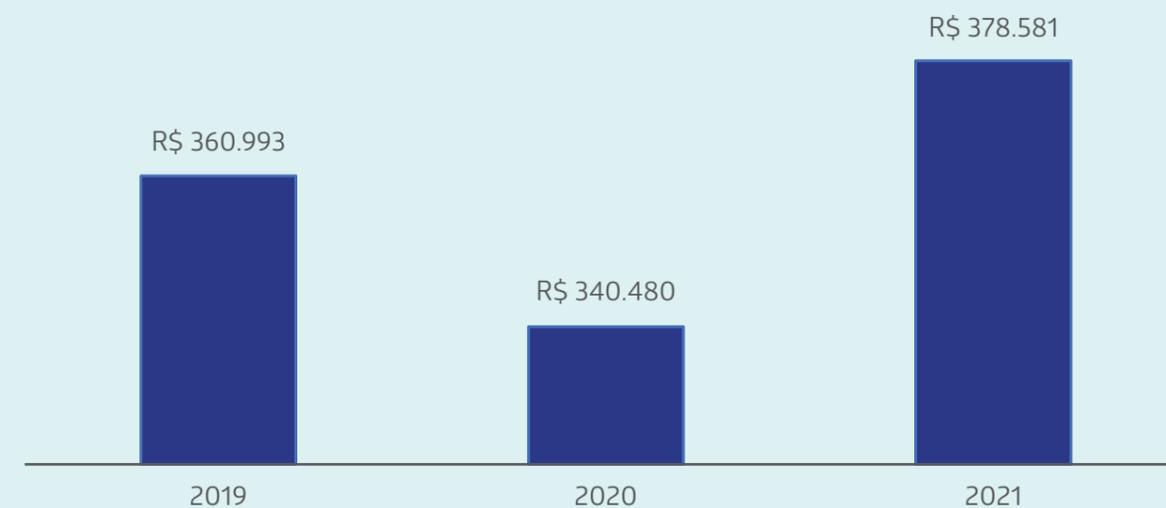
Receita Média Mensal por Beneficiário: (valores em R\$)



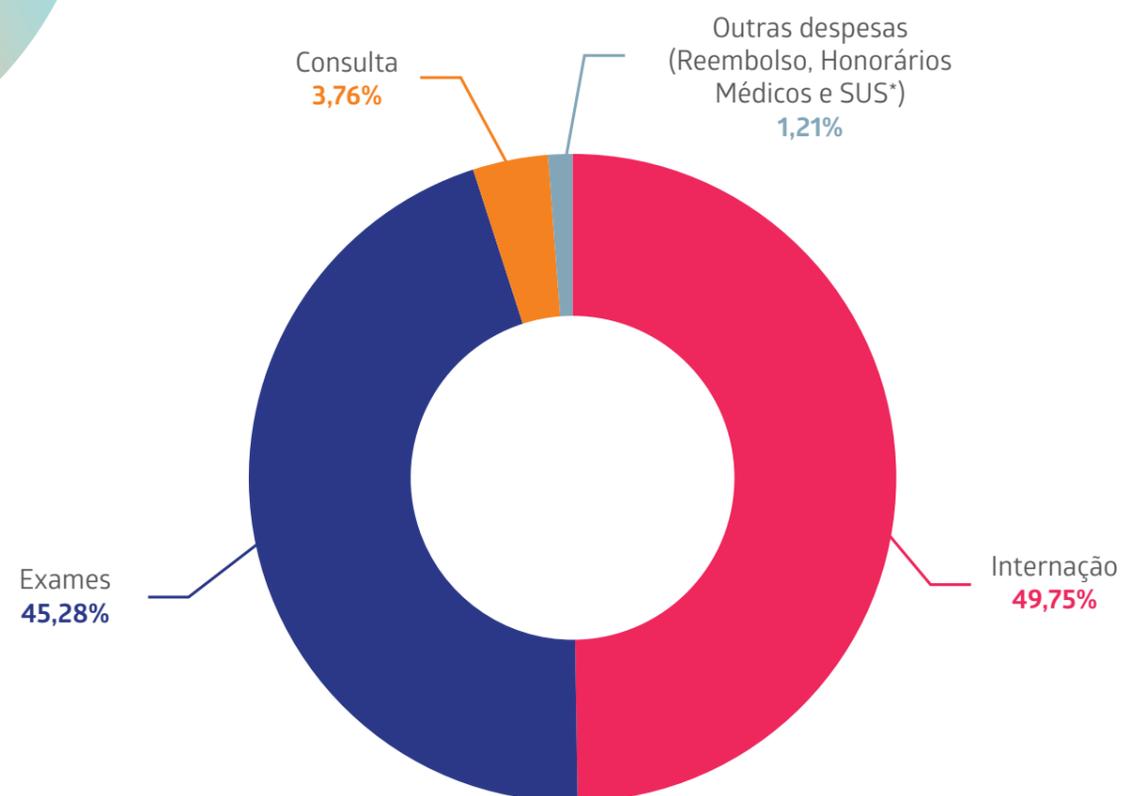
Despesas

Abaixo, veja as informações referentes às despesas assistenciais em 2021 e a comparação com os dois anos anteriores:

Evolução das Despesas Assistenciais (valores em R\$ mil)



Distribuição das Despesas Assistenciais



*Ressarcimento ao SUS referente às despesas dos beneficiários do Economus na rede pública.

Resultados por planos

Planos Básico, PAMC, Plus e Plus II:

Básico	PAMC	Plus	Plus II
49	308	7.801	13.084

Total

21.192
beneficiários

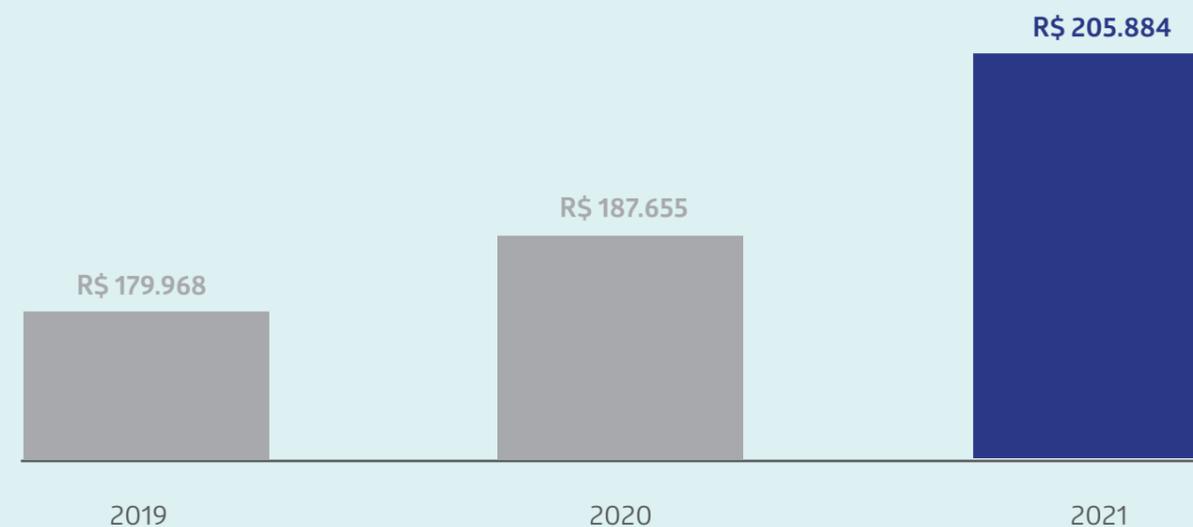
Público

Custeador:
Banco do Brasil
e Beneficiários

- Funcionários da ativa do BB egressos do BNC e seus dependentes;
- Aposentados por invalidez e seus dependentes;
- Pensionistas de falecidos na ativa e de aposentados por invalidez e seus dependentes;
- Aposentados e Pensionistas (grupo A e C) e seus dependentes.



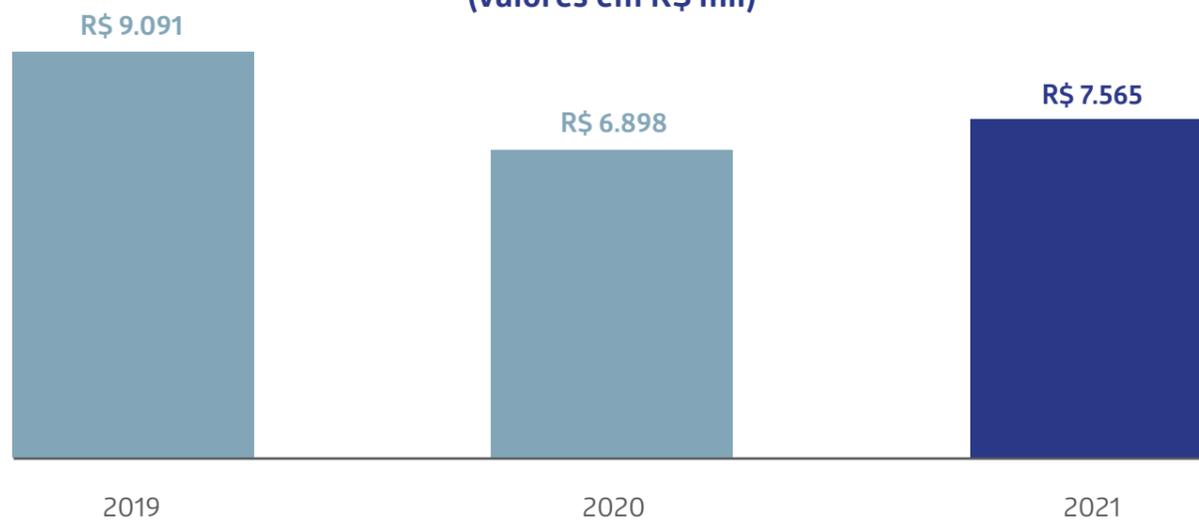
Evolução das Receitas Assistenciais (valores em R\$ mil)



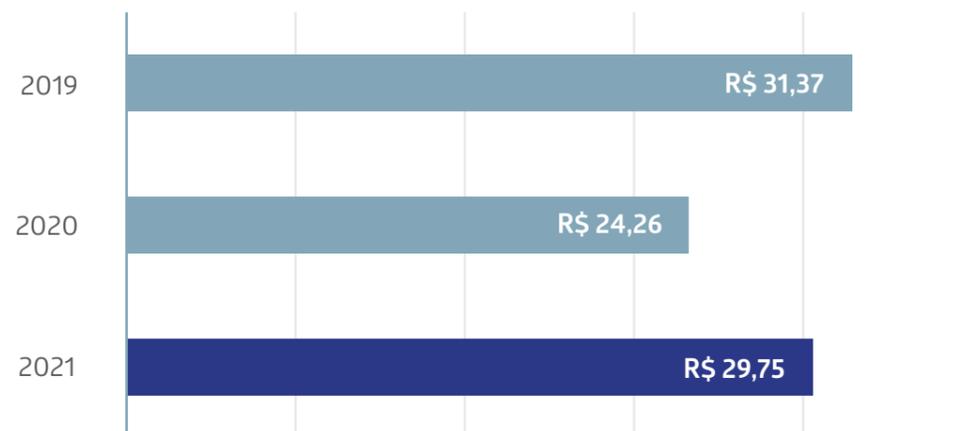
**Evolução das Despesas Assistenciais
(valores em R\$ mil)**



**Evolução das Despesas Assistenciais - Consultas
(valores em R\$ mil)**



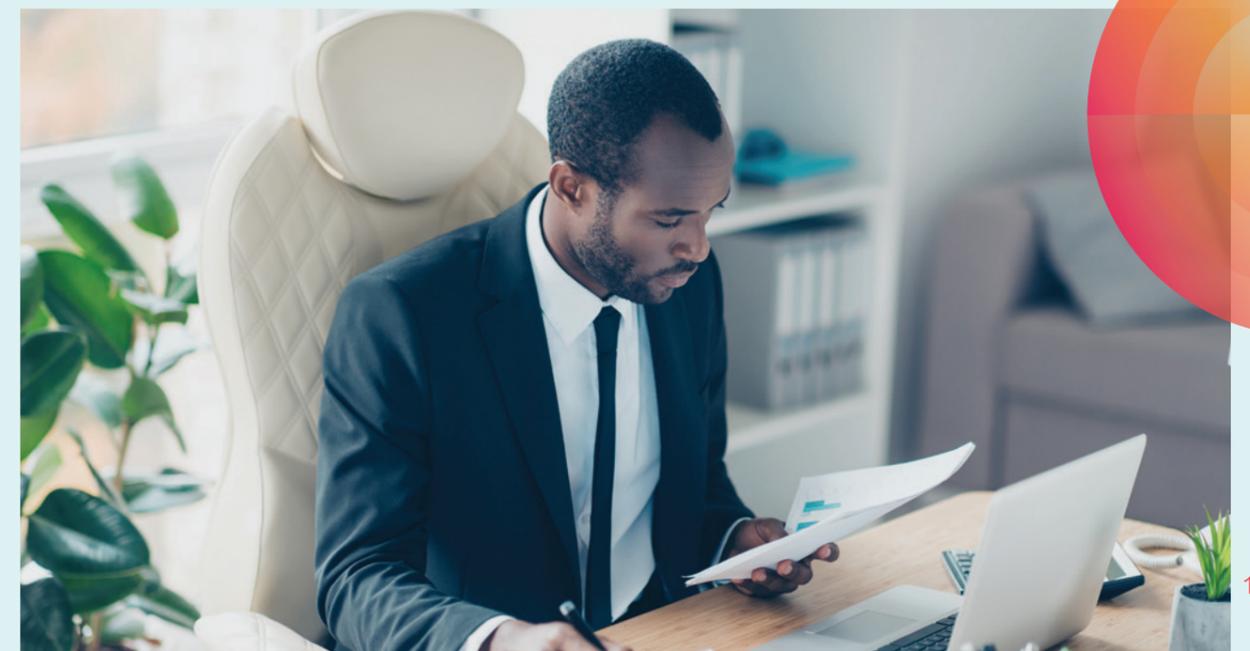
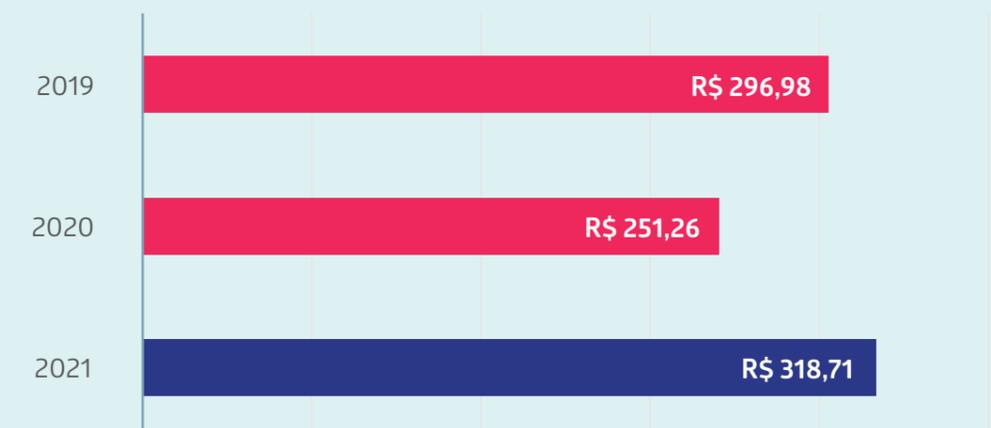
**Custo Médio das Despesas Assistenciais – Consultas
(valores em R\$)**



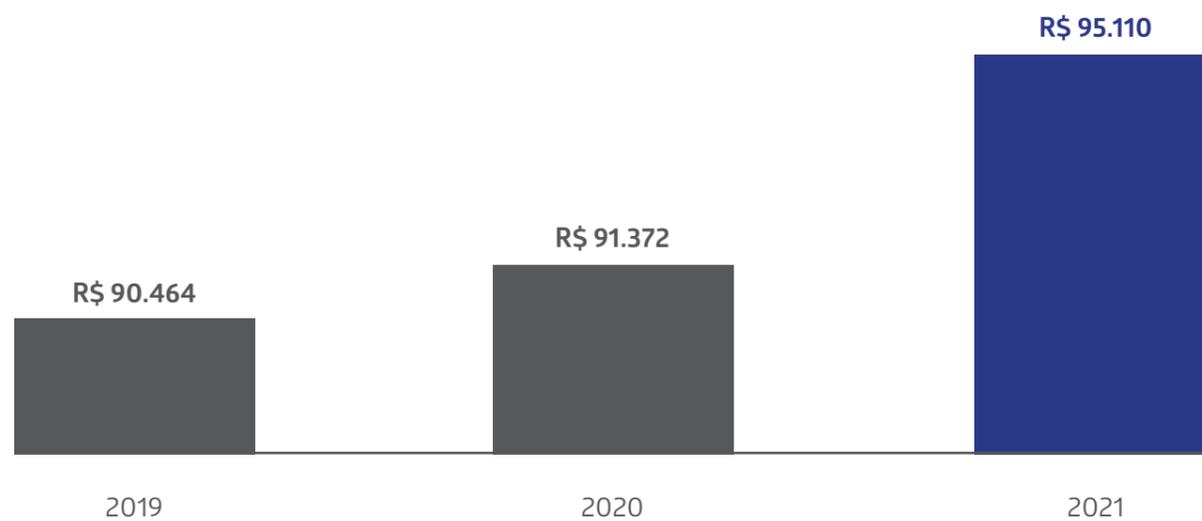
**Evolução das Despesas Assistenciais – Exames clínicos
e laboratoriais (valores em R\$ mil)**



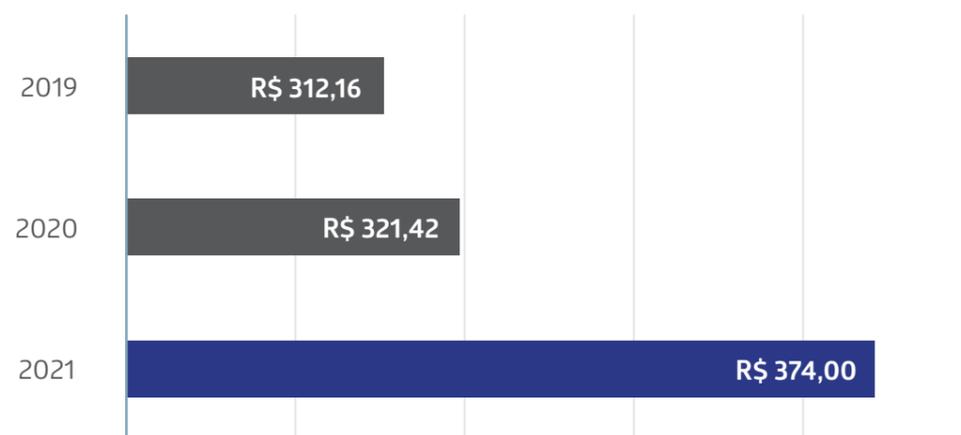
**Custo Médio das Despesas Assistenciais – Exames Clínicos
e laboratoriais (valores em R\$)**



Evolução das Despesas Assistenciais – Internações (valores em R\$ mil)



Custo Médio das Despesas Assistenciais – Internações (valores em R\$)



Planos Feas Básico, Feas PAMC e Novo Feas:

Feas Básico

322

Feas PAMC

2.151

Novo Feas

6.997

Total



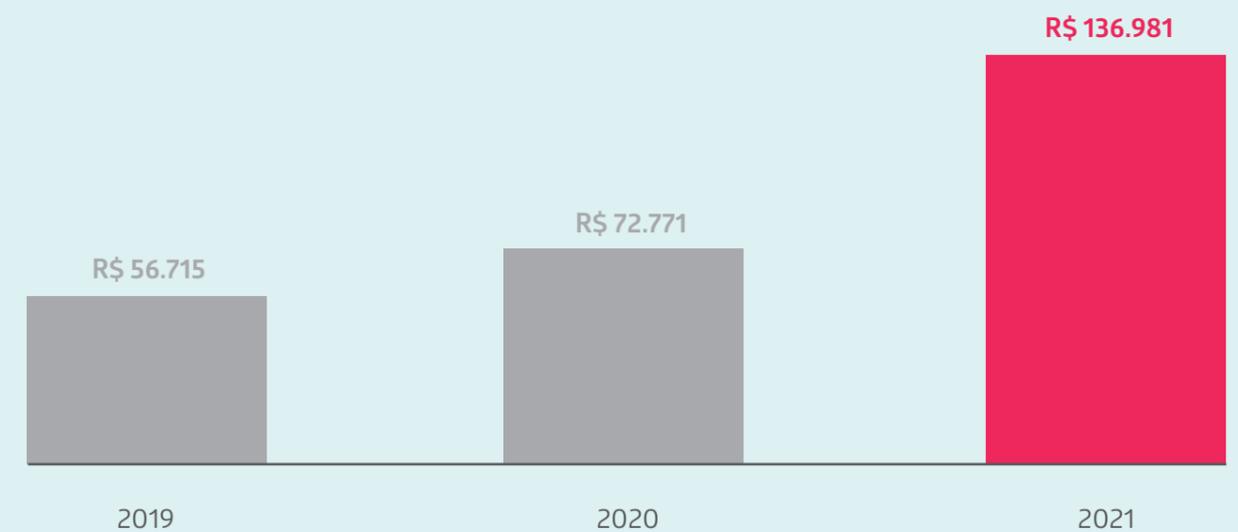
9.470
beneficiários

Público

Custeador:
Fundo FEAS e
Beneficiários

Aposentados e pensionistas dos Grupos B e C, assistidos por planos de previdência administrados pelo Economus e seus dependentes diretos.

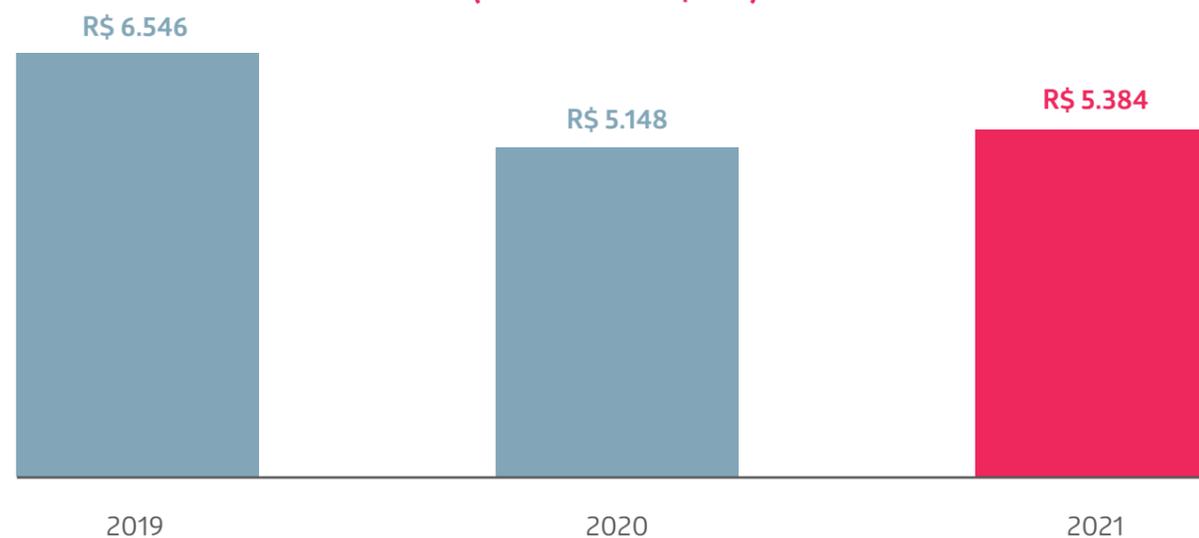
Evolução das Receitas Assistenciais (valores em R\$ mil)



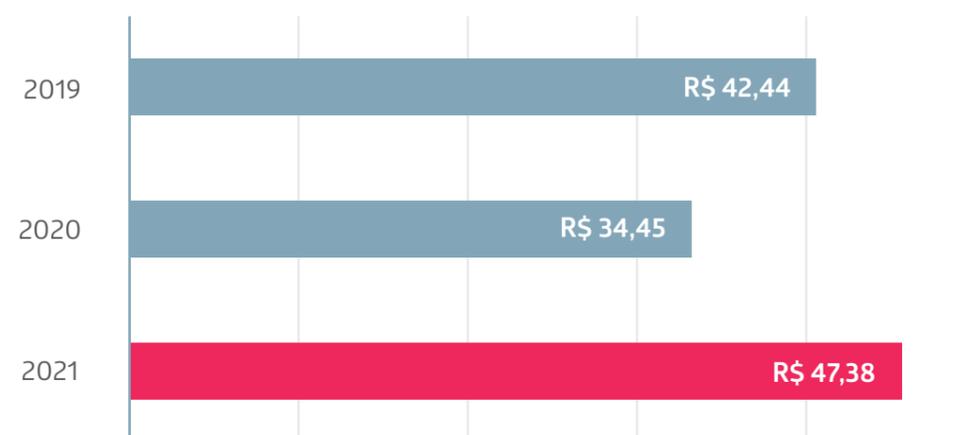
Evolução das Despesas Assistenciais (valores em R\$ mil)



Evolução das Despesas Assistenciais - Consultas (valores em R\$ mil)



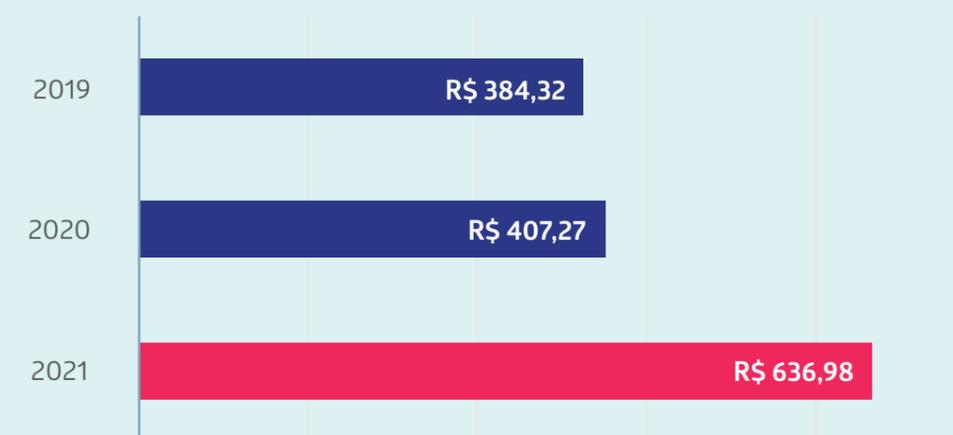
Custo Médio das Despesas Assistenciais – Consultas (valores em R\$)



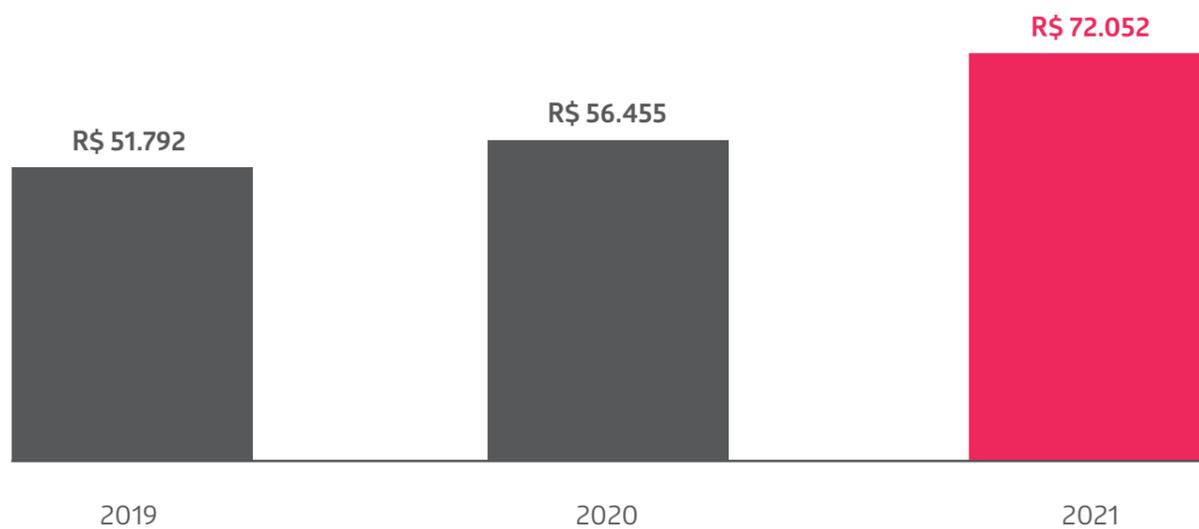
Evolução das Despesas Assistenciais – Exames clínicos e laboratoriais (valores em R\$ mil)



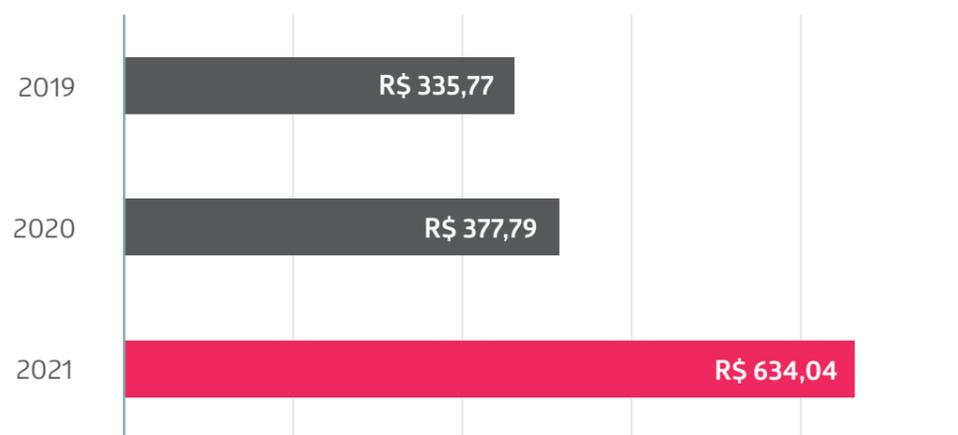
Custo Médio das Despesas Assistenciais – Exames Clínicos e laboratoriais (valores em R\$)



Evolução das Despesas Assistenciais – Internações (valores em R\$ mil)



Custo Médio das Despesas Assistenciais – Internações (valores em R\$)



Economus Família

Total
 **2.983**
 beneficiários

Público

Custeador:
Beneficiários

Dependentes indiretos de titulares de todos os planos (parentes consanguíneos até 3º grau e afins até 2º grau).

Evolução das Receitas Assistenciais (valores em R\$ mil)



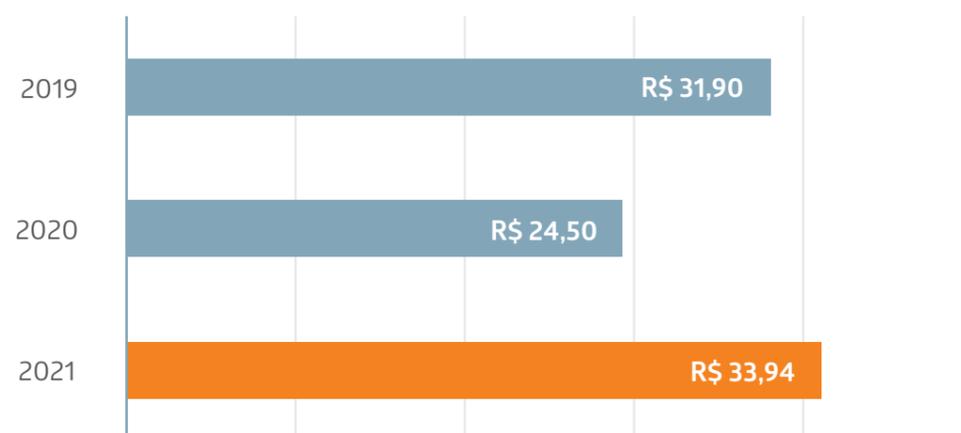
Evolução das Despesas Assistenciais (valores em R\$ mil)



Evolução das Despesas Assistenciais - Consultas (valores em R\$ mil)



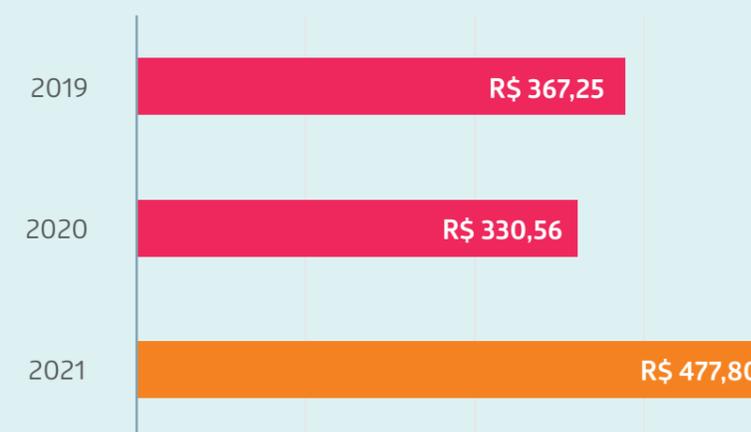
Custo Médio das Despesas Assistenciais – Consultas (valores em R\$)



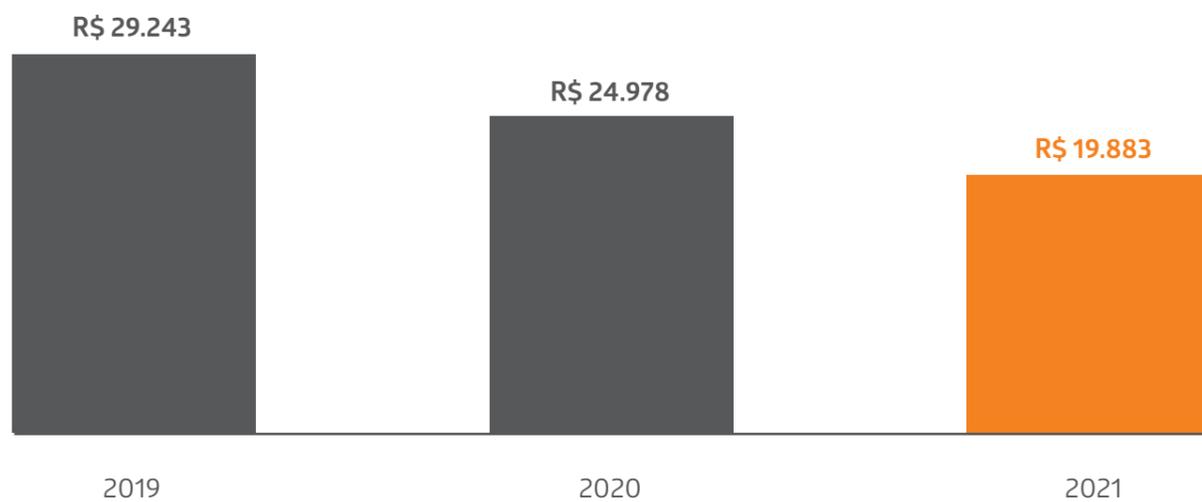
Evolução das Despesas Assistenciais – Exames clínicos e laboratoriais (valores em R\$ mil)



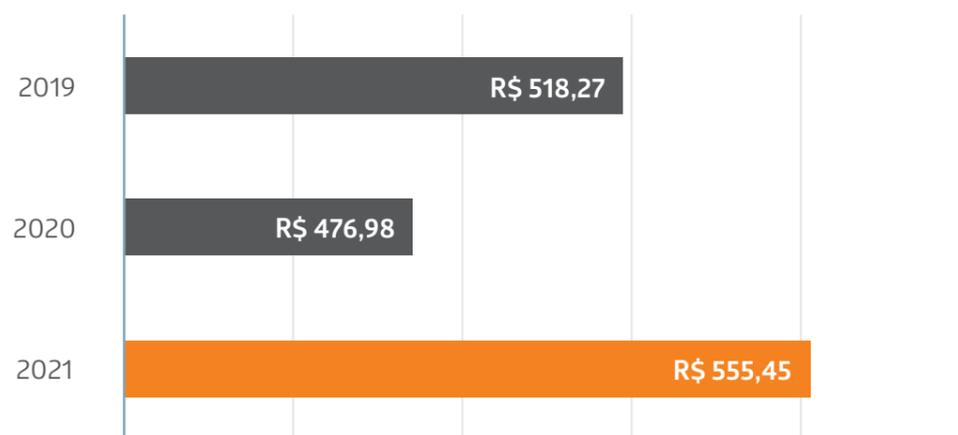
Custo Médio das Despesas Assistenciais – Exames Clínicos e laboratoriais (valores em R\$)



Evolução das Despesas Assistenciais – Internações (valores em R\$ mil)



Custo Médio das Despesas Assistenciais – Internações (valores em R\$)



Ecosaúde III

Total



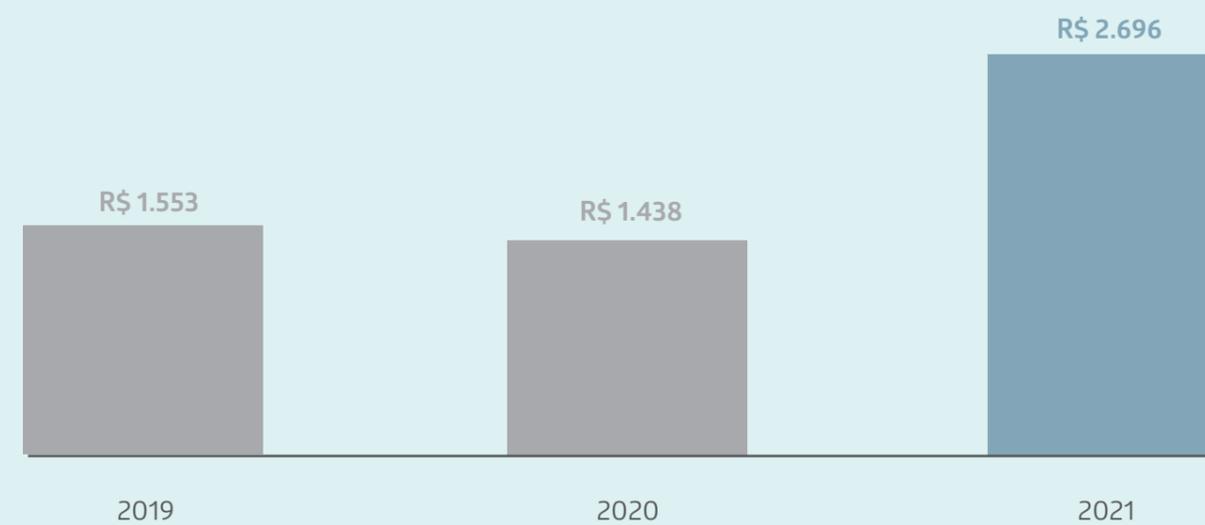
314
beneficiários

Público

Empregados do Economus.

Custeador:
Economus e
Beneficiários

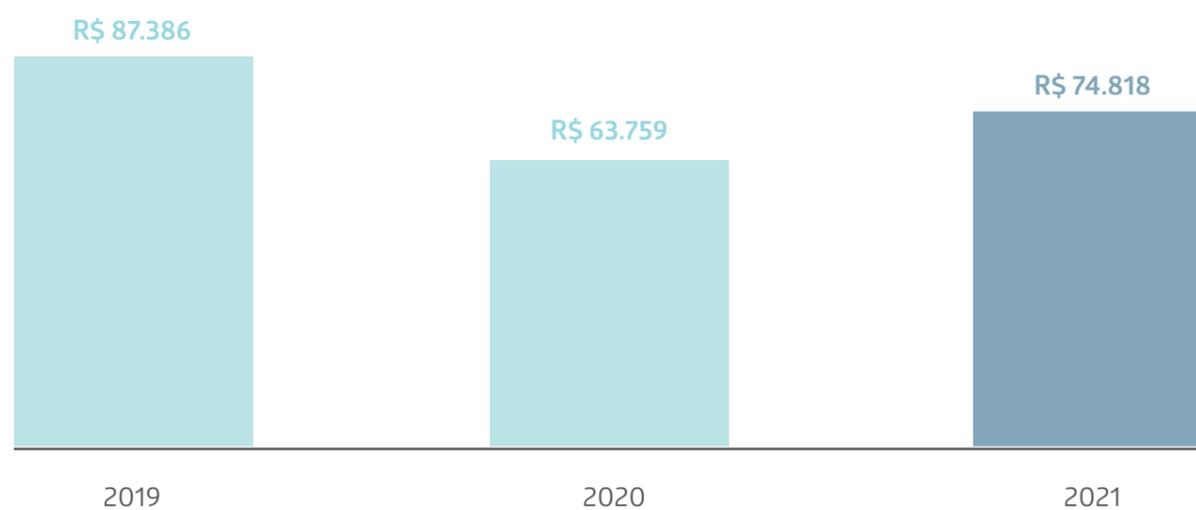
Evolução das Receitas Assistenciais (valores em R\$ mil)



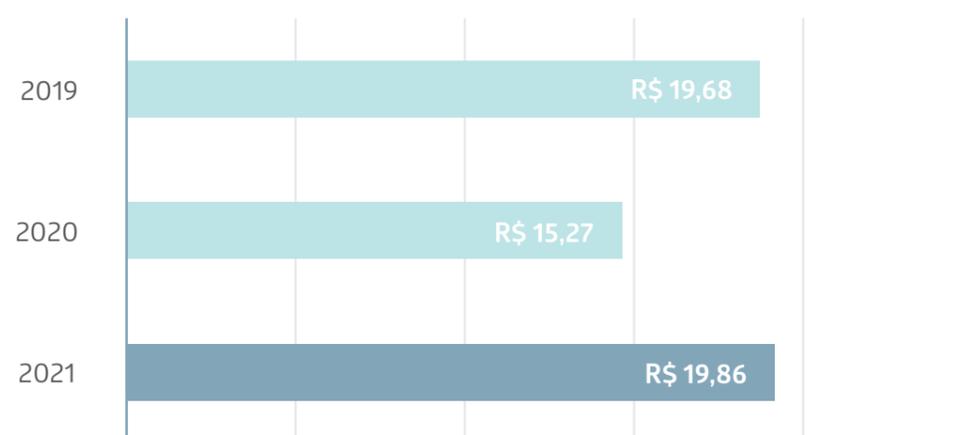
**Evolução das Despesas Assistenciais
(valores em R\$ mil)**



**Evolução das Despesas Assistenciais - Consultas
(valores em R\$ mil)**



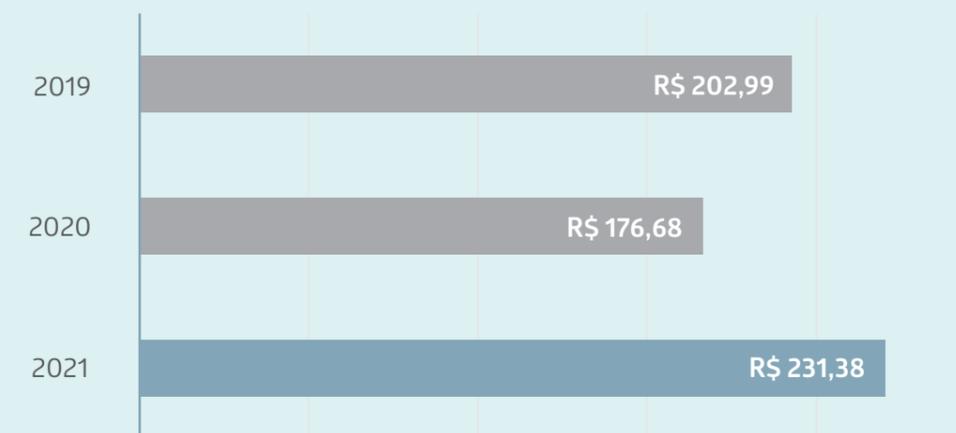
**Custo Médio das Despesas Assistenciais – Consultas
(valores em R\$)**



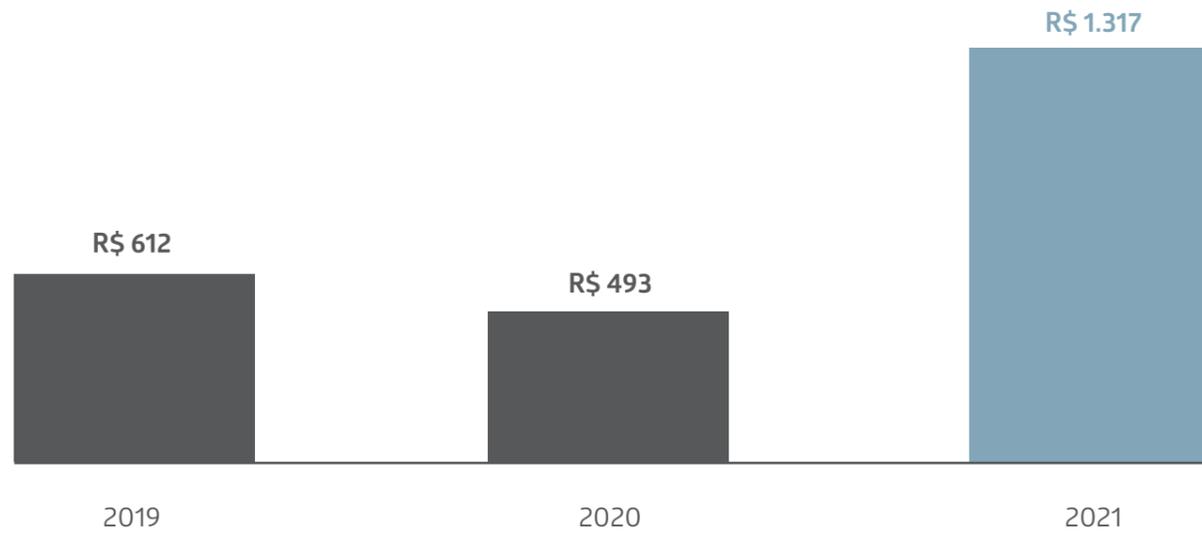
**Evolução das Despesas Assistenciais – Exames clínicos
e laboratoriais (valores em R\$ mil)**



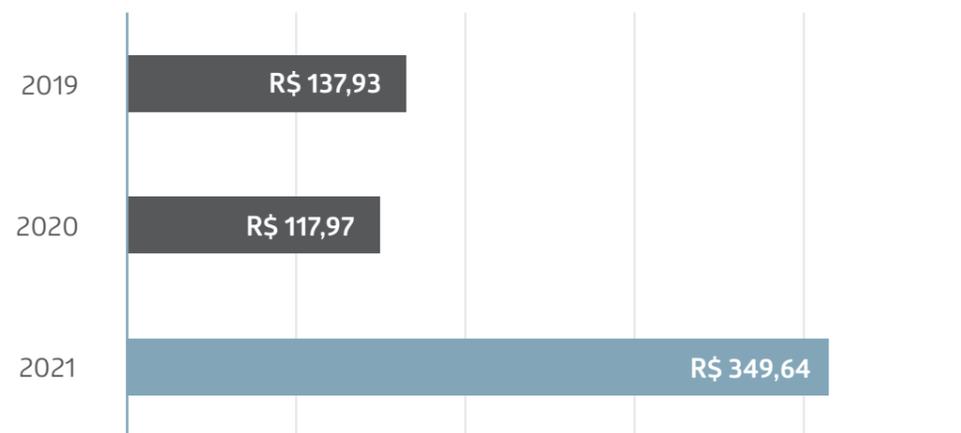
**Custo Médio das Despesas Assistenciais – Exames Clínicos
e laboratoriais (valores em R\$)**



Evolução das Despesas Assistenciais – Internações (valores em R\$ mil)



Custo Médio das Despesas Assistenciais – Internações (valores em R\$)



10

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para acessar, clique nos tópicos abaixo:

 [Informações Complementares da Gestão Previdencial](#)

 [Informações Suplementares da Gestão Assistencial](#)

11



PARECERES E AUDITORIA

Para acessar, clique nos tópicos abaixo:

- ➔ **Parecer Atuarial
Plano Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)**
- ➔ **Parecer Atuarial
Plano Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)**
- ➔ **Parecer Atuarial
Plano Regulamento Geral (Grupo C)**
- ➔ **Parecer Atuarial
Plano PrevMais**
- ➔ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis – Planos de Previdência**
- ➔ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis – Planos de Saúde**
- ➔ **Parecer do Conselho Fiscal**
- ➔ **Manifestação do Conselho Deliberativo**



economidata